



RELATÓRIO ANUAL

2013



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO E CONTAS 2013

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2014

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Impressão

Tipografia Santos, Lda

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Estrutura Orgânica do Banco de Cabo Verde

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Parte I. A Economia de Cabo Verde em 2013

Avaliação Global.....	13
Capítulo 1. Enquadramento Internacional.....	15
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas	19
2.1. Política Monetária e Desenvolvimentos Monetários e Financeiros.....	19
2.2. Política e Situação Orçamental.....	29
Capítulo 3. Procura, Produção e Preços.....	37
3.1. Procura e Produção	37
3.2. Preços.....	44
Capítulo 4. Contas Externas	46
Anexos Estatísticos.....	53

Parte II. O Sistema Financeiro em 2013

Capítulo 5. Sector Bancário.....	75
5.1. Estrutura do Sector Bancário	75
5.2. Evolução dos Principais Indicadores do Sistema Bancário	75
Capítulo 6. Sector Segurador	83
Capítulo 7. Supervisão das Instituições de Crédito e Seguradoras.....	90
7.1. Supervisão Prudencial.....	90
7.2. Supervisão Comportamental.....	91
Capítulo 8. Mercado de Valores Mobiliários	95
8.1. Evolução dos Mercados de Capitais.....	95
8.2. Actividade da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.....	97
Capítulo 9. Sistema de Pagamentos	100
9.1. Meios e Instrumentos de Pagamento.....	101
9.2. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária.....	104

Parte III. Outras Actividades do Banco Central

Capítulo 10. Outras Actividades do Banco Central.....	113
10.1. Gestão de Activos Externos.....	113
10.2. Elaboração de Estudos Económicos e Produção de Estatísticas.....	114
10.3. Planeamento, Organização e Optimização dos Sistemas de Informação.....	118
10.4. Gestão de Recursos Humanos.....	119
10.5. Contabilidade e Controlo Financeiro	121
10.6. Auditoria Interna.....	122
10.7. Serviços Jurídicos.....	123
10.8. Comunicação Externa e Relações Internacionais.....	124

Parte IV. Relatório e Contas

Capítulo 11. Relatório e Contas.....	129
--------------------------------------	-----

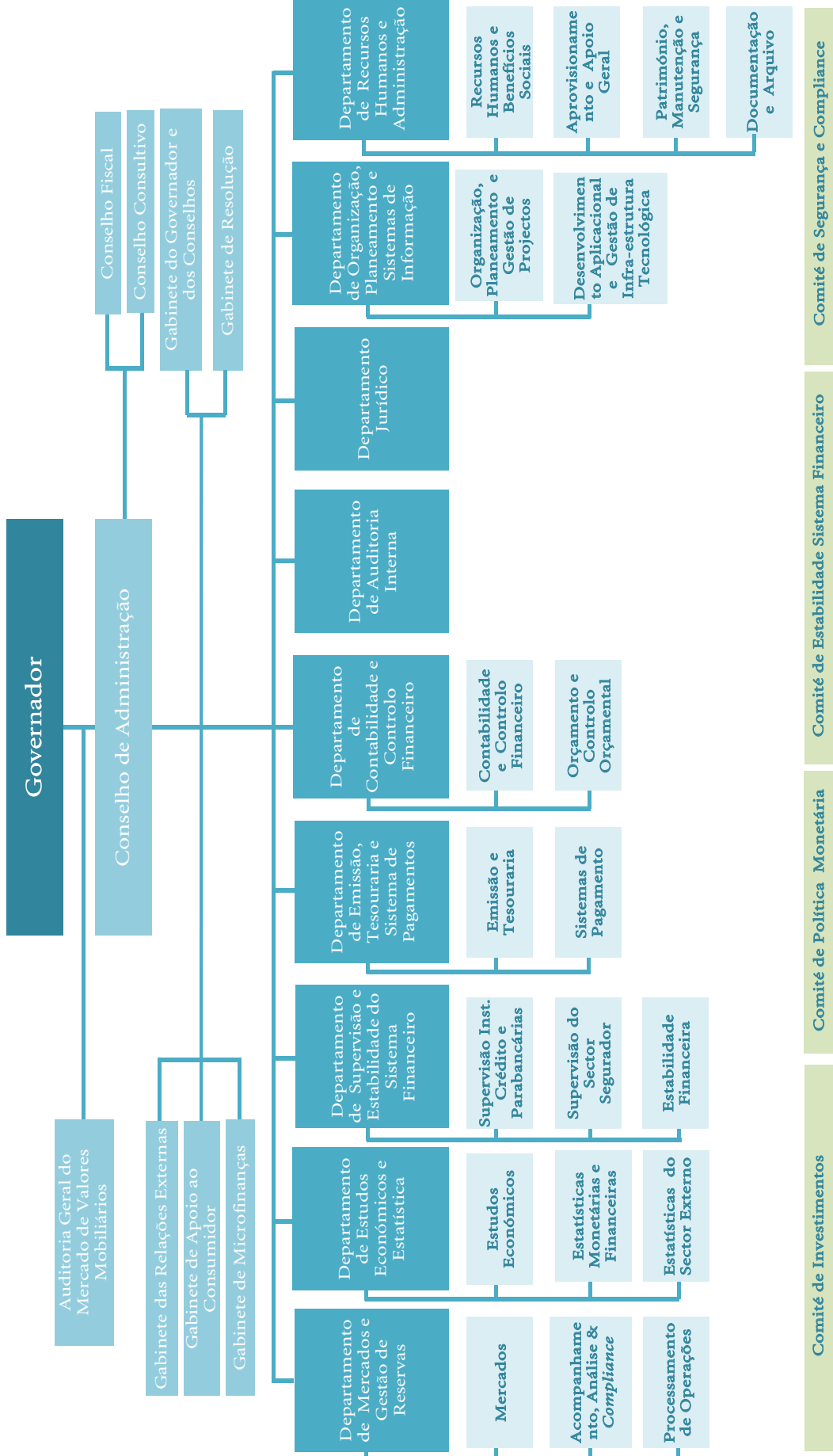
Índice de Figuras

Figura 1. Evolução do PIB Global, Economias Avançadas e Emergentes	15
Figura 2. Evolução dos Principais Indicadores da Economia da Zona Euro	16
Figura 3. Evolução do Preço das Matérias Primas na Zona Euro	17
Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto e da Taxa de Desemprego dos EUA.....	17
Figura 5. Taxas de Juros de Empréstimos e Depósitos	21
Figura 6. Evolução do Crédito ao Sector Privado	22
Figura 7. Saldo Orçamental e Despesas Correntes Primárias	31
Figura 8. Receitas Fiscais e não Fiscais	31
Figura 9. Despesas do Governo Central.....	33
Figura 10. Caracterização da Carteira da Dívida do Governo Central.....	34
Figura 11. Contributos das Componentes da Despesa para o Crescimento do PIB	37
Figura 12. Factores que Condicionam a Competitividade Empresarial	38
Figura 13. Rendimento Disponível da Famílias e Indicador de Confiança dos Consumidores	38
Figura 14. Contributo dos Sectores de Actividade para o Crescimento do PIB e Estrutura de Financiamento da Economia.....	43
Figura 15. Evolução dos Produtos Potencial e Efectivo e Hiato do Produto.....	44
Figura 16. Evolução do Índice de Preços no Consumidor (Agregados Especiais	45
Figura 17. Diferencial de Preços entre Cabo Verde e Zona Euro	45
Figura 18. Estrutura da Balança Corrente	46
Figura 19. Evolução das Principais Rubricas da Balança Financeira e das Reservas Internacionais Líquidas	48
Figura 20. Evolução das Principais Rubricas do Activo.....	76
Figura 21. Evolução das Principais Rubricas do Passivo.....	79
Figura 22. Evolução dos Resultados Líquidos do Sector.....	81
Figura 23. Estrutura Vida e Não Vida	87
Figura 24. Estrutura dos Custos com Sinistros	89
Figura 25. Reclamações Recebidas.....	92
Figura 26. Matérias Reclamadas.....	92
Figura 27. Notas em Circulação por Denominação em Valor	102
Figura 28. Evolução Anual de Cartões Produzidos em Circulação.....	103
Figura 29. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação	105
Figura 30. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes	106
Figura 31. Distribuição dos Activos.....	119
Figura 32. Países Onde Ocorreram as Acções de Formação Externas.....	121

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Económicos.....	14
Quadro 2. Principais Indicadores Macroeconómicos da África Subsariana.....	18
Quadro 3. Transacções de <i>Corporate Bonds</i> nos Mercados de Capitais.....	22
Quadro 4. Situação Monetária.....	23
Quadro 5 . Principais Indicadores Orçamentais.....	30
Quadro 6. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública.....	35
Quadro 7. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços	47
Quadro 8. Evolução da Qualidade da Carteira de Crédito.....	77
Quadro 9. Evolução das Principais Rubricas do Passivo e do Capital Próprio.....	80
Quadro 10. Indicadores de Liquidez	80
Quadro 11. Indicadores de Rentabilidade	81
Quadro 12. Adquação de Capital.....	82
Quadro 13. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro	83
Quadro 14. Resultados Líquidos <i>versus</i> Capitais Próprios	83
Quadro 15. Margem de Solvência.....	84
Quadro 16. Evolução das Provisões Técnicas Brutas.....	85
Quadro 17. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos	85
Quadro 18. Composição dos Investimentos.....	86
Quadro 19. Evolução e Estrutura da Carteira	86
Quadro 20. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro.....	88
Quadro 21. Evolução dos Custos com Sinistros.....	89
Quadro 22. Evolução dos Mercados de Capitais.....	95
Quadro 23. Emissões no Mercado Primário.....	96
Quadro 24. Volume de Transacções no Mercado Secundário	96
Quadro 25. Cartões e Terminais da Rede Vinti4.....	101
Quadro 26. Nível Académico dos Trabalhadores.....	120
Quadro 27. Número de Participações em Acções de Formação.....	120

**ESTRUTURA ORGÂNICA DO
BANCO DE CABO VERDE**



Governador

Carlos Augusto de Burgo

Conselho de Administração

Carlos Augusto de Burgo

Manuel Frederico

Oswaldo Évora Lima

Conselho Fiscal

Aristides Alcântara

Conselho Consultivo

Carlos Augusto de Burgo

Olavo Avelino Garcia Correia

Oswaldo Miguel Sequeira

Amaro Alexandre da Luz

Corentino Virgílio Santos

Paulo Santos Monteiro Jr.

António Hilário Cruz

Orlando Mascarenhas

Aristides Alcântara

Representante das Instituições Financeiras

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários

Maria Encarnação Rocha

Departamento de Mercados e Gestão de Reservas

Teresa Henriques

Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamentos

Antónia Lopes

Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro

Suzy Brito (desde 15/04/2013)

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Ana Cristina Semedo

Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Maria Salomé Rodrigues

Departamento de Recursos Humanos e Administração

Jesuína Caixeirinho

Departamento de Organização, Planeamento e Sistemas de Informação

José Manuel Veiga

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Faraílda Évora

Departamento Jurídico

António Semedo

Departamento de Auditoria Interna

Yuri Spencer (desde 09/09/2013)

Gabinete de Apoio ao Consumidor

Solange Lisboa Ramos

PARTE I

A ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2013

Avaliação Global

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana permaneceu globalmente desfavorável em 2013, não obstante a tendência de recuperação da actividade e do comércio mundiais a partir do segundo semestre.

A economia do principal parceiro externo do país, a Área do Euro, continuou a ressentir-se das consequências da severa crise financeira. Pese embora a tendência de recuperação que se acentuou a partir do segundo trimestre, o seu produto interno bruto registou uma contracção real de 0,5 por cento e a taxa de desemprego da região fixou-se no máximo histórico de 12,1 por cento.

A envolvente externa persistentemente adversa tem contribuído para a evolução menos favorável da economia cabo-verdiana. Em particular, dada a sua elevada integração com a Área do Euro, as crises da dívida soberana e bancária na região contagiaram a economia nacional via balança de pagamentos, em primeiro lugar, com a redução dos influxos do investimento directo estrangeiro (desde 2009), das exportações de bens (que entretanto começaram a recuperar), da ajuda pública ao desenvolvimento e, mais recentemente, das remessas dos emigrantes para apoio familiar e para investimento.

Não obstante, a análise histórica dos indicadores económicos e financeiros do país revela que as suas fragilidades endógenas (consubstanciadas, entre outros factores, na ainda fraca capacidade produtiva, economia pouco diversificada, elevados constrangimentos organizacionais e infra-estruturais além de elevada rigidez laboral) contribuíram para ampliar o efeito de contágio da crise europeia.

Neste quadro, a economia continuou a apresentar uma fraca dinâmica (o Banco de Cabo Verde estima que o produto interno bruto tenha crescido em termos reais em torno de 0,5 por cento) e o desemprego permaneceu em níveis elevados (16,4 por cento), afectando sobretudo os jovens à procura do primeiro emprego.

Igualmente, devido à implementação de uma política contra-cíclica desde 2009, financiada com recursos externos concessionais, as finanças públicas continuaram a apresentar um défice elevado, não obstante a sua redução, e a dívida pública prosseguiu com uma trajectória ascendente quer em termos nominais como em relação ao PIB.

Reflectindo principalmente o ciclo económico, os riscos à estabilidade financeira também continuaram a aumentar. O crédito mal parado (créditos e juros vencidos) permaneceu elevado, condicionando as decisões de financiamento da economia pelos bancos, não obstante o moderado afrouxamento monetário.

O contexto de reduzido crescimento económico, em resultado tanto do arrefecimento cíclico como da persistência de constrangimentos estruturais, impõe a necessidade de consolidação das contas públicas, um imperativo à estabilidade macroeconómica e previsibilidade da política orçamental, e de reorientação do papel do Estado na economia, tendo em vista a minimização dos riscos macroeconómicos, sobretudo os do investimento privado no país. Importa também melhorar a actuação dos agentes económicos, com ênfase

para os poderes públicos e a classe empresarial, visando o desenvolvimento sustentável do sistema financeiro, o aumento da empregabilidade e da produtividade dos trabalhadores, além do reforço significativo da governança e das instituições públicas e privadas.

Ainda, os desafios impostos pela graduação do país requerem a recriação de mecanismos adequados à captação da poupança privada para financiar e sustentar um crescimento económico mais acelerado e compatível com as necessidades e expectativas da população.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2011	2012	2013
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	4,0	1,2	0,5
Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> PPP*	em USD	2.530	2.936	2.692
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	4,5	2,5	1,5
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	12,2	16,8	16,4
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-21,6	21,0	26,6
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	-11,3	14,0	16,8
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	12,0	3,7	2,8
Crédito à Economia	taxa variação em %	11,8	0,3	1,2
Massa Monetária	taxa variação em %	3,3	6,3	10,8
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	105,0	104,1	104,5
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	2001=100; valores médios	116,9	115,8	114,0
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-17,7	-10,3	-2,5
Balança Corrente	em % do PIB	-18,4	-11,0	-2,8
Reservas/Importações	meses	3,2	4,0	5,0
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	-119,4	-127,6	-132,6
Posição da Dívida Externa (incluindo Trust Fund)	em % do PIB	-61,0	-67,3	-72,9
Posição da Dívida Externa (excluindo Trust Fund)	em % do PIB	-69,2	-75,4	-81,0
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-7,7	-10,0	-8,5
Saldo Primário	em % do PIB	-6,1	-8,1	-6,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, Banco de Cabo Verde e Ministério das Finanças e do Planeamento.

Notas: Os dados de 2012 e 2013 do PIB, do Sector Externo e das Finanças Públicas são provisórios.

Os PIBs de 2012 e de 2013 são estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas e do Banco de Cabo Verde, respectivamente.

(*) PIB *per capita* calculado com base na Paridade do Poder de Compra.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

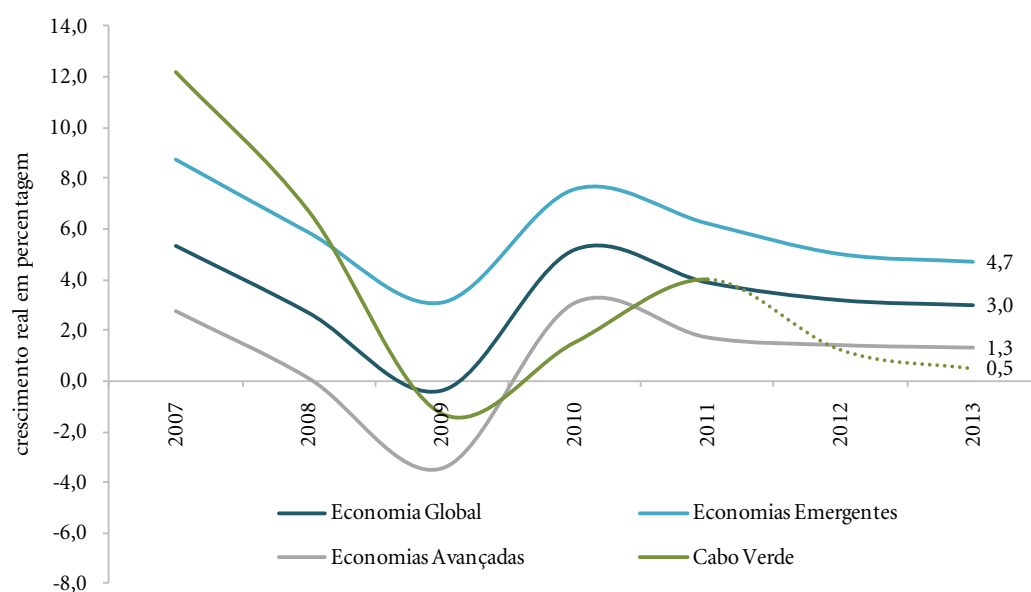
O enquadramento externo da economia cabo-verdiana permaneceu globalmente desfavorável em 2013, não obstante a tendência de recuperação da actividade e do comércio mundiais a partir do segundo semestre.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento da economia mundial na ordem dos três por cento, impulsionado pelo forte crescimento das economias emergentes, apesar de alguma perda de dinamismo, aliado a uma certa estabilidade do desempenho global das economias avançadas.

A economia do principal parceiro externo do país, a Área do Euro, continuou a ressentir-se das consequências da grave crise financeira. Pese embora a tendência de recuperação que acentuou-se a partir do segundo trimestre, o seu produto interno bruto registou uma contracção real de 0,5 por cento (-0,7 por cento em 2012) e a taxa de desemprego fixou-se no máximo histórico de 12,1 por cento (11,4 por cento em 2012).

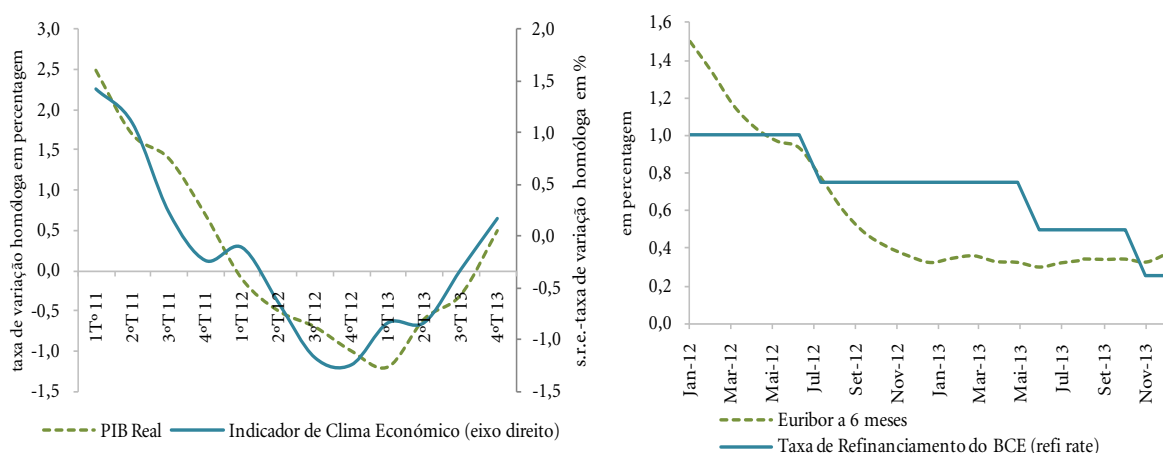
O desempenho económico negativo da região monetária europeia traduz, em larga medida, a implementação de medidas de política de desalavancagem de governos e economias sobreendividados com impactos ainda relevantes na confiança dos agentes e, consequentemente, na procura interna. A fragmentação financeira, consubstanciada num prémio de risco elevado e numa maior escassez de liquidez das economias mais frágeis, por seu turno, limitou a transmissão à economia real da política monetária acomodatória implementada, na ausência de pressões inflacionistas.

Figura 1. O elevado grau de integração económica com a Área do Euro aumenta a vulnerabilidade da economia nacional a desenvolvimentos cíclicos exógenos.

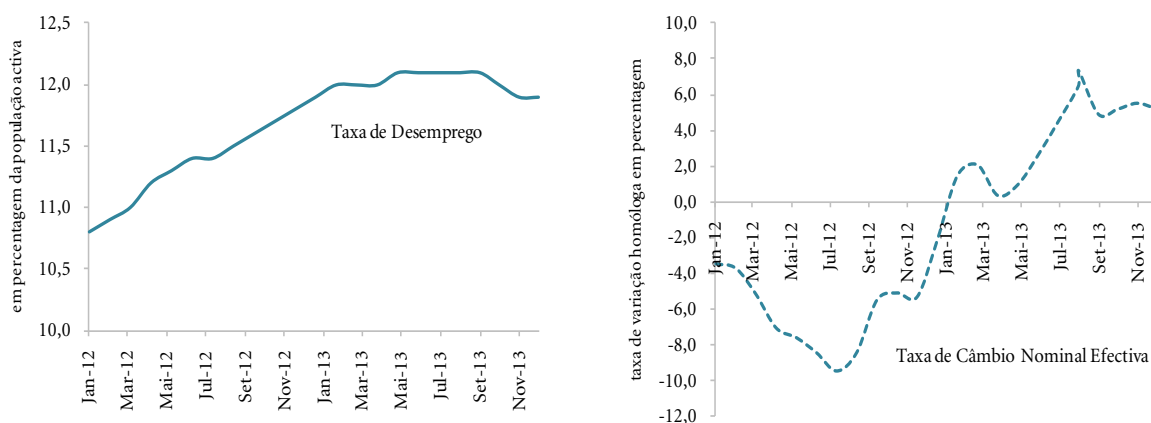


Fonte: Fundo Monetário Internacional, Instituto Nacional de Estatísticas e Banco de Cabo Verde.

Figura 2. A tendência de recuperação da Área do Euro é visível também na evolução da confiança dos agentes económicos, impulsionada pela melhoria das condições do mercado de trabalho nos últimos meses do ano.



A tendência de crescimento dos juros bem como a apreciação do euro confirmam o optimismo quanto à recuperação da maior região monetária europeia.

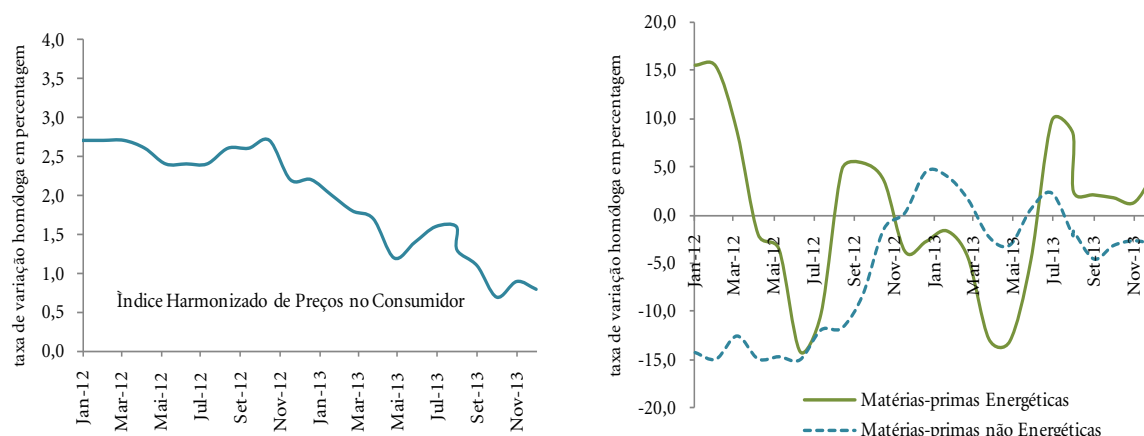


Fonte: Eurostat, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

Com efeito, em consequência da redução dos preços internacionais de matérias-primas e da fraca procura interna, a taxa de variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor da Área do Euro apresentou uma tendência de redução acentuada, fixando-se no final do ano em 0,7 por cento, 1,3 pontos percentuais abaixo do *target* do BCE.

A redução dos preços representa actualmente o principal risco à retoma económica da Área do Euro. Numa conjuntura em que a política monetária é praticamente o único instrumento de gestão macroeconómica passível de ser utilizado para estimular a economia (devido ao reduzido ou, em certas economias, inexistente espaço orçamental) e em que as taxas de juro do mercado das economias mais fortes permanecem em níveis muito baixos, uma deflação tenderia a tornar os juros reais demasiadamente altos para incentivar a procura interna.

Figura 3. A redução dos preços internacionais de matérias-primas favoreceu a redução dos preços no consumidor da Área do Euro.



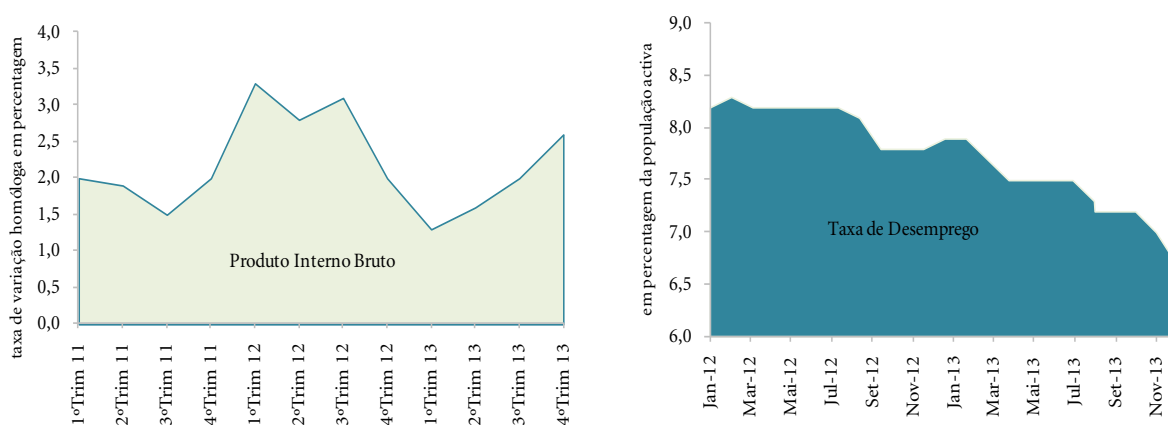
Fonte: Eurostat e Fundo Monetário Internacional.

O crescimento da economia dos EUA moderou em 2013, depois de registar, em 2012, a maior aceleração desde o início da actual crise económica e financeira global.

Numa conjuntura de recuperação do mercado de trabalho, os impactos no consumo e investimento privados das restrições impostas pela política orçamental (cortes nos gastos dos governos federais e locais combinados com aumento de impostos) determinaram o desempenho menos favorável da maior economia mundial.

Contrariamente à política orçamental, a política monetária manteve-se excepcionalmente acomodaticia, sustentando a recuperação dos investimentos imobiliários, o aumento do rendimento disponível das famílias e o aumento das taxas de juro das operações bancárias.

Figura 4. Apesar da desaceleração em termos anuais a economia dos EUA registou uma melhoria nos últimos trimestres e uma redução consistente da taxa de desemprego desde o início do ano.



Fonte: Bureau of Economic Analysis e Bureau of Labor Statistics.

As economias emergentes e em desenvolvimento apresentaram uma *performance* menos favorável em 2013, não obstante o aumento da procura dos países avançados.

Além da persistência de instabilidades políticas e sociais, particularmente no Médio Oriente, os problemas endógenos, instigados também pela implementação de medidas para contrariar o ciclo económico desde o início da crise global, explicam o desempenho relativamente mais fraco das economias emergentes. Por um lado, os estímulos monetários introduzidos pelas autoridades nacionais, num contexto de persistência de fragilidades institucionais e regulamentares, incitaram um aumento dos riscos à sua estabilidade financeira. Por outro, o processo de *phasing out* do *Quantitative Easing* 3 nos EUA a par da restauração da confiança nas economias avançadas tem incentivado uma saída massiva de capital externo, que vinha financiando, principalmente, os seus investimentos.

Quadro 2. Principais Indicadores Macroeconómicos da África Subsariana

	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
	Produto Interno Bruto (crescimento real em %)			Preços no Consumidor (variação homóloga em %)			Desemprego (em % da população activa)			Conta Corrente (em % do PIB)		
África Subsariana	5,5	4,9	4,9	9,3	9,0	6,3	n.d.	n.d.	n.d.	-1,0	-2,7	-3,6
Cabo Verde	4,5	1,2	0,5	4,5	2,5	1,5	12,2	16,8	16,4	-18,4	-10,8	-2,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, Banco de Cabo Verde e Fundo Monetário Internacional.

Nota: n.d. não disponível.

Contrariamente à média do grupo, a África Subsariana reforçou a *performance* económica favorável, impulsionada sobretudo por investimentos em minérios e nas infraestruturas. O melhor desempenho da subregião onde o país está inserido não estará alheio a uma contínua melhoria do quadro de formulação e de implementação de política macroeconómica, reforçada pela estabilidade política e fortalecimento das instituições.

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política e Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

Num contexto macro-financeiro favorável à acumulação de reservas externas, condição necessária para a defesa da credibilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao Euro, e de baixas pressões inflacionistas, o Banco de Cabo Verde (BCV) seguiu, em 2013, uma abordagem moderadamente acomodatória na condução da política monetária.

Em Maio, reorientou o mecanismo de leilões de Títulos de Regularização Monetária (TRM) que passaram a ser emitidos à taxa flexível, passando a taxa directora a ser o referencial de juro máximo aceite nas emissões dos títulos de maturidade mais curta.¹ Posteriormente, em Setembro, baixou a taxa da facilidade permanente de absorção de liquidez de 3,5 para um por cento, mantendo, contudo, inalterados a taxa directora e o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa, respectivamente em 5,25 e 18 por cento.² Ainda em Setembro, no quadro da sua estratégia de gestão monetária, o BCV reduziu para metade a meta de esterilização da liquidez bancária, não obstante o aumento considerável da liquidez excedentária (aumentou dos 1.258 milhões de escudos em 2012 para 3.352 milhões de escudos), no intuito, entre outros, de favorecer o financiamento de investimentos produtivos.

Sublinhe-se que a política monetária foi muito condicionada pelo desempenho pouco favorável do sector bancário, consequência do agravamento do risco de crédito. Um afrouxamento monetário muito significativo poderia, por um lado, agravar a rentabilidade dos bancos ou incentivar a oferta de crédito para projectos de qualidade questionável.³ Por outro, poderia impulsionar uma descida considerável das taxas de remuneração dos depósitos dos emigrantes, que representam mais de 1/3 do *funding* dos bancos, numa conjuntura macro-financeira do país menos favorável e de recuperação ténue das principais economias que acolhem a emigração cabo-verdiana.

¹ Até então, os TRM a 7 e a 14 dias eram emitidos à taxa directora, em conformidade com o Quadro Operacional de Execução da Política Monetária do BCV.

² Refira-se que o actual mecanismo de constituição das disponibilidades de caixas isenta o montante de mil milhões de escudos da sua base de incidência, pelo que o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa acaba por ser efectivamente mais baixo que o valor oficial de 18 por cento, sendo substancialmente mais baixo para os bancos mais pequenos, que terão condições menos favoráveis de acesso ao *funding*.

³ Registe-se que os bancos, face ao aumento da percepção dos riscos macroeconómicos e financeiros, têm preferido investir em títulos de menor risco (títulos do Tesouro e do BCV) a conceder crédito.

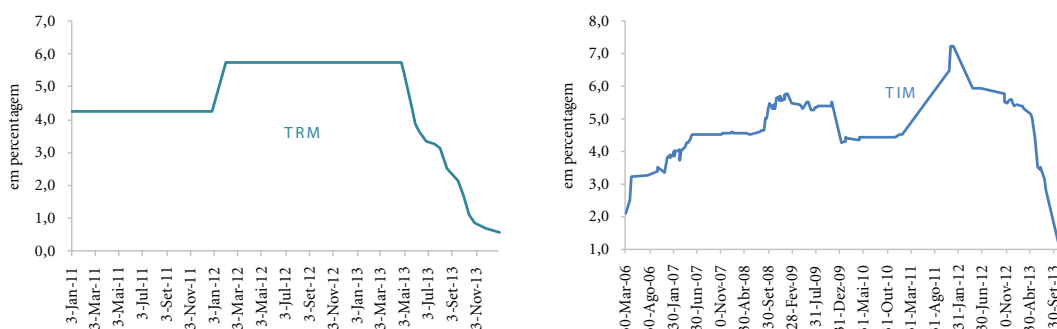
Execução da Política Monetária

A execução da política monetária norteou-se pela estabilização da liquidez bancária, congruente com o objectivo de manutenção da estabilidade cambial. Neste quadro, tendo em conta as metas do balanço definidas para os Activos Internos Líquidos e Reservas Internacionais Líquidas, bem como as restrições orçamentais traçadas para as operações de absorção de liquidez, a gestão monetária pautou-se por intervenções moderadas e periódicas, materializadas por via dos instrumentos de *Open Market-Type* e Facilidades Permanentes.

A avaliação das necessidades de liquidez do sistema bancário e da orientação das intervenções continuou a ser feita por via da previsão de liquidez. Visando o reforço da articulação da estratégia de política monetária com as metas do balanço, foi implementada uma metodologia de previsão de liquidez de longo prazo, que permite estimar os agregados monetários do balanço e avaliar o alcance das intervenções no mercado, de forma a assegurar a manutenção de um nível adequado de liquidez na economia, consentâneo com os objectivos de manutenção da estabilidade do valor da moeda e do mercado financeiro, reduzindo os riscos que possam surgir a partir da volatilidade dos preços de curto prazo.

As operações de *Open Market Type* materializaram-se em emissões periódicas de Títulos de Regularização Monetária (TRM) a 14 dias e Títulos de Intervenção Monetária (TIM) a prazos mais alargados, em montantes moderados, não obstante o excedente de liquidez no mercado e a intensa procura de títulos do Banco Central pelas Instituições Financeiras Bancárias. Com efeito, relativamente a 2012, as emissões de TRM retrocederam para os 7.706 milhões de escudos, que comparam com os 6.401 milhões de escudos de TIM emitidos, traduzindo uma queda de 66 por cento do volume de TRM emitidos, em contraposição com um aumento de 59 por cento das emissões de TIM. Em consequência da adopção do mecanismo de leilões de TRM a taxas flexíveis, as taxas de juro dos TRM e TIM registaram quedas expressivas, passando de 5,75 para 0,5744 por cento e de 5,313 para 0,646 por cento, respectivamente.

Taxas de Juro das Emissões dos Títulos do Banco de Cabo Verde

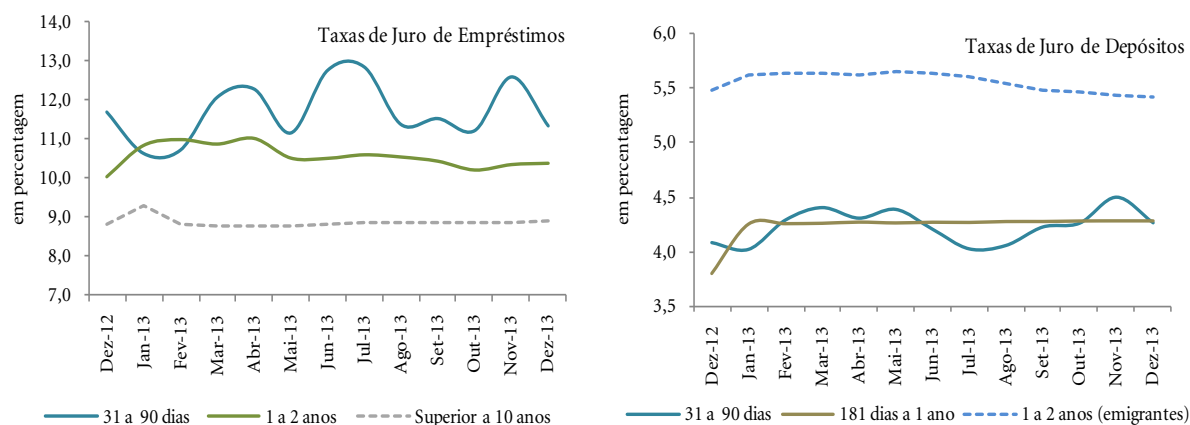


Fonte: Banco de Cabo Verde.

As Facilidades Permanentes de Absorção de liquidez (FPA) registaram uma tendência oscilatória ao longo do ano, traduzindo o excesso de liquidez vigorante no mercado, que estimulou aplicações frequentes de montantes avultados em Depósitos *Overnight* pelas instituições de crédito.

As aplicações dos excedentes de fundos pelos bancos comerciais no âmbito das FPA totalizaram 396.042 milhões de escudos, o que representou um incremento superior aos cem por cento face ao volume de depósitos de 2012. Não se registaram operações no âmbito das Facilidades Permanentes de Cedência de liquidez, traduzindo o conforto de liquidez dos bancos comerciais.

Figura 5. Alterações na política via taxa directora não tiveram impacto imediato nas taxas de mercado. Estas começaram a reagir às descidas nas taxas de colocação de TRM com pelo menos dois meses de atraso.



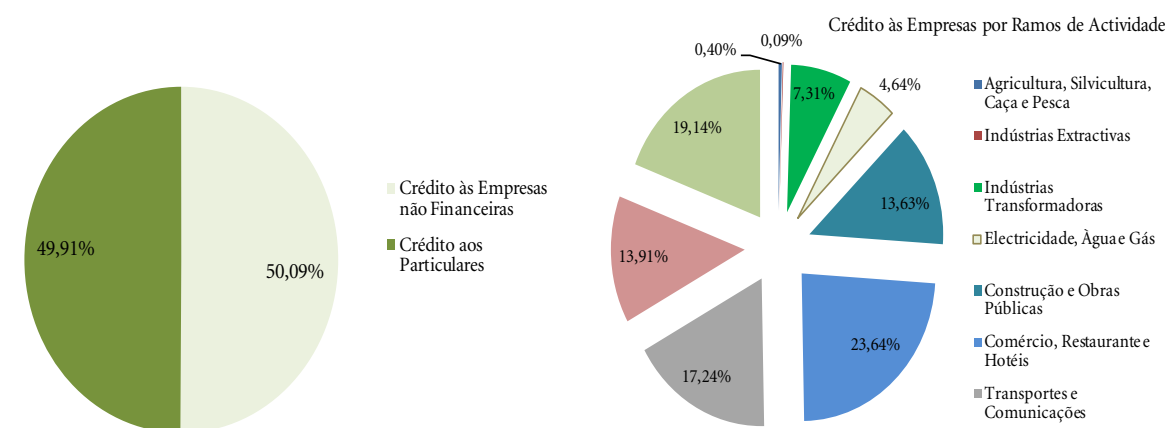
Fonte: Banco de Cabo Verde.

A política monetária adoptada não se traduziu, em 2013, numa melhoria das condições de financiamento do sector privado, tendo as taxas de juro efectivas praticadas nas operações de crédito registado uma ligeira tendência de crescimento. Insuficiências de carácter estrutural (relacionadas com o estágio ainda pouco desenvolvido do sector financeiro cabo-verdiano e mais especificamente com o deficiente funcionamento dos mercados monetários interbancários e secundário da dívida pública), ampliadas pela persistência de excesso de liquidez considerável em todas as instituições bancárias, justificaram a ineficiente transmissão das medidas de política adoptadas às taxas de juro do mercado de crédito.⁴

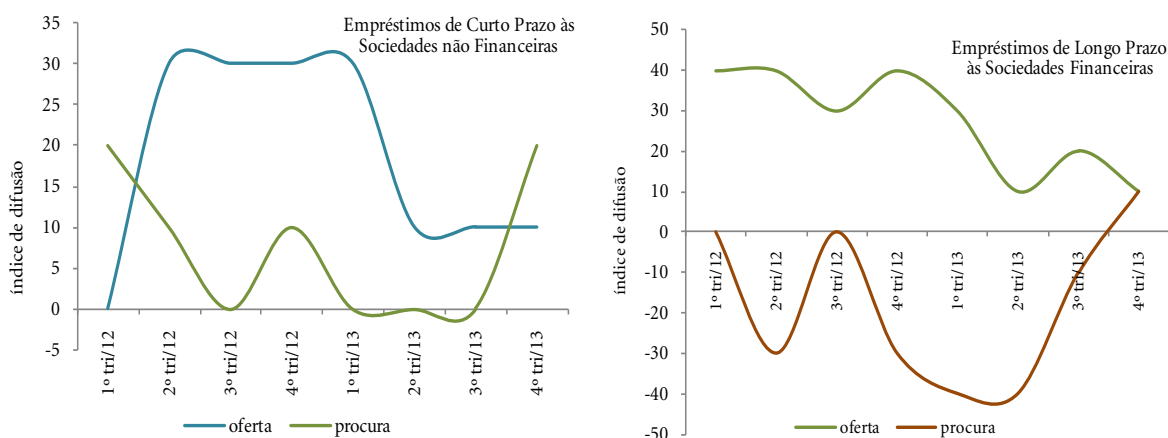
A oferta de crédito ao sector privado começou, entretanto, a recuperar perto do final do ano. O crédito às sociedades não financeiras e aos particulares, que permaneceu praticamente estagnado ao longo do ano, registou um crescimento homólogo em Dezembro de 1,2 por cento, determinado pelo aumento do crédito concedido às empresas dos ramos dos transportes, comércio, restaurantes e hotéis. A evolução pouco favorável do crédito ao sector privado não estaria alheia a uma certa inibição da procura, face à deterioração do seu balanço (no caso específico das empresas) e ao aumento da percepção dos riscos macroeconómicos.

⁴ O Mercado Monetário Interbancário (MMI) manteve-se sem dinamismo ao longo do ano, tendo registado apenas uma única operação de troca de fundos entre os bancos comerciais, em Março, no montante de 14 milhões de escudos, o que corresponde a uma redução expressiva face aos 65.730 milhões escudos transaccionados em 2012.

Figura 6. O crédito bancário ao sector privado está uniformemente distribuído entre sociedades não financeiras e particulares. Concentra-se principalmente no sector imobiliário e na construção e obras públicas.



Os resultados do inquérito à política de crédito sugerem ao longo do ano uma tendência de queda tanto da procura como da oferta de crédito para financiamento de investimentos.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A eventual inibição da procura e/ou problemas no acesso poderão também justificar o facto das falhas na intermediação bancária não terem sido compensadas por um maior dinamismo dos mercados de capitais.

Quadro 3. Transacções de Obrigações de Empresas nos Mercados de Capitais

em milhões de escudos

	2010	2011	2012	2013
Emissões no Mercado Primário	3.342,6	0,0	2.402,4	120,0
Transacções no Mercado Secundário	647,4	679,1	328,2	4,9

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Com efeito, as emissões e as transacções de obrigações de empresas, respectivamente nos mercados primário e secundário, registaram reduções na ordem dos 95 e 99 por cento em 2013 (-51,7 por cento em 2012 no caso das transacções no mercado secundário). Em consequência, em termos agregados o financiamento interno do sector privado nacional baixou para 70 por cento do PIB em 2013, depois de ter atingido 71 e 74 por cento, respectivamente em 2012 e 2011.

Desenvolvimentos Monetários

Os desenvolvimentos financeiros, reforçados pelo afrouxamento monetário, favoreceram uma forte expansão monetária em 2013. O agregado monetário M2 cresceu cerca de dez por cento, estimulado pela melhoria da posição externa do país e pelo aumento das necessidades de financiamento do Governo.

A melhoria da posição externa do país reflectiu, em larga medida, o aumento dos activos externos de curto prazo dos bancos comerciais (aplicações em depósitos a prazo), numa estratégia de rentabilizar a sua liquidez, após redução significativa da rendibilidade dos títulos do Tesouro e do BCV a partir de Maio. Não obstante, o aumento das reservas internacionais líquidas do país para 347 milhões de euros no final de 2013, em resultado da redução expressiva do défice da balança corrente, foi determinante para o aumento dos activos externos líquidos do país na ordem dos 67 milhões de euros.

Quadro 4. Situação Monetária

	saldos em milhões de escudos		
	2011	2012	2013
Posição Externa	25.094,6	27.896,9	35.270,1
Activos Externos Líquidos do BCV	28.751,6	32.288,3	38.005,6
Crédito Interno Líquido	107.518,1	116.458,4	119.763,8
Crédito Líquido ao SPA	18.743,3	22.841,0	24.999,0
Crédito à Economia	88.774,8	93.617,5	94.764,8
Massa Monetária	112.444,0	122.589,8	135.868,8
Base Monetária	24.438,6	32.573,6	38.427,4
Inflação (var. média anual IPC em %)	4,5	2,5	1,5
Taxa de Câmbio Efectiva Real (t.v.h. em %)*	2,1	-0,8	-0,5
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)	4,1	4,1	2,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Notas: t.v.h.-taxa de variação homóloga; IPC-Índice de preços no consumidor e BT-Bilhetes do Tesouro.

* Um aumento implica uma redução da competitividade preço do país.

O crédito ao sector público administrativo aumentou cerca de nove por cento em 2013, impulsionado pelo maior recurso do Governo Central, ao longo do ano, ao financiamento interno das suas necessidades de Tesouraria e para compensar algum atraso nos desembolsos da ajuda orçamental.⁵

A expansão monetária foi acompanhada por um forte crescimento da base monetária (18 por cento), reflexo, principalmente, da acumulação de reservas excedentárias, num contexto de aumento significativo dos depósitos dos clientes bancários (14 por cento).

Esse aumento expressivo dos depósitos (particularmente dos depósitos à ordem e a prazo em moeda nacional na ordem dos 19 e 20 por cento, respectivamente), embora sinalize alguma aversão aos riscos, num contexto macro-económico menos favorável, reitera a confiança dos agentes económicos na moeda nacional.

⁵ Em 2013 o crédito líquido ao sector público aumentou em média cerca de 21 por cento. O abrandamento no seu ritmo de crescimento, em termos homólogos em Dezembro, é explicado principalmente pela recuperação dos depósitos, relacionada com os desembolsos da ajuda orçamental de parceiros externos.

Caixa 1. Crédito Mal Parado em Cabo Verde: Uma Análise Estatística às Causas da sua Evolução Recente

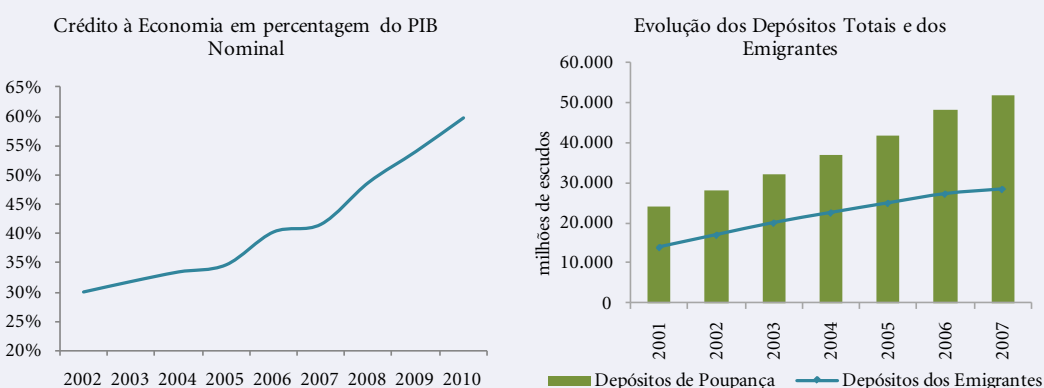
Desde o surgimento da actual crise financeira global, largamente atribuída à acelerada sofisticação do sector financeiro não acompanhada pelo devido reforço dos mecanismos de regulação e supervisão, as autoridades de política mundiais têm prestado uma acrescida atenção ao reforço de medidas visando o adequado funcionamento do sector. Com efeito, o sector financeiro, por possibilitar a transformação de poupanças em investimentos produtivos ou em oportunidades de educação, é reconhecido como um potenciador de crescimento económico, mas o seu funcionamento inapropriado pode acarretar enormes custos sociais, não só os orçamentais, directamente relacionados com o resgate de instituições insolventes, mas também os de oportunidade que são mais caros às economias em desenvolvimento, como é o caso da economia cabo-verdiana.

Não obstante a sua incipiente integração nos mercados financeiros mundiais, a garantia da estabilidade financeira tem também requerido maiores cuidados à autoridade cabo-verdiana supervisora do sistema financeiro. Efectivamente, a evolução desfavorável dos principais indicadores de solidez financeira (nomeadamente o crescimento significativo do crédito mal parado) nos últimos anos, aliada ao imperativo de compatibilizar o desenvolvimento do sistema financeiro com a necessidade de expansão do potencial de crescimento da economia, tornou necessária uma análise aprofundada dos factores determinantes da deterioração da qualidade dos activos bancários.

Para o efeito, elaborou-se um estudo por amostragem ao universo dos bancos comerciais do país.⁶

Numa primeira fase do trabalho, analisou-se a evolução do financiamento da economia nas últimas décadas pelo sector bancário nacional, tendo-se concluído que:

- o papel dominante do sector, enquanto financiador do consumo e investimento dos agentes económicos, expandiu-se com a consolidação das reformas introduzidas na década de 90 do século passado (entre as quais, a segregação das funções do banco comercial das do banco central, a passagem do controlo monetário directo para o indirecto e a privatização dos bancos nacionais), não obstante a dinamização da Bolsa de Valores a partir de 2005;
- a confortável posição de liquidez do sector, sustentada em larga medida pelo consistente e robusto aumento dos depósitos dos emigrantes e pela redução gradual do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa, facilitou uma rápida expansão do crédito à economia entre 2000 e 2011 (em média 16 por cento ao ano, enquanto o PIB nominal crescia em média sete por cento ao ano), numa conjuntura em que o custo de oportunidade do seu investimento em outros activos era menor;⁷ e
- na sua avaliação de riscos, os bancos teriam sido influenciados pelo ciclo económico, em particular pela extraordinária expansão do sector da imobiliária turística, fortemente incentivada pela procura externa.



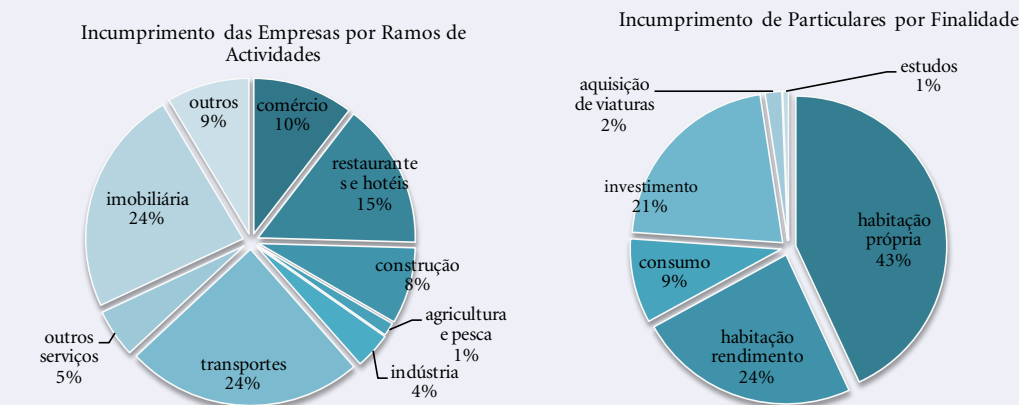
Fonte: Banco de Cabo Verde.

⁶ A amostra foi desenhada com o intuito de caracterizar exaustivamente os duzentos maiores incumpridores (cem particulares e cem empresas) de cada banco. No caso dos quatro menores bancos conseguiu-se analisar o universo dos incumpridores. As informações recolhidas e calibradas representaram cerca de 64 por cento do total do crédito bancário com imparidade, de acordo com o IAS 39 (o que corresponde a cerca de 80 por cento do crédito efectivamente em incumprimento).

⁷ A remuneração das suas aplicações (em facilidade de depósitos no banco central, nos depósitos a prazo no estrangeiro e em títulos da dívida pública) era pouco atractiva e não possuíam uma infra-estrutura operacional que lhes permitisse, eficientemente, efectuar aplicações em activos externos que não fossem depósitos.

A análise estatística e econométrica aos resultados do inquérito realizado junto aos bancos revelou que a degradação da qualidade da carteira de activos dos bancos, nos anos mais recentes, está muito associada à conjuntura económica nacional, à *performance* do sector da construção (excessivamente alavancado) e à evolução do Investimento Directo Estrangeiro (em função da conjuntura de crise financeira e económica dos principais parceiros do país).

Efectivamente, na maioria dos bancos, o incumprimento das empresas cresceu significativamente em 2011 e 2012, estando relacionado, principalmente, com contratos assinados há alguns anos, para financiamento de projectos de investimentos na actividade imobiliária turística e nos transportes.⁸ O incumprimento das empresas ligadas aos ramos de hotelaria e restauração, particularmente as de Santiago, Sal e São Vicente, foi igualmente relativamente elevado, não obstante o desempenho favorável do sector do turismo. Refira-se ainda que mais de 30 por cento das empresas incumpridoras são instituições com participação externa no capital social.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No caso dos particulares, 43 por cento do crédito em incumprimento está associado ao financiamento da habitação própria e 24 por cento ao financiamento de habitação para rendimento. Não obstante, o financiamento de estudos e de aquisição de viatura, além de projectos de investimento, revelou-se igualmente significativo.⁹ A falência do empregador, entretanto, não é estatisticamente significativa. Não obstante, não é menosprezável o peso dos trabalhadores por conta própria na amostra em estudo. Estes seriam, eventualmente, mais vulneráveis à conjuntura económica desfavorável.

De acrescentar ainda que mais de 30 por cento dos incumpridores particulares dos maiores bancos do país são emigrantes, o que sugere que os bancos poderão ter sido, na fase da aprovação das propostas, influenciados pelo ciclo de expansão dos investimentos residenciais, que são os preferidos dos emigrantes. Consequentemente, o agravamento posterior da conjuntura macroeconómica doméstica e internacional poderá explicar boa parte do incumprimento dos seus contratos.

A análise efectuada aos dados disponíveis revela que as causas sociais e as particularidades regionais não têm um impacto significativo no crescimento dos incumprimentos. Entretanto, sugere que o problema do incumprimento comporta alguma componente estrutural, relacionado com algum risco moral na perspectiva de Stiglitz e Weiss (1981), potenciado pelas particularidades (excesso de liquidez bancária e défice de oportunidades da sua rentabilização) e o estágio de desenvolvimento do nosso sistema financeiro.¹⁰

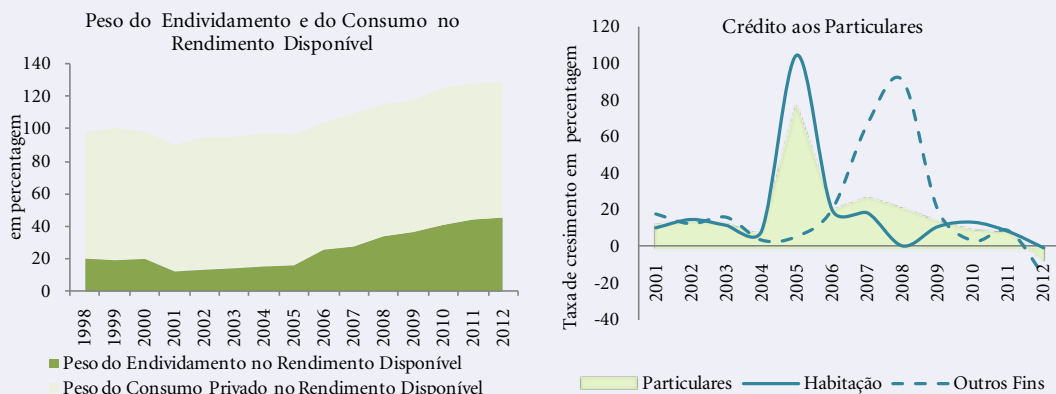
⁸ A maior parte dos créditos em incumprimento da amostra em estudo foi concedida para financiar projectos de investimento (72 por cento), sendo 76 por cento com prazo de reembolso superior a dois anos e 38 por cento com maturidade superior a cinco anos.

⁹ Este resultado estará enviesado entretanto, pelo desenho da amostra, que contempla apenas os maiores devedores.

¹⁰ Na perspectiva de Stiglitz e Weiss (1981), as taxas de juro praticadas pelos bancos afectam directamente a qualidade da sua carteira de empréstimos, seja através da selecção de potenciais devedores (selecção adversa), seja através da influência que exerce no comportamento do credor, bem como dos devedores (risco moral). No primeiro caso, os autores elaboram que taxas de juro elevadas desencorajam os bons devedores, que aceitam níveis de responsabilidade que o seu rendimento pode comportar. Por outro, na medida em que os maus devedores aceitam qualquer juro, uma vez que não se preocupam efectivamente em saldar a dívida, as taxas de juro elevadas tendem a aumentar o peso dos maus créditos nos portfolios dos bancos. Quanto ao risco moral relacionado aos credores, refira-se que embora as taxas de juros sinalizem os riscos do investimento para os bancos, quando estas são elevadas e a posição de liquidez é confortável, os bancos têm um incentivo em concederem mais crédito, uma vez que os ganhos potenciais são maiores, particularmente num contexto em que não existem muitas outras oportunidades de investimento.

Caixa 2. Endividamento das Famílias Cabo-Verdianas

Em Cabo Verde, nos últimos 12 anos, registou-se um rápido crescimento do endividamento das famílias. O peso do endividamento no rendimento disponível das famílias mais do que triplicou, aumentando de 13,4 por cento em 2001 para 43,2 por cento em 2012, o que corresponde a um crescimento de 2,5 pontos percentuais ao ano, em média. Por sua vez, o crédito às famílias cresceu em média 17,9 por cento entre 2001 e 2012, tendo como principal impulsionador o segmento do crédito à habitação, dado o seu peso consideravelmente superior no total dos créditos.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A dinâmica do crédito às famílias resultou de um conjunto de mudanças que se registaram principalmente do lado da oferta de crédito. O aumento do *funding* dos bancos, aliado a outros factores como inovações financeiras, aumento da concorrência entre os bancos, descida das taxas de juro praticadas nas operações de crédito e o afrouxamento de algumas restrições permitiu que um número maior de famílias tivesse acesso ao crédito.

Nos últimos anos, contudo, o aumento dos créditos em risco das famílias, principalmente no segmento de maior risco “crédito para outros fins”, fez aumentar as preocupações quanto à sustentabilidade da sua dívida e as suas consequências para a estabilidade e crescimento económico.

O reconhecimento do importante papel que as famílias desempenham no sistema financeiro nacional, são simultaneamente a principal fonte de financiamento dos bancos e importantes intervenientes no mercado do crédito, e no desempenho macroeconómico em geral, torna pertinente a questão do seu endividamento.

Neste quadro, a caixa apresenta os principais resultados de um estudo visando analisar o perfil do devedor cabo-verdiano e a situação de endividamento das famílias. A análise apresentada baseia-se em dados de carácter microeconómico obtidos através de um inquérito às instituições de crédito, com referência a 30 de Junho de 2013. A natureza destes dados permite analisar a participação no mercado da dívida, o nível de endividamento e o grau de esforço de cada família em função das suas características socioeconómicas e demográficas, por exemplo, a idade, o nível de escolaridade, a situação no mercado de trabalho, o rendimento mensal, entre outros.¹¹

A amostra representativa das carteiras dos bancos inclui 935 indivíduos e 1231 créditos. O crédito ao consumo, que registou um elevado crescimento nos últimos anos, representa cerca de 47 por cento do total dos créditos, enquanto o crédito à habitação, que geralmente é contratado uma única vez pelas famílias, representa 26 por cento do total.

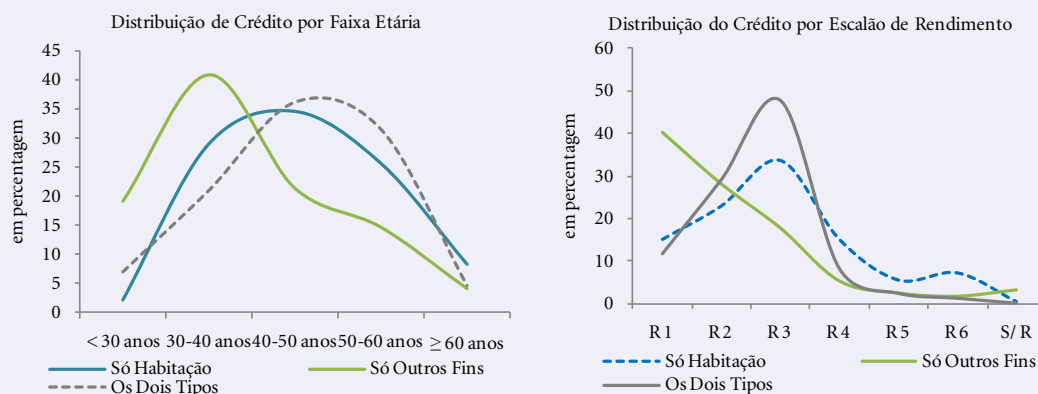
Relativamente às características dos indivíduos da amostra, as famílias com idade compreendida entre os 30 e os 40 anos são as que mais participam no mercado da dívida. Os indivíduos que completaram pelo menos o ensino secundário têm um peso de 81 por cento na amostra. A percentagem de indivíduos que trabalham por conta de outrem é 85 por cento e por conta própria é dez por cento. Em relação ao rendimento, 49,7 por cento dos indivíduos têm rendimentos inferiores à mediana do rendimento mensal da amostra, 74.598 escudos.¹²

¹¹ A análise do nível de endividamento e do grau de esforço é feita a partir dos valores medianos da dívida, a utilização da mediana em vez da média visa minimizar o efeito/influência dos valores extremos da distribuição.

¹² A variável rendimento mensal distribui os indivíduos com rendimento por 6 escalões de rendimento: rendimento 1; rendimento 2; rendimento 3; rendimento 4; rendimento 5; e rendimento 6. Os escalões de rendimento foram determinados com base na Tabela de Retenção Mensal do Imposto Único sobre o Rendimento publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde (I Série - N.º 3 “B.O.” da República de Cabo Verde – 10 de Janeiro de 2013). A variável também considera os indivíduos Sem Rendimento, nomeadamente os estudantes e os desempregados.

Participação das Famílias no Mercado da Dívida

Na análise da participação das famílias no mercado da dívida os créditos foram divididos em dois grupos. O crédito à habitação, que corresponde ao crédito à habitação própria e ao crédito à habitação para rendimento. O crédito para outros fins, que inclui todos os outros créditos, por exemplo, o crédito ao consumo, à formação, para aquisição de automóvel, crédito em cartão de crédito, entre outros. Esta separação deve-se ao facto de a motivação para contrair estas dívidas poder ser diferente. Os resultados sugerem que o devedor cabo-verdiano pertence às franjas mais jovens da população, é solteiro, completou pelo menos o ensino secundário, está no activo e tem rendimento mensal em torno de 65.000 escudos.¹³

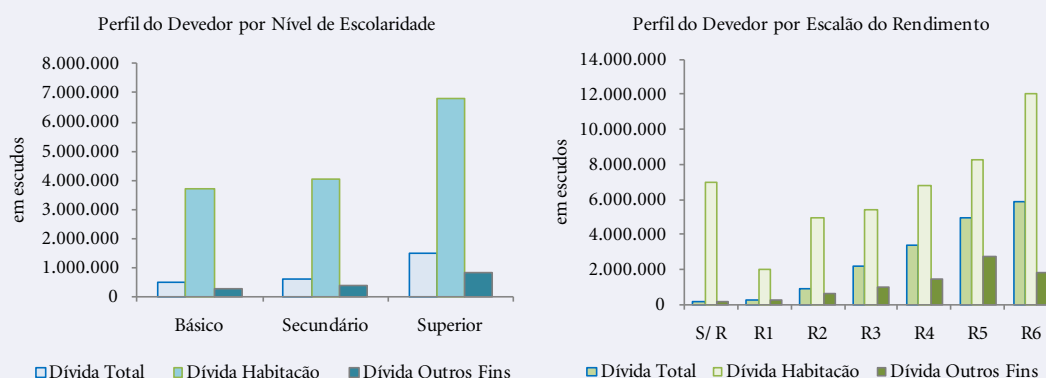


Fonte: Banco de Cabo Verde.

A restrição de liquidez enfrentada pelos indivíduos mais jovens e com menores rendimentos parece ser o principal factor que os leva a recorrer ao mercado da dívida para financiarem tanto os seus projectos como as suas necessidades de consumo corrente.¹⁴ Os indivíduos trabalhadores por conta de outrem são os que mais participam quer no mercado da dívida hipotecária quer no mercado da dívida para outros fins. Este resultado pode estar a reflectir um comportamento conservador por parte dos bancos que preferem emprestar aos trabalhadores por conta de outrem que geralmente têm rendimentos mais estáveis do que aos trabalhadores por conta própria.

Níveis de Endividamento das Famílias

As famílias mais endividadas são as que completaram o ensino superior, que estão casadas e trabalham por conta própria, que pertencem aos três últimos escalões de rendimento (sendo a mediana do rendimento mensal destas famílias igual a 249.149 escudos, enquanto a média igual a 389.000 escudos) e que participam no mercado hipotecário.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

¹³ Podem estar incluídas na classe dos solteiros famílias em união de facto. 83,7 por cento dos indivíduos que participam no mercado da dívida pertencem aos três primeiros escalões de rendimento, sendo a mediana do rendimento mensal destes indivíduos igual a 65.000 escudos (o rendimento médio mensal é igual a 69.691 escudos).

¹⁴ As famílias com rendimentos mais baixos são as que mais contraem créditos para outros fins. Isto pode ser explicado pelo facto de as famílias com menor rendimento terem menor poder de compra e terem de recorrer à dívida para financiar o seu consumo corrente.

No mercado do crédito à habitação, são as famílias na faixa etária dos 30 a 40 anos que têm dívidas mais elevadas, isto acontece porque é nesta fase que a maior parte das famílias estão a construir/comprar a primeira habitação. O elevado nível de endividamento das famílias pertencentes aos últimos escalões de rendimento está relacionado com o facto de a capacidade delas fazerem face aos compromissos assumidos ser também maior.¹⁵ Igualmente espera-se que indivíduos com níveis de educação mais elevados tenham também rendimentos mais elevados e uma capacidade de pagar maior.

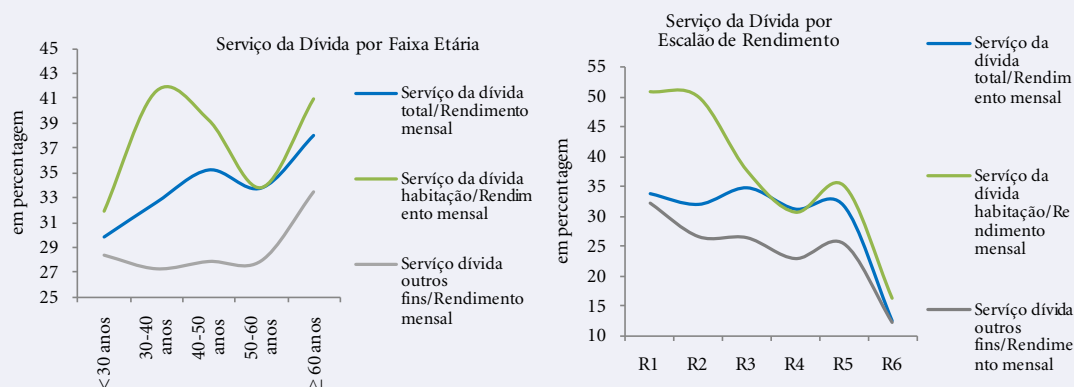
Rácios de Endividamento das Famílias

O rácio do serviço da dívida é uma importante medida do risco de crédito e representa a capacidade das famílias fazerem face aos compromissos que assumiram.

Foram excluídos desta análise os estudantes e os desempregados por não terem um rendimento mensal. A amostra final inclui 909 indivíduos. O valor crítico considerado nesta análise é 40 por cento, à semelhança de outros estudos sobre esta matéria.

Tendo em consideração o total das dívidas, 32,3 por cento das famílias estão em situação de vulnerabilidade, o seu rácio do serviço da dívida total está acima do valor crítico. Nos casos específicos do crédito à habitação e do crédito para outros fins, 44,7 e 23,0 por cento dos indivíduos, respectivamente, têm os seus rácios do serviço da dívida acima do nível crítico.

As situações de maior vulnerabilidade ocorrem entre os indivíduos com idade compreendida entre os 40 e 50 anos e mais de 60 anos, casados, trabalhadores por conta própria ou reformados, que pertencem aos escalões de rendimento mais baixos e que contraíram crédito à habitação. Esta situação pode apresentar riscos consideráveis para o sistema bancário, na medida em que as famílias que se encontram nessa faixa etária e com rendimento igual a 65.000 escudos são as que mais participam no mercado do crédito. Em relação aos indivíduos casados, se se considerar que, em muitos casos, estas famílias contam com um segundo rendimento (que na amostra não é considerado) esta situação pode não ser preocupante. Igualmente, dado o peso relativamente pequeno dos indivíduos com mais de 60 anos na amostra, esta situação pode não apresentar grandes riscos.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Quando se considera a média do rácio do serviço da dívida, a média do rácio do serviço da dívida total é superior à média do rácio do serviço da dívida da habitação para os indivíduos com 40 anos ou mais e para os indivíduos que pertencem aos escalões de rendimento 4 e 5.

Créditos em Risco

As percentagens de créditos em risco correspondem a 12,3 por cento do total de créditos para outros fins e 8,9 por cento do total de créditos à habitação (quer própria, quer para rendimento).

Os indivíduos pertencentes à classe de idade 40-50 anos, com ensino secundário concluído, divorciados e desempregados ou trabalhadores por conta própria têm maiores percentagens de créditos em risco.

A limitação dos resultados apresentados está essencialmente relacionada com a ausência de algumas variáveis socioeconómicas e demográficas dos devedores, nomeadamente as despesas e a riqueza das famílias, o tamanho do agregado familiar, o tipo de família (um adulto, vários adultos, vários adultos e várias crianças, entre outros), o rendimento do casal no caso dos indivíduos casados ou em união de facto, entre outros, para que se possa ter a real noção da extensão do endividamento das famílias e das situações de maior vulnerabilidade. No entanto, estas análises procuram contribuir para um maior conhecimento do perfil do devedor cabo-verdiano e da sua situação de endividamento e da estabilidade do nosso sistema financeiro.

¹⁵ Na amostra 75,5 por cento dos trabalhadores por conta própria têm rendimentos superiores a 65.000 escudos (mediana do rendimento mensal da amostra) enquanto o mesmo acontece para 46,4 por cento dos trabalhadores por conta de outrem (trabalhadores por conta própria têm maior capacidade de pagar).

2.2. Política e Situação Orçamental

Num contexto macro - financeiro pouco favorável, a política orçamental continuou a privilegiar a melhoria da eficiência e o reforço da capacidade de arrecadação de receitas, a continuação da execução do programa plurianual de investimentos públicos (PIIP), eleito desde 2009 como principal instrumento da política económica contra-cíclica, e a contenção das despesas de funcionamento.

Neste quadro, o Orçamento de Estado para 2013 (OE 2013) determinava uma ampla reforma tributária, visando, por um lado, reduzir a ineficiência administrativa favorecida pelo regime de isenções do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que culminou com o ajustamento das taxas do IVA nos bens e serviços administrados (fornecimento de água, electricidade, serviço comunicação fixa, transportes colectivos de passageiro e produtos petrolíferos), bem como nos serviços turísticos para 15 por cento. Por outro, a reforma visava a criação de novos impostos e taxas (como sejam o imposto especial sobre jogos de azar; a taxa estatística; a taxa de pernoita nos estabelecimentos hoteleiros), além da implementação de medidas para melhorar o desempenho da administração tributária (entre as quais: reforma da legislação fiscal; optimização do sistema de arrecadação de receitas tributárias; incentivo ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias; capacitação e reforço do número de inspectores, técnicos e verificadores afectos à inspecção tributária; revisão e reforma dos benefícios fiscais).¹⁶

Por seu turno, o orçamento de investimento foi fixado em 17.968 milhões de escudos, direccionado, sobretudo, para a construção e modernização de infra-estruturas portuárias e rodoviárias, construção de barragens, desenvolvimento do sistema de transportes e segurança marítima, etc.

No que concerne às despesas de funcionamento, visando algum esforço de consolidação, o OE 2013 previa a implementação e o reforço de um conjunto de medidas, entre as quais:

- congelamento de novos recrutamentos de pessoal, com excepção para as áreas da segurança, justiça, saúde e educação;
- racionalização de estruturas na Administração Pública;
- implementação do sistema de avaliação na Administração Pública e operacionalização do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Pública de forma faseada, de modo a minimizar os impactos orçamentais;
- redução transversal da despesa na aquisição de activos não financeiros;
- revisão dos estatutos da aposentação, de maneira a garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social e a melhoria da gestão do pessoal e do funcionamento da administração pública.

A par do esforço de contenção das despesas de funcionamento, previa-se um aumento das despesas com pessoal dos 1.447 milhões de escudos executados em 2012 para 1.752 milhões, relacionado com: a promoção de magistrados, no âmbito da implementação da Lei Orgânica do Ministério Público; o reforço do quadro de pessoal das áreas da segurança, saúde, educação; bem como com a capacitação institucional da área do planeamento.

¹⁶ Ainda, o OE 2013 previa uma revisão no cálculo da retenção na fonte do Imposto Único sobre Rendimento das pessoas singulares, com o intuito de reduzir a discrepância existente entre a retenção mensal e o cálculo anual do imposto devido.

O OE 2013, igualmente, antecipava um crescimento das despesas com aquisição de bens e serviços na ordem dos 1.592 milhões de escudos face ao orçado em 2012, relacionado com o aumento do orçamento da Presidência da República, com o reforço do sector da justiça e com a consolidação do orçamento das escolas secundárias, das delegacias de saúde e das delegações do Ministério do Desenvolvimento Rural, e para fazer face ao aumento das necessidades de medicamentos e produtos alimentares nos hospitais centrais. Estes aumentos, aliados ao agravamento dos juros e encargos com a dívida, deveriam traduzir-se num crescimento das despesas de funcionamento na ordem dos 3.404 milhões de escudos face à execução de 2012.

A conjuntura económica menos favorável, entretanto, condicionou largamente a evolução das contas públicas em 2013. Com efeito, não obstante as reformas introduzidas, as receitas fiscais cresceram 2,3 por cento (muito aquém dos 12 por cento antecipados no OE 2013 relativamente ao OE 2012), contribuindo para uma execução das receitas abaixo do orçado em cerca de 10 mil milhões de escudos.¹⁷

Quadro 5. Principais Indicadores Orçamentais

	2011	2012	2013	2011	2012	2013
	em milhões de escudos			em % do PIB		
Receitas Totais	37.916	35.051	37.275	25,6	23,3	24,5
Receitas Fiscais	29.581	27.515	28.142	20,0	18,3	18,5
Donativos	4.342	2.768	3.859	2,9	1,8	2,5
Outras receitas	3.993	4.768	5.274	2,7	3,2	3,5
Despesas Totais	49.241	50.116	50.240	33,3	33,2	33,0
Despesas Correntes Primárias	32.053	31.298	32.047	21,7	20,8	21,1
Juros da Dívida	2.276	2.866	3.434	1,5	1,9	2,3
Activos não Financeiros	14.912	15.952	14.759	10,1	10,6	9,7
dos quais : Programa de Investimento	14.885	15.904	14.706	10,1	10,6	9,7
Saldo Global incl. Donativos	-11.325	-15.065	-12.965	-7,7	-10,0	-8,5
Saldo Global excl. Donativos	-15.667	-17.833	-16.824	-10,6	-11,8	-11,1
Saldo Primário incl. Donativos	-9.049	-12.199	-9.531	-6,1	-8,1	-6,3
Dívida Pública*	114.669	136.603	155.195	77,5	90,6	102,1

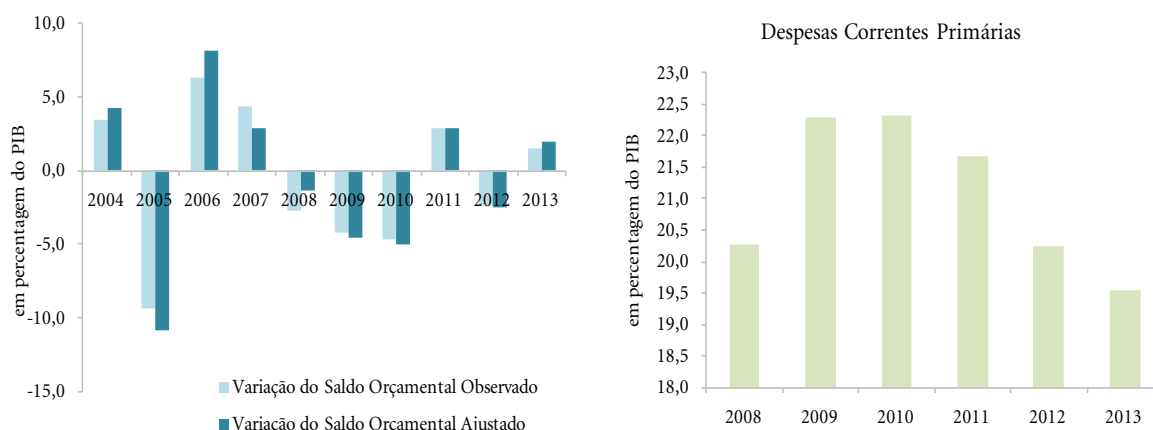
Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Notas: Os PIBs de 2012 e de 2013 são, respectivamente, estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas e do Banco de Cabo Verde; (*) Dívida Pública (incluindo empréstimos retrocedidos às Empresas Públicas).

A evolução pouco favorável das receitas condicionou, por sua vez, a execução das despesas de funcionamento, que atingiram os 23 por cento do PIB (20 por cento em 2012). Assim, o crescimento moderado das despesas de funcionamento, aliado ao desempenho aquém do esperado das despesas de investimento, determinou, ao contrário do previsto no orçamento, uma redução do défice orçamental global na ordem dos 2.100 milhões de escudos, para 8,5 por cento do PIB.

¹⁷ Além da conjuntura económica é de referir o impacto nas receitas fiscais do adiamento da efectivação do ajustamento do IVA no turismo, para entidades que tinham pacotes negociados à data de implementação do OE 2013.

Figura 7. O ciclo económico teve um papel determinante na evolução das receitas, implicando o reforço das medidas de contenção das despesas. Em consequência, o saldo ajustado de flutuação cíclica registou uma melhoria.



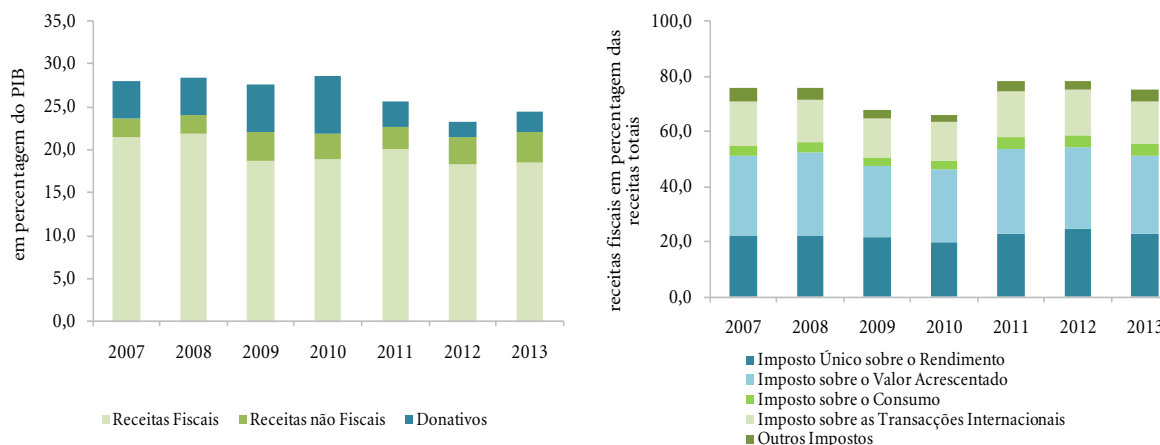
Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Receitas Públicas

Em 2013, as receitas do Estado inverteram a tendência descendente que vinham observando desde 2010, tendo crescido 6,3 por cento para 37.275 milhões de escudos. O melhor desempenho das receitas resultou, em larga medida, do crescimento significativo dos donativos ao Governo de Cabo Verde (39 por cento), impulsionado por um aumento na ordem dos seis milhões de euros da ajuda orçamental sob a forma de donativos, de 291 milhões de escudos dos fundos do *Millenium Challenge Account* e de 235 milhões de escudos (+11,6 por cento) dos donativos directos, sobretudo do Governo Chinês.

A reforma tributária, igualmente, contribuiu para a recuperação das receitas, conforme sugere o crescimento das receitas arrecadadas do imposto sobre o consumo especial (11 por cento), bem como do IVA (em 1,1 por cento), apesar do desempenho mais fraco da actividade económica. De acrescentar, ainda, o contributo positivo para o aumento das receitas fiscais da implementação da contribuição turística, na ordem dos 366 milhões de escudos.

Figura 8. O peso das receitas fiscais no total reduziu, apesar do ajustamento das taxas do IVA e de retenção mensal do IUR de pessoas singulares.



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

As outras receitas evoluíram favoravelmente, suportadas pela implementação do projecto Bancarização do Tesouro, mais especificamente pela concentração nas contas da Direcção Geral do Tesouro das disponibilidades das unidades administrativas autónomas (escolas, polícia, hospitais, entre outros), bem como pela introdução da taxa estatística, cujo valor arrecadado ascendeu a 306 milhões de escudos.

O efeito do ciclo económico menos favorável é evidente na evolução das receitas do imposto único sobre o rendimento (pese embora o regime de incentivo à regularização de dívida fiscal em curso desde Outubro de 2013), bem como nas arrecadações do IVA cobrado nas alfândegas e do imposto sobre transacções internacionais. Estes, reflectindo o fraco crescimento da actividade económica em 2012 e a contracção da procura interna em 2013, registaram decréscimos respectivamente de 0,2, 1,3 e 1,3 por cento, relativamente aos valores arrecadados em 2012.

Despesas Públicas

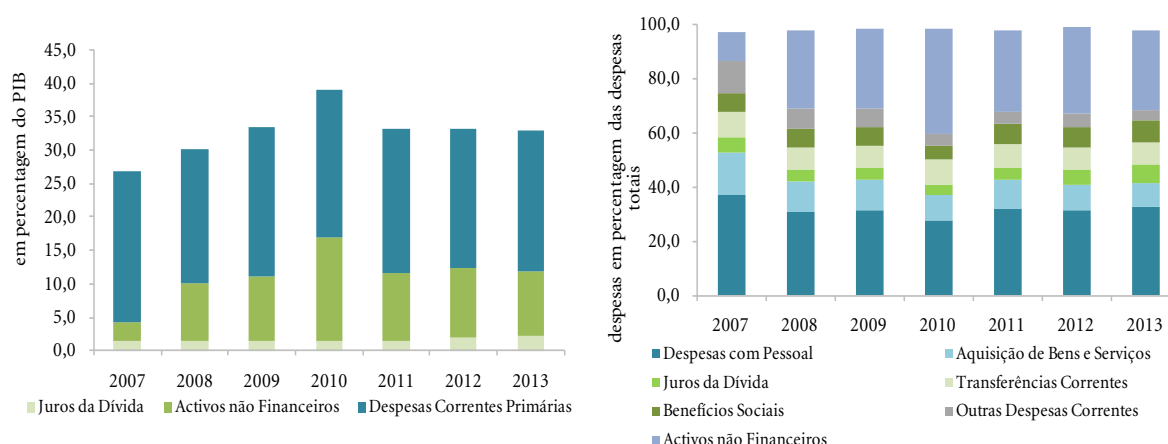
As despesas do Estado de Cabo Verde estabilizaram em 2013 em torno dos 50,2 mil milhões de escudos, tendo o aumento das despesas de funcionamento (em cerca de quatro por cento) compensado a redução das despesas de investimento (em 7,5 por cento).

As despesas de funcionamento ascenderam a 30.964 milhões de escudos, impulsionadas, principalmente, pelos aumentos dos encargos com juros da dívida (em cerca de vinte por cento), pelas despesas com pessoal (em cerca de três por cento, devido à implementação faseada do novo plano de cargos, carreira e salários na administração pública e a novos recrutamentos e progressões na carreira) e pelas despesas com pensões de aposentação (em cerca de sete por cento).

O esforço de contenção orçamental é principalmente notório na evolução das despesas com aquisição de bens e serviços, que registou um perfil contrário ao previsto no OE 2013, decrescendo 8,8 por cento, depois de ter registado um decréscimo na ordem dos cinco por cento em 2012.

No que concerne aos investimentos, as despesas com a aquisição de activos não financeiros no quadro do programa plurianual de investimentos públicos atingiram os 14.706 milhões de escudos em 2013, diminuindo 7,5 por cento relativamente a 2012. A execução aquém da média dos últimos anos (81 por cento do orçamentado, que compara à execução média de 2010 a 2017 na ordem dos 87 por cento) pode ser explicada, em boa medida, pela antecipação de alguns projectos, que acabaram por ser executados em finais de 2012, bem como por atrasos no processo de *procurement* de outros em fase de arranque.

Figura 9. Os gastos do Estado reduzem com a diminuição das despesas de investimento.



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

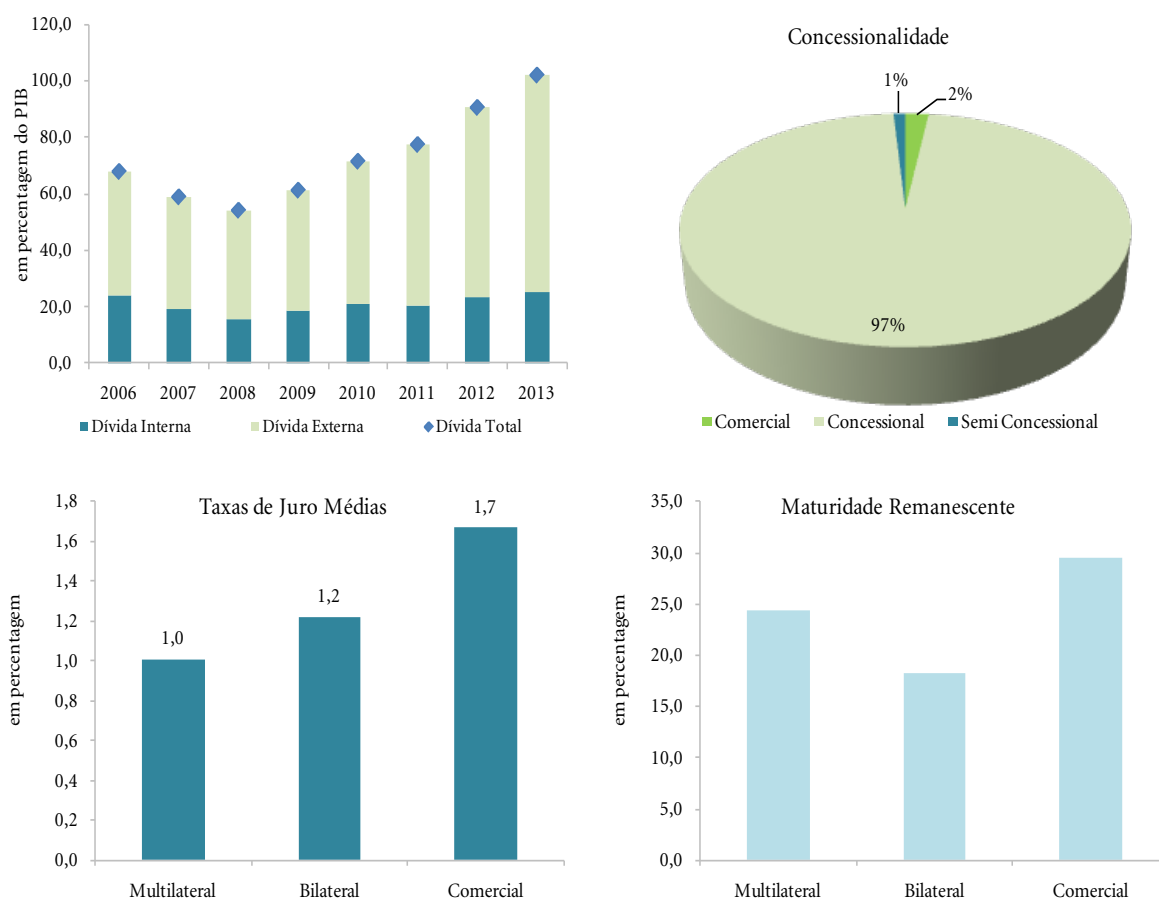
O peso do Estado na economia, medido pelo total das suas despesas relativamente ao PIB, reduziu 0,8 pontos percentuais em 2013, passando a representar 32 por cento do PIB, essencialmente devido à redução das despesas de investimento. Apesar do esforço de consolidação, as despesas de funcionamento aumentaram de 20 para 23 por cento do PIB.

O comportamento dos gastos correntes estará muito associado à rigidez da estrutura das despesas do Estado, uma vez que as despesas obrigatórias (entre as quais, salários, benefícios sociais e transferências para os municípios) acrescidas de juros da dívida externa ascenderam a 77 por cento do total das despesas de funcionamento, em finais de 2013. A referida rigidez da estrutura das despesas condiciona sobremaneira o desenho de uma política de consolidação orçamental, num contexto em que a economia cabo-verdiana possui ainda um défice relevante de infra-estruturas para ampliar o seu potencial de crescimento.

Financiamento

A política de financiamento do orçamento continuou a privilegiar a contratação de dívida externa para o financiamento de projectos no quadro do PPIP, priorizando os acordos com taxas de concessionalidade igual ou superior a 35 por cento e o euro como moeda de contratação. Na sua estratégia, o Governo recorreu ao endividamento interno sobretudo para financiar as necessidades de tesouraria para a execução do orçamento corrente.

Figura 10. A carteira da dívida do Estado é composta em 53 por cento por dívida externa contratada junto a parceiros multilaterais e bilaterais em condições muito concessionais.



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Em 2013, para fazer face às suas necessidades de financiamento, bem como para o financiamento de projectos de investimento directamente afectos à responsabilidade de algumas empresas públicas, o *stock* da dívida pública bruta (não líquida dos depósitos do Governo Central) aumentou 13,6 por cento, para 155.195,2 milhões de escudos.

A evolução da dívida do Estado reflectiu aumentos na ordem dos 16 por cento dos empréstimos contratados junto a parceiros externos (não obstante a redução dos desembolsos líquidos de amortização em 2013) e de sete por cento das emissões dos títulos do Tesouro. Neste quadro, os *stocks* brutos da dívida externa e da interna ascenderam, respectivamente, a 76 e 25 por cento do PIB.¹⁸

A implementação do PPIP ancorada numa estratégia de aproveitamento de condições de financiamento altamente vantajosas, determinou a aceleração do endividamento do Estado Cabo-Verdiano, para valores considerados elevados. Registe-se que em cinco anos (de 2008 a 2013), o *stock* da dívida do Governo Central aumentou cerca de 40 pontos percentuais do PIB, com a duplicação do *stock* da dívida externa.

¹⁸ Subtraído dos depósitos do Governo a dívida interna fixaria-se em torno de 20 por cento do PIB, em linha com a estratégia de gestão da dívida pública do Governo.

O contexto de perda da dinâmica de crescimento económico, de alteração do mecanismo de financiamento da economia e de persistência de elevados riscos na economia que condicionam a iniciativa privada, torna imperativa a análise da sustentabilidade da política orçamental em vigor, desde 2009.¹⁹

Face à complexidade de uma análise abrangente da sustentabilidade orçamental, numa primeira fase avaliou-se, no quadro da nova metodologia do FMI e do Banco Mundial para análise da sustentabilidade da dívida pública (IMF-IDA, 2012), se os retornos directos e indirectos da política serão suficientes para amortizar o capital alheio investido.

A análise da sustentabilidade da dívida, no pressuposto do início do *phasing out* da actual política a partir de 2015, de acordo com o Orçamento do Estado para 2014, sugere que a dívida pública seja sustentável no longo prazo.²⁰

Quadro 6. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública

Valor Presente da Dívida Total	Limiares Críticos				
	Valor Presente da Dívida Externa em %			Serviço da Dívida Externa em %	
	PIB	Exportações	Receitas	Exportações	Receitas
74% do PIB	[47,5 52,5]	[190 210]	[285 315]	[23,75 26,25]	[20,9 23,1]

Projeções dos Indicadores Cabo-Verdianos para Médio Prazo (2014-2017)- Cenário Base

Valor Presente da Dívida Total	Valor Presente da Dívida Externa em %			Serviço da Dívida Externa em %	
	PIB	Exportações	Receitas	Exportações	Receitas
57% do PIB	42	135	178	8	10

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Uma análise probabilística complementar sugere igualmente que a probabilidade do Estado incumprir as suas obrigações contratuais no longo prazo é inferior a 20 por cento. Essa probabilidade, entretanto, aumenta em cerca de dez pontos percentuais quando se simula um choque de passivos contingentes (incumprimento por parte das empresas públicas e/ou câmaras municipais), com aumento das responsabilidades contratuais do Estado em cerca de dez por cento. Igualmente, perspectivando um crescimento da economia num nível ligeiramente mais baixo (em média em torno dos dois por cento ao ano de 2014 a 2022) e um agravamento dos juros devidos em cerca de um ponto percentual sobre o valor do cenário central, a probabilidade de incumprimento aumenta, respectivamente, em sete e seis pontos percentuais.

Não obstante o risco de incumprimento por parte do Estado Cabo-Verdiano ser considerado relativamente baixo dado o alto grau de concessionalidade da sua dívida, o seu nível elevado não deixa de constituir um potencial risco à acumulação de capital e ao crescimento económico, principalmente, por afectar as expectativas, por um lado, quanto à evolução dos custos de financiamento interno e externo dos investimentos privados e, inevitavelmente, a competitividade da economia. Por outro, afecta potencialmente a per-

¹⁹ Além das falhas inerentes à própria intervenção estatal resultantes da assimetria de informação, limitado controle sobre a resposta do sector privado e sobre a burocracia e condicionalismos políticos, entre outros.

²⁰ O cenário central da análise sustenta-se na projecção de longo prazo das variáveis orçamentais, em linha com o *Medium Term Fiscal Framework* de 2014 a 2017 e no crescimento real do produto interno bruto na ordem dos três por cento de 2014 a 2022.

cepção dos agentes económicos quanto à estabilidade da política orçamental e tributária, com impacto consequente nas decisões de poupança e investimento.

Finalmente, mas não menos importante, devido à diminuição do espaço orçamental, o endividamento do Estado reduz a sua capacidade de implementar políticas contra-cíclicas e outras que incentivem o aumento do potencial de crescimento económico (nomeadamente em infra-estruturas cujas características e custos tornam proibitivos a sua construção pelos privados; em capital humano; e na inovação), além de limitar a sua capacidade de exercer o seu papel de prestamista de última instância da economia.

Capítulo 3. Procura, Produção e Preços

3.1. Procura e Produção

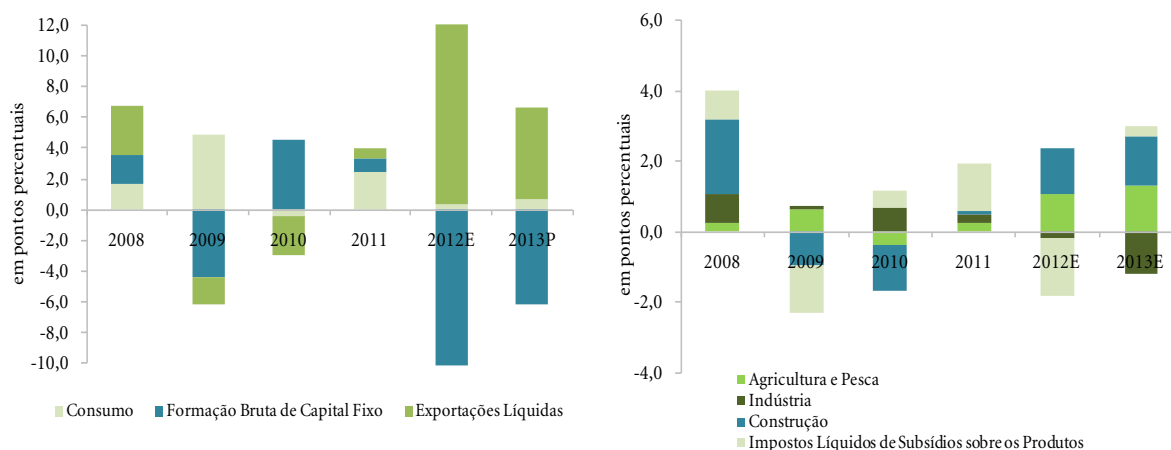
Em 2013, num contexto de enquadramento internacional desfavorável, marcado ainda pela contracção económica da Área do Euro, a economia cabo-verdiana continuou a apresentar uma tendência de desaceleração do crescimento.

As estimativas preliminares do Banco de Cabo Verde sugerem um crescimento real da economia abaixo de um por cento, determinado, principalmente, pelo contributo positivo do sector primário. Na óptica das despesas, o crescimento foi determinado essencialmente pela redução das importações, em linha com a evolução da procura.

O desempenho menos conseguido da economia reflectiu, em larga medida, a fraca *performance* do sector privado, limitada por condições de financiamento e de investimento adversas e por alguma aversão aos riscos macroeconómicos e financeiros.

Com efeito, as estimativas do BCV apontam para uma contracção da procura interna em 5,5 por cento em 2013 (8,2 por cento em 2012), em resultado sobretudo da forte retracção do investimento empresarial. Esta retracção foi influenciada, por um lado, pela permanência de condições de financiamento internas e internacionais ainda pouco favoráveis, conforme sugere o ligeiro crescimento do crédito interno à economia (determinado também pela deterioração do balanço de boa parte do tecido empresarial nacional) e a redução da dívida privada externa e do investimento directo estrangeiro. Por outro, a persistência de constrangimentos que limitam o desenvolvimento de iniciativas empresariais, como sejam: limitado acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento; elevada incidência tributária; rigidez da lei laboral; excesso de burocracia na administração pública; entre outros, que de acordo com o Relatório *Doing Business* 2013 do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional, terão também continuado a contribuir para o desempenho menos conseguido dos investimentos empresariais.

Figura 11. A evolução das exportações líquidas, do lado da procura, e do sector primário, do lado da oferta, determinaram o crescimento económico em 2013



Fonte: Estimativas do Banco de Cabo Verde a partir das novas Contas Nacionais do INE, tendo em conta a metodologia do sistema de contas nacionais das Nações Unidas de 1993.

Nota: E-estimativas. 2012-estimativas do INE; 2013-estimativas do BCV.

Figura 12. Os factores que mais condicionam a competitividade empresarial em Cabo Verde:

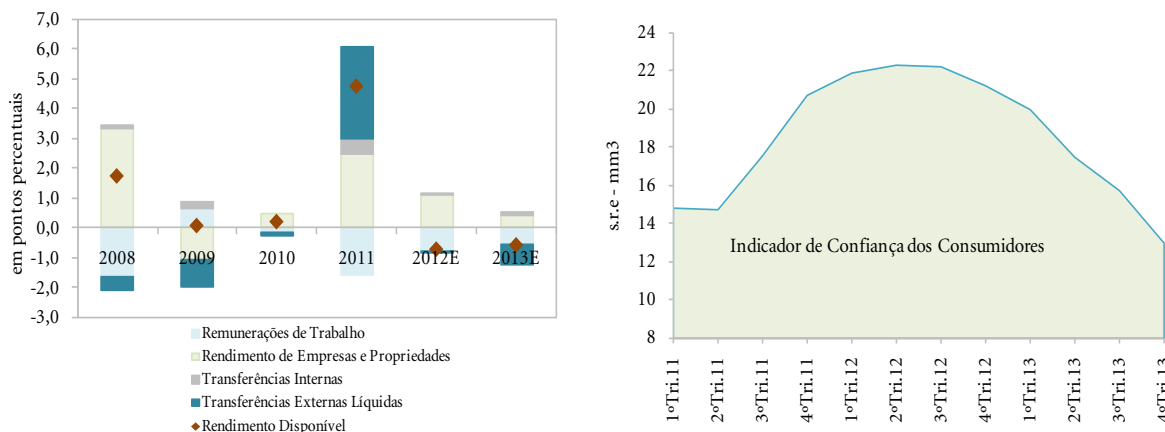


Fonte: Banco Mundial e Corporação Financeira Internacional.

Ainda, o forte crescimento dos depósitos de residentes nos bancos nacionais bem como a tendência descendente da procura de financiamento de longo prazo sugerem igualmente que a aversão aos riscos terá afectado, em alguma medida, as decisões dos investidores nacionais.

Por seu turno, o consumo privado reduziu 0,9 por cento, depois de ter estagnado em 2012, em função da evolução desfavorável do rendimento real disponível das famílias, determinada pela queda das remessas dos emigrantes, pela redução dos rendimentos de empresas e propriedades e pela estagnação das remunerações salariais. Não obstante, a taxa de poupança bruta das famílias continuou a aumentar, corroborando a evolução pouco favorável da confiança dos consumidores, num contexto de elevada incerteza quanto às perspectivas económicas e financeiras e de manutenção de elevadas taxas de desemprego (16,4 por cento).

Figura 13. A redução do rendimento disponível das famílias e, em alguma medida, a deterioração da confiança dos consumidores explicam o comportamento desfavorável do consumo privado.



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas e Banco de Cabo Verde.

Nota: E-estimativas.

s.e.-mm3-taxas de variação de médias móveis dos saldos das respostas extremas.

O Mercado de Trabalho em 2013

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, o mercado de trabalho cabo-verdiano registou uma taxa de desemprego de 16,4 por cento em 2013, 0,4 pontos percentuais abaixo do valor registado em 2012.

Para a ligeira redução da taxa de desemprego foi determinante a diminuição da população activa, na ordem dos dois por cento, num contexto de contínuo aumento da população em idade activa.

Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

	2012	2013	t.v. 2013/12 em %
População Activa	225.819	221.874	-1,7
Empregada	187.904	185.486	-1,3
Desempregada	37.915	36.388	-4,0
População em Idade Activa	330.955	339.260	2,5
População Total	360.860	368.928	2,2
Taxa de Actividade	62,6	60,1	-2,4 p.p.
Taxa de Ocupação	52,1	50,3	-1,8 p.p.

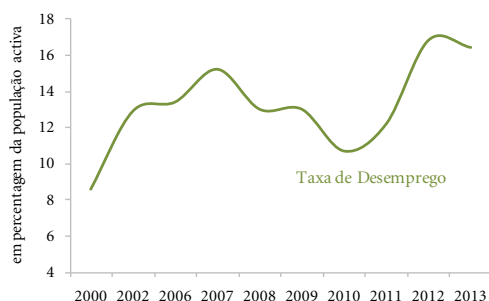
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Nota: p.p.-pontos percentuais; t.v.-taxa de variação.

O desemprego continuou a afectar essencialmente jovens à procura do primeiro emprego (34,6 dos desempregados têm idade compreendida entre 15-24 anos), com nível de escolaridade secundária (21,3 por cento) e pós-secundária (15,6 por cento), sugerindo algum desajustamento entre a formação académica/profissional e a oferta de trabalho.

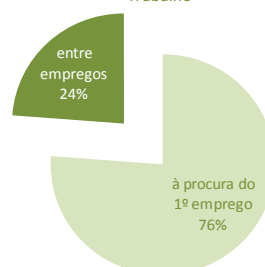
O desemprego estrutural, que corresponde ao número de pessoas à procura de emprego há pelo menos 6 meses, também aumentou, tendo a duração média no desemprego passado de 11,9 meses para 16,9 meses. Registe-se o aumento para 36,1 por cento (25,6 por cento em 2012) do número de indivíduos em situação de desemprego há mais de um ano.

A duração do desemprego tem repercussões importantes na produtividade e na evolução do produto potencial da economia, na medida em que o afastamento prolongado do mercado de trabalho tende a depreciar fortemente o capital humano, devido à perda de competências adquiridas na formação académica e profissional, podendo até encorajar o afastamento definitivo do desempregado deste mercado.



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Situação dos Desempregados Face ao Mercado de Trabalho



Na óptica da oferta, a evolução dos indicadores acompanhados pelo BCV indiciam uma *performance* positiva da agricultura, embora em ritmo decrescente, devido à dissipação do efeito na base produtiva do aumento da área irrigada desde 2011. Refira-se que a agricultura, enquanto um dos sectores prioritários de desenvolvimento no quadro do III Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza Nacional, tem beneficiado de avultados investimentos públicos tanto no capital físico (construção de barragens) como no capital humano (capacitação e introdução de novas técnicas no cultivo).

A actividade piscícola evoluiu também favoravelmente em 2013, tendo as exportações retomado os níveis de 2011, com alguma recuperação económica dos principais mercados de escoamento de produtos cabo-verdianos e resolução de alguns problemas infraestruturais.

O sector secundário, entretanto, continuou a contribuir negativamente para o crescimento, principalmente devido à evolução desfavorável da indústria transformadora. Realce-se, entretanto, o comportamento positivo da construção, que começou a recuperar alguma dinâmica em 2012. O comportamento mais favorável da construção nos últimos dois anos reflectiu, em boa medida, a dinâmica das obras públicas (relacionada com o programa de infra-estruturação do país, incluindo o programa casa para todos), depois de dissipados os efeitos da forte contracção da imobiliária turística desde 2009.

A par do sector secundário, os serviços, que representam cerca de 60 por cento do PIB, evoluíram negativamente em 2013, reflectindo, principalmente, os desempenhos desfavoráveis do comércio e dos transportes, aliados a um fraco crescimento do turismo. Os desempenhos daqueles sectores, bem como dos serviços não mercantis (administração pública) e dos impostos líquidos, terão sido condicionados, em boa medida, pela desaceleração da procura, aliada a algum défice de investimento.

A Actividade Turística em 2013

A actividade turística apresentou uma dinâmica mais fraca em 2013, tendo a procura turística internacional crescido cerca de três por cento, abaixo dos crescimentos médios globais e da sub região em que o país está inserido, ambos estimados em cinco por cento.

As informações disponíveis sugerem que a evolução menos favorável da procura turística poderá estar em certa medida relacionada com um défice de oferta complementar aos serviços tradicionalmente disponibilizados aos turistas.

Principais Indicadores do Turismo

	2011	2012	2013
Contributo Relativo do Turismo para a Economia (*)	4%	4%	5%
Emprego Directo no Turismo (em % do Emprego Total)	3%	3%	3%
Número de Turistas Internacionais Entrados no País	428.273	482.267	502.874
Número de Dormidas no País	2.703.909	3.184.524	3.279.928
Receitas Brutas de Turismo Total (milhões de escudos)	29.523	33.799	36.716
Receitas Brutas de Turismo <i>per capita</i> por dia (em escudos) (**)	12.094	11.681	11.538
Número de Camas Disponíveis	14.076	14.999	15.995
Taxa de Ocupação	58,2	57,0	56,0
Duração da Estadia (n.º de noites)	5,7	6,0	5,9

Fonte: Banco de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatísticas.

Nota: (*) Valor Acrescentado Bruto do sector sobre o total. Os dados referentes a 2012 e 2013 são estimativas do Banco de Cabo Verde.

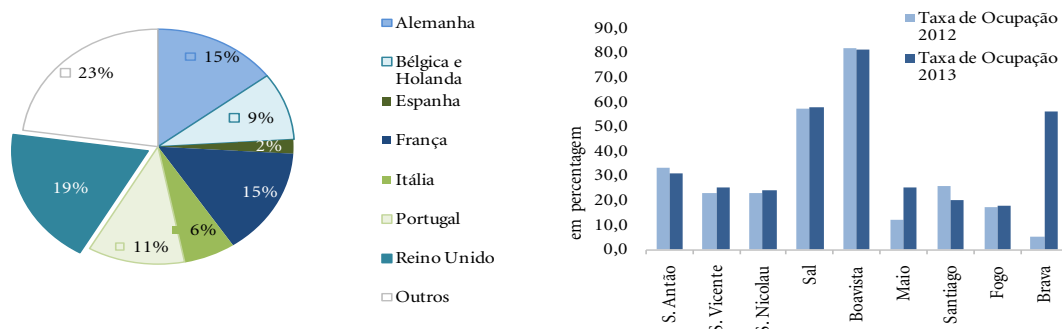
(**) Inclui excursionistas.

Com efeito, não obstante o seu desempenho económico comparativamente favorável, a contracção da procura do Reino Unido e o arrefecimento da procura alemã, que representam os maiores mercados emissores do turismo nacional, foram determinantes para o comportamento menos conseguido do sector. Igualmente, a recuperação de alguns mercados tradicionais, nomeadamente de Portugal e Itália, sugerem que as condições económicas e financeiras dos principais mercados emissores não foram determinantes para o comportamento menos favorável da procura turística.

Contudo, a recuperação dos mercados concorrenciais de Cabo Verde, nomeadamente Marrocos e Tunísia, cuja procura cresceu cerca de seis por cento, de acordo com a Organização Mundial do Turismo, sugere que a oferta nacional não terá conseguido reter alguma procura desviada do Norte de África, devido a instabilidades políticas e sociais.

Ainda, o contínuo crescimento da capacidade de alojamento do país (cresceu cerca de sete por cento em 2013) e a ligeira redução da taxa de ocupação (de 58 para 56 por cento) indiciam que a oferta hoteleira não condicionou a evolução da procura turística, dissipado o efeito de base do forte crescimento da oferta em 2011.

Procura Turística por Origem e Destino



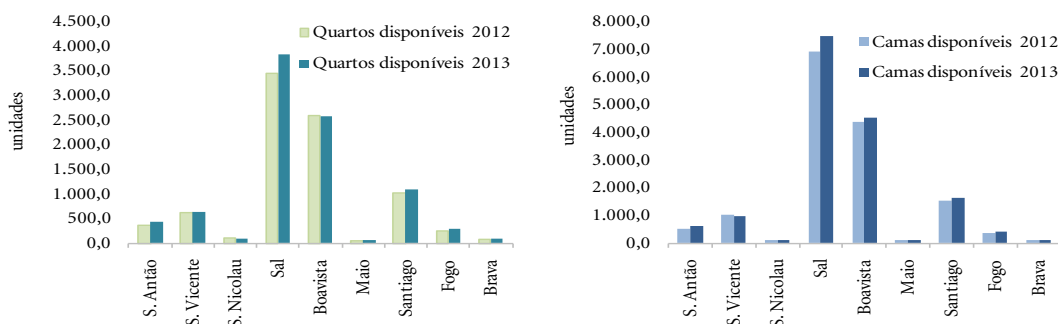
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Além de algum défice de produtos complementares ao turismo tradicional, no quadro da avaliação da competitividade pelo World Tourism Council, a melhor *performance* do sector poderá estar algo condicionado pela hospitalidade dos cabo-verdianos e pelo défice de políticas de protecção e promoção da atractividade do ambiente natural.

Refira-se que Cabo Verde, enquanto destino turístico, classificou-se em octogésimo sétimo lugar no *ranking* global do Travel and Tourism Competitiveness Index (TTCI) de 2013, o que representa uma melhoria de duas posições em relação a 2011. O índice, que pretende medir os factores e as políticas para o desenvolvimento do sector das viagens e turismo nos diferentes países, é calculado com base em três subíndices, sendo o primeiro “Quadro Regulatório”, o segundo “Ambiente Empresarial e Infra-estrutura” e o terceiro “Recursos Humanos, Culturais e Naturais”.

O país apresentou uma melhoria face a 2011 em todos os subíndices do TTCI 2013. No primeiro, ficou classificado na septuagésima nona posição, o que representa uma subida de seis posições em relação a 2011, em resultado, essencialmente, da modernização da legislação sobre o sector, nomeadamente da publicação ainda em 2011 do Decreto de Lei que regula o acesso e exercício da actividade dos prestadores de serviços de turismo. No segundo subíndice o país classificou-se na sexagésima sexta posição, melhorando sete posições, com a melhoria da competitividade dos preços internos no sector de viagens e turismo. No terceiro pilar, apesar de ter registado uma melhoria de sete posições em relação a 2011, o país posiciona-se no centésimo sétimo lugar, entre os 33 piores do ranking. Os pilares “afinidade por viagens e turismo” e “recursos naturais” são os que mais contribuíram para que o subíndice “Recursos Humanos, Culturais e Naturais” tivesse uma fraca prestação no TTCI 2013, continuando a constituir o principal constrangimento ao desenvolvimento do sector e a limitar o posicionamento de Cabo Verde no ranking mundial.²¹

Oferta Turística por Ilhas



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

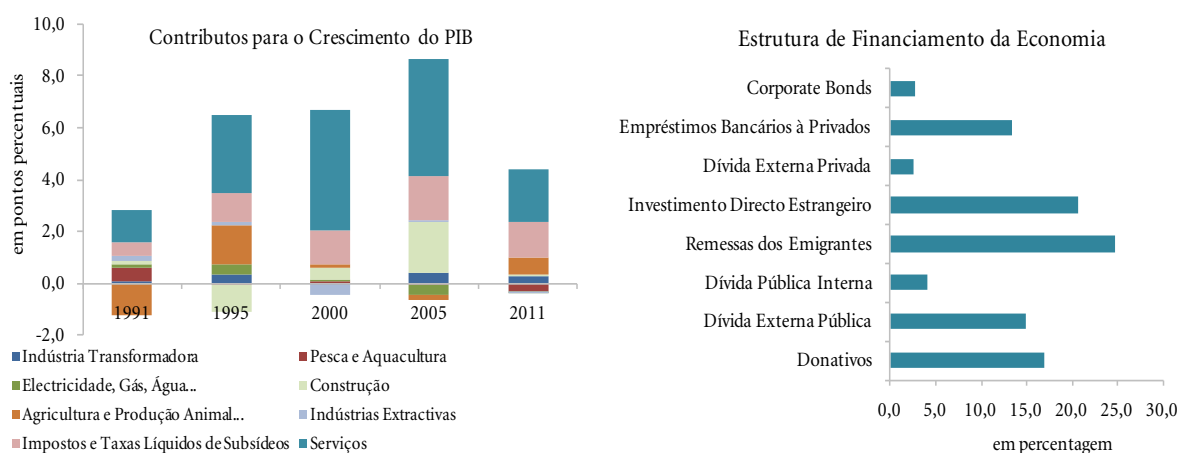
²¹ O primeiro pilar mede a extensão em que um país e sociedade são abertas a visitantes estrangeiros, enquanto o segundo avalia uma série de medidas de promoção da atractividade do ambiente.

A contínua perda da dinâmica de crescimento económico desde o despoletar da actual crise global, aliada ao contexto de reduzido espaço de actuação das políticas macroeconómicas, requereu uma análise histórica dos principais factores de crescimento nas últimas duas décadas.

A análise da série retropolada das contas nacionais, estimada com base na nova metodologia do Instituto Nacional de Estatísticas, sugere que a alteração do modelo de desenvolvimento na década de 1990 e a consequente modernização da economia, motivada pela transferência de tecnologias e *know how* (principalmente com as privatizações das telecomunicações e da banca, bem como, posteriormente, pelo investimento directo estrangeiro no turismo e investimento nas tecnologias de informação e comunicação), não terão sido suficientes para reduzir a vulnerabilidade da economia cabo-verdiana, aumentar a sua resiliência a choques exógenos e sustentar um contínuo aumento do potencial de crescimento da economia.²²

Com efeito, uma análise sectorial sugere que a economia tenha crescido desde 1991 à taxa média anual de cinco por cento, suportado, sobretudo, pelas dinâmicas dos sectores dos transportes e das telecomunicações, da administração pública (particularmente nos anos em que a economia crescia acima do potencial), do comércio e da construção, financiado, essencialmente, pelas remessas dos emigrantes, ajuda pública ao desenvolvimento e investimento directo estrangeiro.

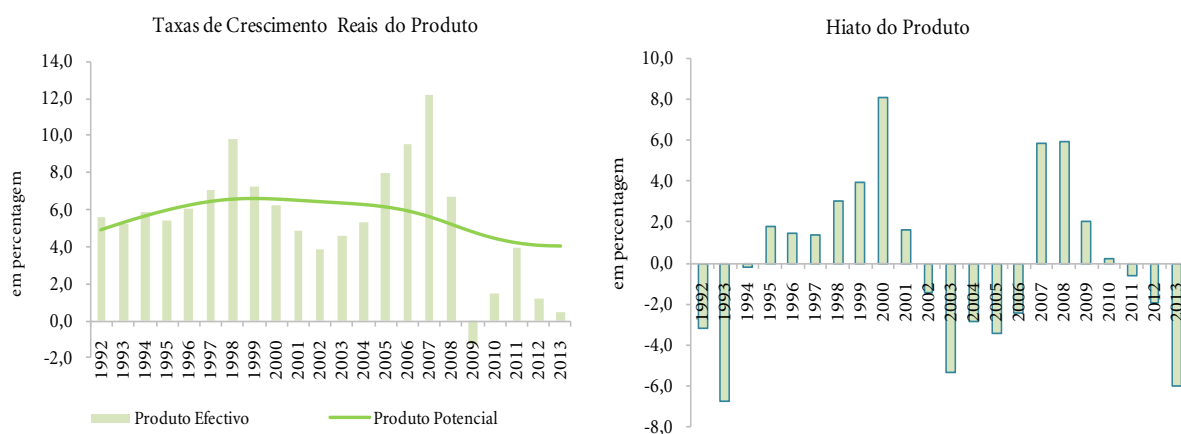
Figura 14. O crescimento económico tem sido impulsionado pelos sectores dos serviços e da construção, financiados sobretudo com remessas, investimento directo estrangeiro e donativos.



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

²² O elevado grau de abertura da economia (101 por cento do PIB), a elevada concentração das suas exportações no pescado e no turismo (representam 59 por cento do total das exportações), bem como no mercado da Área do Euro (que absorve 90 por cento das exportações cabo-verdianas), além da excessiva dependência do país nas importações de bens de consumo, equipamentos e energéticos explicam a vulnerabilidade do país a flutuações cíclicas da economia internacional e em particular à dinâmica económica da Área do Euro.

Figura 15. O produto potencial da economia apresenta uma tendência decrescente desde meados da década de 2000.



Fonte: Banco de Cabo Verde

Ainda, estimativas com base no filtro Hodrick-Prescot sugerem um perfil descendente do produto potencial de Cabo Verde desde 2004, interpelando à necessidade de uma reorientação do papel do Estado na economia, com vista à criação de um quadro institucional mais favorável ao desenvolvimento da capacidade empresarial, bem como ao investimento e financiamento do sector privado.

3.2. Preços

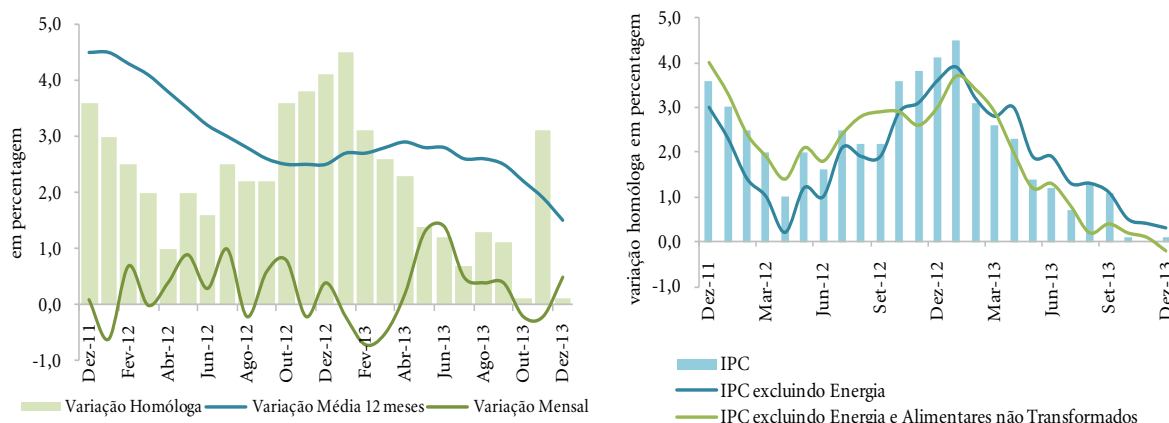
Os preços no consumidor continuaram a apresentar um perfil de desagramento em 2013, fixando-se a taxa de inflação média anual em 1,5 por cento em Dezembro (2,5 por cento em 2012).

O comportamento dos preços no consumidor reflectiu, em larga medida, a redução dos preços internacionais de energia e de bens alimentares, bem como a redução dos preços no consumidor e no produtor dos principais mercados de importação, num contexto de contracção da procura interna, abrandamento da procura externa e aumento da produção doméstica de frescos e de energia. Estes factores mais que compensaram o impacto na inflação nacional do ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado nos bens e serviços administrados, ocorrido em Janeiro de 2013.²³

Sendo uma economia muito dependente de importações de bens alimentares e energia, a redução dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e não energéticas, reflexo de uma ainda fraca procura global, contribuiu largamente para a deflação das classes de bens alimentares e bebidas não alcoólicas e dos transportes, bem como para o perfil de desagramento dos preços da classe de rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis. Refira-se que esta última foi a classe mais afectada pela política de ajustamento da taxa do IVA, que resultou num aumento líquido dos preços de fornecimento de electricidade e água de dez e 12 por cento, respectivamente, em Janeiro.

²³ Em termos homólogos os preços da classe de rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis registou um aumento de 10,7 por cento, que compara ao crescimento de 6,3 por cento registado em Dezembro. No que concerne aos combustíveis, não obstante a redução dos preços da gasolina em cerca de 20 por cento, em termos agregados a normalização da taxa do IVA resultou num aumento dos preços de 0,45 por cento.

Figura 16. A inflação foi determinada pelo comportamento dos componentes mais voláteis do índice de preços no consumidor, nomeadamente os bens energéticos.

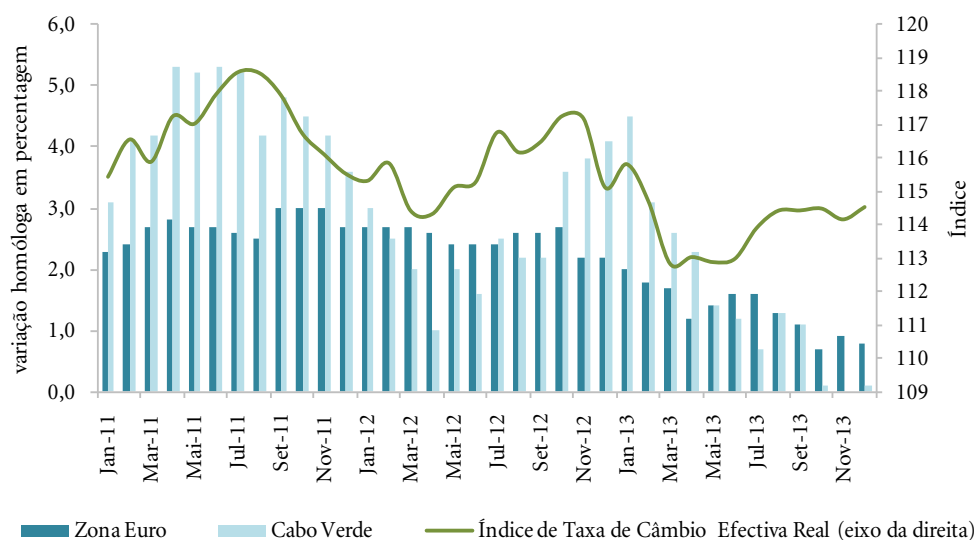


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

O impacto da inflação importada na evolução dos preços internos foi reforçado pela forte desaceleração dos preços no produtor e no consumidor de Portugal, Holanda, França e Espanha, que em conjunto representam cerca de 74 por cento do mercado das importações cabo-verdianas.

Assim, não obstante a redução das pressões inflacionistas internas, o aumento do diferencial dos preços nacionais relativamente aos preços da Área do Euro teve um impacto menos positivo na evolução da competitividade preço do país.

Figura 17. A redução do diferencial de preços com a Área do Euro teve impacto negativo na competitividade do país.



Fonte: Banco de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatísticas e Eurostat.

A redução das pressões inflacionistas também devido ao fraco desempenho da procura interna, num contexto de estabilização salarial e de condições ainda pouco favoráveis ao financiamento de iniciativas empresariais não obstante o afrouxamento monetário, reflectiu-se numa redução do diferencial dos preços internos relativamente aos preços da Área do Euro, com impacto negativo na competitividade preço do país.

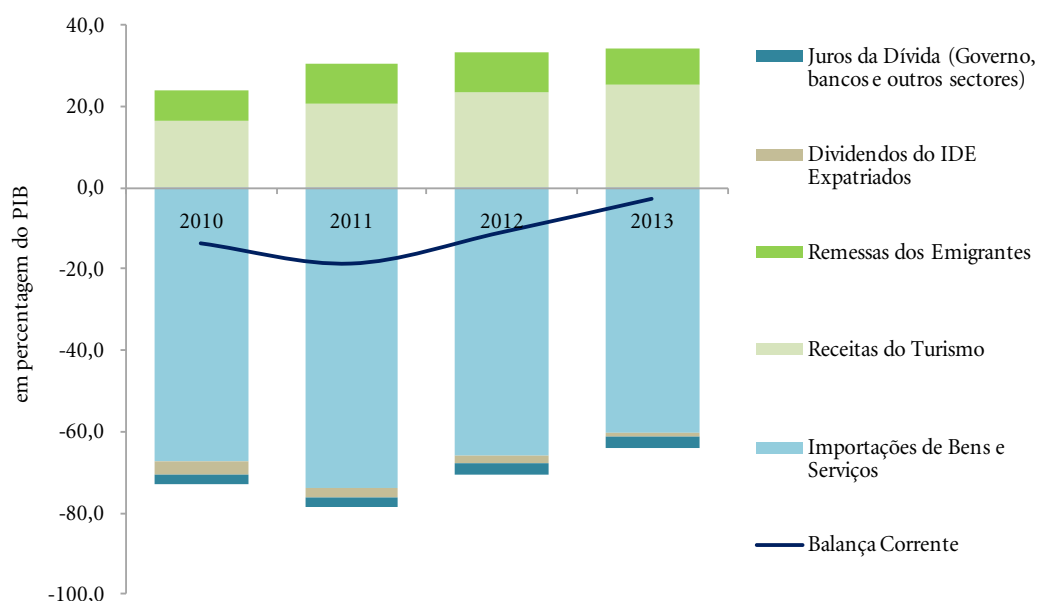
Capítulo 4. Contas Externas

As contas externas mantiveram uma *performance* favorável em 2013, tendo as necessidades de financiamento da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, reduzido cerca de 76 por cento. As reservas externas, consequentemente, registaram um crescimento histórico na ordem dos 50 milhões de euros, passando a garantir cinco meses de importações.

O comportamento muito positivo das contas externas, e em particular a redução do défice da balança corrente de 11 para três por cento do PIB, reflectiu, em larga medida, os desenvolvimentos macro - financeiros conjunturais, nomeadamente as condições pouco favoráveis de financiamento do sector privado, a contenção e a redução dos gastos correntes e dos investimentos públicos, bem como o perfil tendencialmente decrescente da actividade económica nacional desde 2011.²⁴

Com efeito, acompanhando a evolução da procura interna, as importações de bens e serviços reduziram em cerca de oito por cento, em função da contínua diminuição das importações de bens (cinco por cento), da queda das importações de serviços empresariais, profissionais e técnicos diversos (na ordem dos 22 por cento), bem como da redução dos encargos com deslocações em negócios (em seis por cento). Realce-se, igualmente, o contributo muito positivo para a redução das importações de serviços em particular, da diminuição significativa das despesas externas com manutenção e reparação de aviões, na ordem dos 45 por cento.

Figura 18. A redução do défice comercial, bem como dos dividendos expatriados, explica a significativa diminuição do défice estrutural da balança corrente.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

²⁴ A redução dos custos devido a uma produção mais estável da electricidade com recurso crescente a energias renováveis terá igualmente contribuído em certa medida para o melhor desempenho da balança corrente.

A acentuada recuperação das exportações de mercadorias (cresceram cerca 25 por cento, impulsionadas sobretudo pelo aumento da capacidade de oferta de pescado e alguma retoma económica da procura nos mercados de mercadorias transformadas, quando em 2012 decresciam 16 por cento) a par do aumento das receitas brutas de turismo embora num ritmo mais lento (+9 por cento em 2013, menos cinco pontos percentuais que 2012) favoreceu, igualmente, a redução do défice comercial de bens e serviços.

Quadro 7. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços

	2010	2011	2012	2013
	em milhões de escudos			
Importações de Bens e Serviços	93.371,3	109.274,8	99.389,0	91.825,6
dos quais:				
Bens de Consumo	22.606,9	24.454,7	23.257,9	22.995,8
Bens de Capital	10.664,8	14.154,4	13.617,9	6.558,0
Combustíveis	7.208,3	14.106,4	9.340,1	12.583,2
Viagens de Negócios	4.727,2	4.802,1	5.338,6	4.999,8
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	8.351,0	7.488,7	8.589,0	6.981,4
Serviços Empresariais e Técnicos Diversos	2.862,1	2.482,2	2.402,8	2.212,0
Exportação de Bens e Serviços	53.909,3	64.535,3	66.984,4	70.413,3
dos quais:				
Pescado	2.830,9	4.473,4	3.837,0	4.835,6
Vestuário	411,8	464,1	221,2	354,8
Calçado	367,7	380,1	377,8	419,6
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	7.178,3	11.215,6	10.724,0	10.312,9
Serviços de Comunicação	1.934,9	2.267,8	2.046,3	2.250,1
Serviços de Turismo	22.267,6	29.522,6	33.798,8	36.716,3
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	58%	59%	67%	77%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Refira-se que o comportamento menos favorável das exportações de serviços turísticos foi determinado pelo enfraquecimento da procura, nomeadamente pela expressiva desaceleração do crescimento das dormidas, em função da ligeira queda da estadia média dos turistas. O crescimento das receitas superou, entretanto, a procura turística, devido à crescente procura de excursionistas (viajantes de cruzeiros que permanecem menos de um dia no país), num contexto de desagramento dos preços dos hotéis, restaurantes, cafés e similares.²⁵

A redução do valor expatriado de dividendos (na ordem dos 61 por cento), sintomática da fraca dinâmica da actividade económica, também contribuiu para a melhoria da balança corrente em 2013.²⁶

²⁵ A inflação média anual da classe de hotéis, restaurantes, cafés e similares reduziu de 8,1 para 6,6 por cento em 2013, não obstante a introdução da taxa de contribuição turística e ajustamento da taxa do IVA. Esse comportamento dos preços da classe sugere, numa conjuntura de enfraquecimento da procura, que os operadores turísticos internalizaram os custos da política fiscal.

²⁶ Apesar do forte aumento dos donativos ao Governo Central, devido tanto à evolução positiva da ajuda orçamental como dos donativos directos.

Contrariamente, o aumento do valor dos juros pagos às instituições financeiras internacionais, tanto pelo Governo (33 por cento) como pelas sociedades bancárias (nove por cento), a redução das remessas dos emigrantes (na ordem dos quatro por cento) e dos do-nativos aos governos central e locais (em cerca de 14 por cento) condicionaram o melhor desempenho da conta corrente.

O aumento dos encargos com o serviço da dívida externa reflectiu, por um lado, a dinâmica dos investimentos do Governo Central financiados, sobretudo, com recursos externos e, por outro, a contínua desalavancagem das sociedades não financeiras. Por seu turno, o agravamento dos juros pagos pelos bancos ao exterior traduziu, essencialmente, o aumento dos depósitos de poupança dos emigrantes e de outros não residentes nas instituições nacionais, que procuram, crescentemente no exterior, oportunidades de rentabilizarem a sua liquidez (não obstante as taxas de juro internacionais terem permanecido em mínimos históricos).

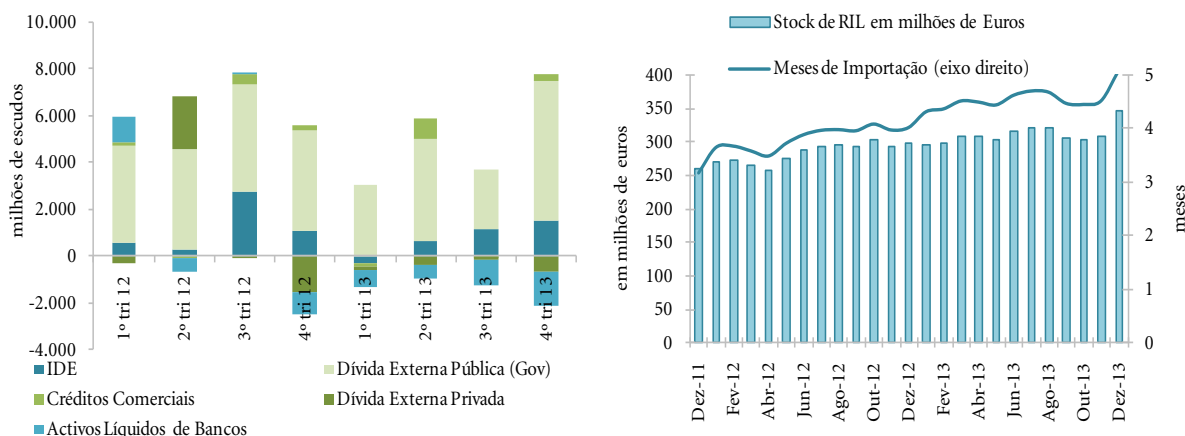
O comportamento das remessas dos emigrantes reflectiu em larga medida as condições desfavoráveis do mercado de trabalho na Área do Euro, de onde provêm cerca de 75 por cento das remessas. Registe-se que, determinado pelo comportamento das transferências de Portugal, França e Países Baixos, as remessas em divisas provenientes da Área do Euro reduziram cerca de sete por cento.

A par da conjuntura externa, a dissipação de algum efeito da atracção da poupança dos emigrantes para investimentos no país nos anos anteriores justificou, em certa medida, a evolução recente das transferências dos emigrantes. Infere-se também, a partir dos dados disponíveis, que a situação de incerteza com o despoletar da crise da dívida soberana na Zona Euro teria favorecido algum afluxo anormal de remessas em 2011 e inícios de 2012, associado à antecipação do regresso de alguns emigrantes.

Em linha com a redução das necessidades de financiamento da economia, o excedente da balança financeira registou uma apreciável redução.

A diminuição do excedente da balança financeira na ordem dos 71 milhões de euros (aproximadamente em 7,9 mil milhões de escudos) reflectiu, em boa medida, o aumento das aplicações das sociedades não financeiras e bancárias no exterior, num contexto de agravamento dos riscos à estabilidade económica e financeira do país e, no caso dos bancos especificamente, de redução da rendibilidade dos títulos de Tesouro e do Banco de Cabo Verde.

Figura 19. Os influxos financeiros reduziram, acompanhando a diminuição das necessidades de financiamento da economia.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A contínua redução dos influxos de investimento directo estrangeiro, resultado tanto da contracção das participações externas nas empresas residentes como na redução dos investimentos imobiliários, incluindo dos emigrantes, contribuiu também largamente para a queda do excedente financeiro. Consequentemente, os fluxos geradores da dívida mantiveram o papel preponderante no financiamento do défice comercial do país (apesar da redução dos desembolsos líquidos da dívida pública, na ordem dos sete por cento), determinando a deterioração da posição de investimento internacional do país de 128 para 133 por cento do PIB.

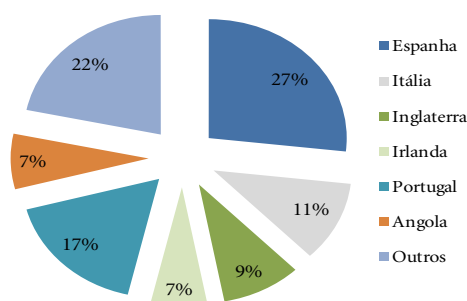
Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde

O investimento directo estrangeiro (IDE), consubstanciado em fluxos estáveis, associados à transferência de tecnologias e de melhores práticas de produção e de gestão, constitui um instrumento de financiamento privilegiado de qualquer economia.²⁷

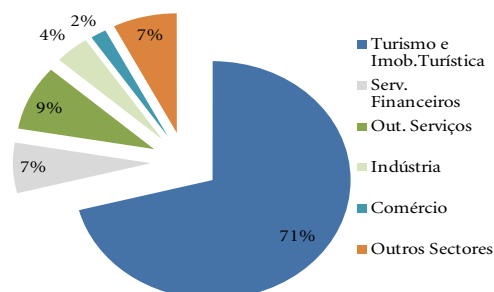
Cabo Verde vem implementando desde a década de 90 do século passado medidas de política visando atrair capitais externos para colmatar o défice de poupança interna e alavancar o desenvolvimento económico e social.

Se nos anos 90 os influxos de capitais externos, oriundos principalmente da União Europeia, foram essencialmente direccionados para a privatização do sector empresarial do Estado, nomeadamente das empresas das telecomunicações, água e energia, bem como da banca, nos anos mais recentes os influxos do IDE financiaram sobretudo a construção de hotéis, *resorts* e segundas residências para o turismo internacional.²⁸

Stock do IDE por Países de Origem



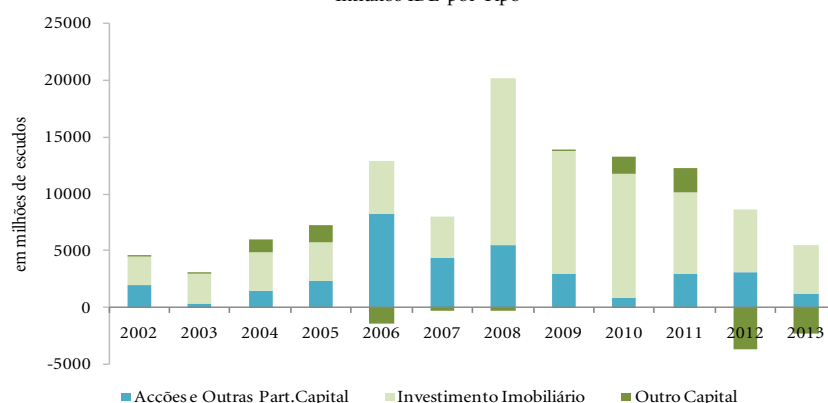
Stock do IDE por Sectores de Actividade



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A actual crise financeira e económica global, que atingiu particularmente os principais parceiros do país, revelou os elevados riscos associados aos negócios de segundas residências, essencialmente financiados com IDE, tendo o influxo anual caído de uma média de 105,2 milhões de euros entre 2005 e 2008 para 86 milhões de euros nos últimos cinco anos.²⁹

Influxos IDE por Tipo



Fonte: Banco de Cabo Verde.

²⁷ O IDE define a relação de investimento de longo prazo entre uma empresa residente no estrangeiro e outra residente no país, em que a primeira detem pelo menos dez por cento do capital social da segunda e/ou exerce controlo ou influência significativa sobre a gestão da mesma.

²⁸ Igualmente, o capital externo foi direccionado para a criação de algumas empresas francas de transformação de calçado e vestuário.

²⁹ Também determinado pelo reembolso do capital emprestado às empresas investidas pelo investidor externo e por algum desinvestimento na imobiliária, aliado a uma tendência ainda que ténue de aumento do investimento de Cabo Verde no exterior.

A evolução desfavorável dos investimentos dos emigrantes, cujos influxos caíram respectivamente cinco e 11 por cento em 2012 e 2013, igualmente sugere alguma exaustão dos negócios residenciais, numa conjuntura em que o défice habitacional do país tem sido largamente reduzido pela política de investimentos do Governo.

Este cenário, num contexto de alteração profunda do mecanismo tradicional de financiamento da economia (donativos e remessas de emigrantes para apoio familiar) e na iminência de aumento dos custos de financiamento do Estado, consideravelmente endividado, torna imperativo o desenho de estratégias de captação de capitais externos sob a forma de IDE e *know-how* para suportar o crescimento económico sustentável e inclusivo do país.

Não obstante a expressiva redução dos influxos na última década, como reflexo da trajectória económica dos principais investidores externos, o *stock* de IDE tem crescido, ainda que modestamente. Assim sendo, o país mantém-se próximo da média dos países de desenvolvimento médio e da África Subsahariana em termos de captação de investimento directo estrangeiro.

ANEXOS ESTADÍSTICOS

Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	2011 Pesos (%)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo Final	81,3	98.066	104.603	111.547	112.864	120.265	122.813
Consumo Privado	62,8	76.770	81.864	86.839	87.328	92.864	n.d
Consumo Público	18,5	21.296	22.739	24.708	25.536	27.401	n.d
Investimento	47,5	60.730	65.376	59.501	66.024	70.277	54.128
Formação Bruta de Capital Fixo	46,7	53.943	57.285	52.337	62.625	69.128	n.d
Variação de Existencias	0,8	6.787	8.091	7.164	3.399	1.149	n.d
Procura Interna	128,8	158.796	169.979	171.048	178.888	190.542	176.941
Exportações de Bens e Serviços	31,5	38.470	43.242	36.699	40.059	46.555	52.638
Procura Global	160,3	197.266	213.220	207.747	218.947	237.097	229.579
Importações de Bens e Serviços	60,3	75.294	78.523	71.867	80.379	89.173	78.855
PIB	100,0	121.972	134.697	135.880	138.568	147.924	150.724

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Nota: E-estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas.

Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

taxa de variação real, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo Final	2,1	6,3	-0,5	3,0	0,4
Consumo privado	1,6	6,1	-1,2	2,2	n.d
Consumo público	3,8	7,3	2,0	6,0	n.d
Investimento	3,8	-9,0	10,2	1,7	-23,1
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	-8,5	19,0	5,6	n.d
Variação de Existencias	14,5	-12,7	-53,9	-69,0	n.d
Procura Interna	2,8	0,4	3,2	2,6	-8,2
Contributo Procura Interna para PIB (a)	3,6	0,5	4,0	3,3	-10,6
Exportações de Bens e Serviços	7,4	-17,5	9,1	11,5	9,4
Procura Global	3,7	-3,2	4,3	4,2	-4,8
Importações de Bens e Serviços	-1,2	-6,5	9,5	4,6	-14,7
Contributo Procura Externa Líquida para PIB (a)	3,1	-1,8	-2,6	0,7	11,8
PIB	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Notas: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais

Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

taxa de variação dos deflatores implícitos, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo Final	4,5	0,3	1,7	3,4	1,7
Consumo privado	4,9	0,0	1,8	4,1	n.d
Consumo público	2,8	1,3	1,3	1,2	n.d
Investimento	3,7	0,1	0,7	4,6	0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	3,6	-0,1	0,6	4,6	n.d
Variação de Existencias	4,2	1,5	2,9	9,1	n.d
Procura Interna	4,2	0,2	1,3	3,9	1,2
Exportações de Bens e Serviços	4,7	2,9	0,0	4,3	3,4
Procura Global	4,3	0,7	1,1	3,9	1,7
Importações de Bens e Serviços	5,5	-2,1	2,1	6,1	3,7
PIB	3,5	2,2	0,5	2,7	0,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

	2011 Pesos em %	valores a preços correntes, em milhões de escudos									
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, produção animal e floresta	7,2	6.604	7.076	7.054	6.790	6.893	9.386	9.655	10.043	9.705	10.597
Pesca	0,7	928	928	928	928	928	1.003	786	1.261	1.367	1.005
Indústria e Energia	7,3	6.111	6.111	6.111	6.111	6.111	7.243	8.858	9.588	10.176	10.823
Construção	10,4	7.752	8.025	8.298	9.907	11.919	13.376	16.409	16.584	14.973	15.455
Comércio	12,8	10.290	11.264	11.745	11.641	13.143	15.389	15.540	16.833	17.610	19.003
Alojamento e Restauração	4,0	1.644	1.779	1.901	2.087	3.095	4.255	4.712	4.653	4.793	5.896
Transportes e Comunicações	13,7	13.919	15.917	15.882	16.704	18.764	19.929	22.083	20.917	21.035	20.283
Actividades Financeiras e de Seguro	3,4	2.949	2.908	2.867	2.865	3.683	4.844	6.016	5.316	5.119	5.077
Outros Serviços Mercantis	12,1	8.729	9.240	10.181	11.498	12.599	13.897	15.418	15.566	16.602	17.872
Serviços não Mercantis	14,5	12.761	14.506	15.062	16.067	17.135	16.041	16.742	18.497	19.592	21.514
Total VAB	86,2	71.685	78.414	80.688	85.177	95.112	105.362	116.219	119.258	120.970	127.525
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	13,8	7.912	8.676	10.123	11.513	13.610	16.612	18.479	16.621	17.598	20.399
PIB	100,0	79.597	87.090	90.811	96.690	108.722	121.972	134.697	135.880	138.568	147.924

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	taxa de variação real, em percentagem								
Agricultura, Produção Animal e Floresta	2,4	0,7	-2,4	-1,1	36,2	3,4	8,2	-4,8	9,5
Pesca	2,2	13,6	5,8	26,9	8,2	-21,8	39,0	5,7	-31,9
Indústria e Energia	0,4	0,4	0,4	0,4	18,5	17,1	-1,1	9,5	2,2
Construção	-1,1	4,5	21,1	17,2	12,2	19,1	-7,7	-11,0	0,6
Comércio	4,6	5,3	0,5	10,0	17,1	-3,7	5,9	2,4	2,2
Alojamento e Restauração	3,5	7,9	11,4	44,5	37,4	5,9	-4,5	-4,3	20,7
Transportes e Comunicações	9,3	0,8	6,7	9,4	6,2	6,7	-4,0	6,6	-7,4
Actividades Financeiras e de Seguro	-5,7	-0,4	1,3	25,2	31,5	21,9	-11,4	-2,8	-2,2
Outros Serviços Mercantis	1,2	11,3	14,6	6,7	10,3	6,0	-1,5	2,9	7,6
Serviços não Mercantis	8,7	4,9	8,2	3,9	-6,4	1,8	8,6	4,4	9,5
Total VAB	4,6	3,9	7,1	8,8	10,8	6,7	0,1	1,2	3,0
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	4,8	17,9	15,4	15,1	22,1	6,2	-9,8	3,7	10,6
PIB	4,6	5,3	8,0	9,5	12,2	6,7	-1,3	1,5	4,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

taxa de variação dos deflatores implícitos, em percentagem

	2008	2009	2010	2011
Agricultura, Produção Animal e Floresta	-0,5	-3,9	1,5	-0,3
Pesca	0,2	15,3	2,5	8,0
Indústria e Energia	4,4	9,4	-3,0	4,1
Construção	3,0	9,5	1,4	2,6
Comércio	4,9	2,3	2,2	5,6
Alojamento e Restauração	4,6	3,4	7,7	2,0
Transportes e Comunicações	3,9	-1,4	-5,7	4,1
Actividades Financeiras e de Seguro	1,9	-0,3	-0,9	1,5
Outros Serviços Mercantis	4,7	2,5	3,7	0,1
Serviços não Mercantis	2,5	1,7	1,4	0,3
Total VAB	3,4	2,5	0,3	2,3
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	4,8	-0,3	2,1	4,8
PIB	3,5	2,2	0,5	2,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2012	2013	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Estrutura das Importações - Pesos em percentagem		em milhões de escudos											
CEDEAO	1,3	1,5	556,7	1.436,7	688,7	758,3	594,5	871,8	948,0	1.219,3	1.148,1	1.308,7	854,5	889,8
Alemanha	1,0	1,4	1.261,9	344,3	355,3	279,0	545,6	853,9	975,2	1.280,7	276,1	391,9	679,4	820,2
Brasil	4,0	3,6	1.135,3	922,1	1.757,2	3.130,3	3.024,7	3.743,3	3.528,7	2.508,1	2.300,0	2.056,1	2.646,7	2.158,5
Costa do Marfim	0,4	0,1	201,1	907,0	327,3	302,9	127,8	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	34,2
Espanha	7,2	7,9	1.234,8	906,0	1.475,9	2.954,4	2.668,3	2.666,5	4.533,3	5.531,3	6.577,5	7.421,8	4.701,3	4.737,8
Estados Unidos da América	5,3	1,2	1.060,7	1.181,0	5.091,6	1.056,7	659,9	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3.483,6	734,6
França	1,6	1,4	683,0	1.069,2	940,3	772,4	1.184,1	5.721,7	1.256,1	1.088,4	2.265,2	1.260,2	1.077,5	818,8
Itália	1,6	1,5	1.000,0	740,6	1.143,2	1.548,1	2.267,2	2.275,1	1.695,5	1.737,8	1.074,9	3.345,2	1.041,1	892,0
Países Baixos	15,0	20,8	5.840,7	6.961,6	5.281,0	6.119,6	5.315,8	9.771,2	10.576,2	9.412,2	10.373,9	14.391,1	9.859,3	12.538,2
Portugal	48,2	43,8	17.834,1	16.576,6	16.336,5	17.729,3	23.878,1	27.059,3	31.369,7	27.170,6	31.795,5	33.606,2	31.672,5	26.340,0
Reino Unido	0,7	0,8	118,8	298,6	383,0	410,0	649,5	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	510,0
Senegal	0,7	1,3	314,6	428,6	288,1	151,8	192,4	496,4	411,7	690,8	689,6	1.053,2	461,0	762,5
Suécia	0,2	0,1	27,3	38,6	46,0	47,5	682,0	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	55,7
Outros Países	14,1	16,3	1.557,2	3.861,2	5.034,5	4.412,8	6.383,6	5.045,7	6.342,5	5.679,6	4.920,0	10.536,7	9.245,7	9.798,6
Total	100,0	100,0	32.269,3	34.235,3	38.459,9	38.914,8	47.578,9	59.829,3	62.310,5	56.224,8	61.839,0	75.149,9	65.710,8	60.201,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2013	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Pesos %	taxa de variação nominal, em percentagem										
Bens de Consumo	38,2	1,3	8,2	10,9	17,5	8,4	9,2	-5,0	6,4	8,2	-4,9	-1,13
Produtos Alimentares Primários	5,8	0,9	-18,9	17,3	26,9	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8	16,06
Produtos Alimentares Transformados	22,4	2,5	19,5	5,4	13,9	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3	1,75
Material de Transporte	1,5	2,1	-15,8	10,2	37,8	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1	-31,82
Outros Bens Consumo Duradouros	2,8	-5,3	32,3	38,1	16,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8	-27,47
Outros Bens Consumo, Semi-Duradouros	1,9	-5,2	-4,2	-2,9	22,2	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8	5,38
Outros Bens Consumo, não Duradouros	3,7	5,2	-0,6	20,1	11,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8	2,06
Bens Intermédios	20,6	-5,0	19,7	11,8	26,3	16,5	25,6	-22,0	13,6	2,1	-15,6	-8,03
Produtos Alimentares Primários	1,2	-4,7	258,8	-59,9	60,8	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3	33,00
Produtos Alimentares Transformados	0,6	-4,2	-3,4	74,0	-11,8	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7	7,10
Produtos Primários não Especificados	0,3	2,7	3,6	22,2	-24,0	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1	-26,01
Produtos Transformados para Agricultura	0,1	35,2	17,0	2,2	43,0	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0	25,81
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,5	-6,7	6,0	-18,0	39,0	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0	4,67
Produtos Transformados para Confecção e Calçado	0,2	-31,8	28,3	8,7	-17,1	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7	-17,08
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,9	-5,3	-7,9	24,4	-7,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8	11,80
Produtos Transformados para Construção	8,9	17,0	27,5	17,0	34,1	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6	-13,62
Cimento	3,2	4,7	11,6	18,4	23,7	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1	-6,10
Ferro	3,5	24,4	21,7	3,4	66,6	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5	-15,04
Produtos Transformados para Carpintaria	1,3	29,3	-7,6	14,2	10,8	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0	-17,60
Material Eléctrico	2,1	-61,4	4,6	19,8	29,4	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8	-13,25
Produtos Transformados, n.e.	3,9	7,4	0,5	22,7	24,2	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6	-3,80
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,6	-42,3	74,7	13,7	29,9	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8	7,40
Bens de Capital	10,9	-30,3	100,5	-29,9	27,0	71,5	-31,7	-2,6	12,5	32,7	-3,8	-51,84
Máquinas	7,3	-30,7	29,9	14,4	54,4	31,2	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9	-22,86
Meios de Transporte	2,8	-11,9	203,5	-54,5	-7,7	182,7	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2	-77,65
Motores	0,8	-64,5	-18,1	35,5	39,7	-48,7	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1	32,44
Combustíveis	20,9	108,5	-33,9	16,1	23,7	55,4	10,3	-9,2	12,6	95,7	-33,8	34,72
Diesel Oil	12,0	-60,0	164,0	39,2	24,9	67,9	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6	46,17
Fuel Oil	5,8	894,7	-74,2	-9,5	44,1	-0,1	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2	42,50
Gasolina	1,0	-29,2	-2,1	-4,1	81,9	43,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2	5,68
Artigos Diversos n.e.	9,4	69,4	-31,4	5,7	22,9	10,8	18,4	-3,4	7,5	12,9	-7,0	-5,80
Total Geral	100,0	6,1	12,3	1,2	22,3	25,7	4,1	-9,8	10,0	21,5	-12,6	-8,38

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2003	2013	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Estrutura das Exportações - Pesos em %		em milhões de escudos										
CEDEAO	1,37	0,11	16,96	12,44	6,97	76,34	5,72	158,72	2,34	20,01	13,23	6,22	6,18
Angola	0,81	0,14	10,04	0,61	0,00	0,00	0,41	0,00	0,21	1,54	0,08	4,34	8,01
Alemanha	1,08	0,16	13,37	1,92	1,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,96
Guiné Bissau	0,00	0,02	0,00	7,77	6,47	75,87	1,42	2,49	1,33	20,01	8,22	4,00	1,31
Países Baixos	0,39	0,21	4,85	2,04	9,02	10,48	3,75	11,78	13,51	10,45	8,45	7,54	12,03
Portugal	70,83	16,16	875,48	1.044,44	810,15	905,89	901,70	979,27	928,16	839,63	977,18	728,93	923,47
França	0,10	3,43	1,25	1,16	3,09	0,19	0,35	0,32	80,23	21,84	337,41	2,22	196,01
Espanha	0,03	67,37	0,38	4,66	335,04	496,79	322,63	895,66	1.710,10	2.685,34	3.810,46	3.483,74	3.849,50
Estados Unidos da América	22,54	1,05	278,58	259,10	193,81	25,00	21,52	8,56	25,21	59,59	29,65	58,61	60,06
El Salvador	0,00	3,38	0,00	0,00	0,00	116,92	60,43	0,00	0,00	0,00	190,72	221,57	193,06
Marrocos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161,40	113,00	65,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,33	114,28	10,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Países	4,22	8,07	52,11	12,74	212,42	17,14	7,51	434,84	1,36	58,80	68,51	52,95	461,30
Total	100,00	100,00	1.236,06	1.334,43	1.571,04	1.818,99	1.547,00	2.409,26	2.760,12	3.697,19	5.430,68	4.563,88	5.713,70

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2013	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Pesos em %	taxa de variação nominal, em percentagem										
Produtos Tradicionais	84,6	-12,2	111,3	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0
Produtos do Mar	84,6	-18,0	126,2	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0
Enlatado	39,1	67,0	-19,0	-9,1	610,1	-57,8	235,6	1.794,2	65,7	58,2	-18,8	12,9
Congelado	43,2	-93,3	3.985,9	352,2	-66,8	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	41,0
Fresco	0,5	-56,1	-27,4	42.855,7	75,1	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4.215,6	-29,7	110,5
Crustáceos	1,8	1,4	71,6	-48,9	8,6	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	12,3
Produtos Transformados	13,6	0,8	12,0	-27,3	-8,5	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	29,3
Calçado	7,3	-14,3	8,9	-41,1	7,5	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	11,1
Vestuário	6,2	11,9	13,7	-19,8	-14,9	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	60,4
Outros Produtos	1,8	0,4	-66,3	77,8	87,0	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	-18,9
Total de Exportações	100,0	0,1	8,0	17,7	15,8	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	25,2

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Balança de Pagamentos

	em milhões de ecudos										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Corrente	-8.866	-11.803	-3.568	-7.214	-15.787	-18.467	-19.800	-18.722	-27.234	-16.620	-4.290
Bens	-30.065	-33.656	-30.960	-40.694	-53.243	-57.233	-53.735	-56.822	-68.166	-56.176	-51.801
Exportações	5.150	5.093	7.891	8.429	6.545	8.640	7.365	11.282	16.759	15.777	16.462
Importações	-35.215	-38.749	-38.851	-49.123	-59.788	-65.873	-61.100	-68.104	-84.925	-71.953	-68.263
Serviços	1.404	2.826	5.438	11.612	15.762	18.404	12.782	16.529	23.427	23.771	30.392
Exportações	19.793	21.178	23.977	33.534	39.386	44.659	37.961	41.634	47.776	51.208	53.951
Transportes	8.109	8.792	9.379	10.838	9.693	13.120	11.161	14.321	11.349	10.806	10.149
Viagens e turismo	8.506	8.808	10.879	18.320	23.495	26.284	22.617	23.115	30.910	35.555	38.376
Importações	-18.389	-18.353	-18.539	-21.922	-23.624	-26.256	-25.179	-25.105	-24.350	-27.436	-23.562
Rendimentos	-1.419	-1.658	-2.995	-3.515	-2.530	-3.540	-3.442	-6.710	-6.298	-6.448	-5.137
Rendimentos de Investimento	-1.382	-1.638	-2.896	-3.526	-2.445	-3.427	-3.096	-6.623	-6.202	-6.483	-5.127
Rendimentos Investimento Directo	-337	-334	-969	-2.083	-2.217	-2.769	-2.054	-4.759	-3.797	-2.768	-1.092
Juros Dívida Externa Pública	-514	-549	-551	-522	-519	-520	-548	-667	-365	-778	-1.033
Juros Dívida Externa Privada (bancos e outros sectores)	-1.141	-1.542	-3.032	-2.711	-1.750	-2.075	-1.698	-2.300	-2.528	-3.364	-3.516
Transferências Correntes	21.214	20.685	24.949	25.383	24.224	23.902	24.596	28.281	23.804	22.233	22.257
Transferências Oficiais	4.776	4.697	4.273	4.184	5.454	7.839	6.894	8.790	5.511	5.084	4.796
Remessas de Emigrantes	9.923	9.018	11.776	11.478	10.769	11.029	10.222	10.325	14.116	14.380	13.801

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Balança de Pagamentos

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em milhões de escudos										
Balança de Capital e de Operações Financeiras	10.348	10.798	3.544	7.972	15.587	22.912	22.301	25.659	29.656	19.754	9.777
Balança de Capital	2.481	2.089	1.852	1.540	2.148	2.084	3.670	3.311	985	1.122	533
Balança Financeira	7.867	8.709	1.692	6.432	13.439	20.828	18.631	22.348	28.671	18.631	9.243
Investimento Directo	3.276	6.038	7.231	11.484	15.310	15.617	9.917	9.645	12.203	4.832	3.017
Outros Investimentos	4.489	6.009	-575	-22	4.959	7.465	7.712	14.464	12.986	17.990	11.769
Créditos Comerciais	-171	153	557	243	439	164	671	213	-27.234	-27.234	-27.234
Dívida Externa Pública	1.448	517	2.300	2.266	2.326	3.216	6.302	14.657	14.237	17.207	15.976
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	564	5.722	1.555	-4.452	3.783	319	-1.779	-1.535	1.733	92	-2.072
Activos Líquidos dos Bancos	2.743	-923	-4.144	1.965	330	4.865	1.361	1.033	-985	-466	-1.528
Activos de Reserva	102	-3.338	-4.965	-5.044	-7.120	-2.254	551	-2.218	3.473	-4.058	-5.562
Erros e Omissões	-1.482	1.005	24	-758	200	-4.445	-2.502	-6.937	-2.377	-2.191	-4.745
<i>Por memória</i>											
Balança Corrente + Balança Capital	-6.386	-9.714	-1.716	-5.674	-13.639	-16.383	-16.130	-15.411	-26.249	-15.498	-3.756

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Balança de Pagamentos

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em percentagem do PIB										
Balança Corrente	-10,2	-13,0	-3,7	-6,6	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-18,4	-11,0	-2,8
Bens	-34,5	-37,1	-32,0	-37,4	-43,7	-42,5	-39,5	-41,0	-46,0	-37,3	-34,1
Exportações	5,9	5,6	8,2	7,8	5,4	6,4	5,4	8,1	11,3	10,5	10,8
Importações	-40,4	-42,7	-40,2	-45,2	-49,0	-48,9	-45,0	-49,1	-57,3	-47,7	-44,9
Serviços	1,6	3,1	5,6	10,7	12,9	13,7	9,4	11,9	15,8	15,8	20,0
Exportações	22,7	23,3	24,8	30,8	32,3	33,2	27,9	30,0	32,3	34,0	35,5
Transportes	9,3	9,7	9,7	10,0	7,9	9,7	8,2	10,3	7,7	7,2	6,7
Viagens e turismo	9,8	9,7	11,3	16,8	19,3	19,5	16,6	16,7	20,9	23,6	25,2
Importações	-21,1	-20,2	-19,2	-20,2	-19,4	-19,5	-18,5	-18,1	-16,4	-18,2	-15,5
Rendimentos	-1,6	-1,8	-3,1	-3,2	-2,1	-2,6	-2,5	-4,8	-4,3	-4,3	-3,4
Rendimentos de Investimento	-1,6	-1,8	-3,0	-3,2	-2,0	-2,5	-2,3	-4,8	-4,2	-4,3	-3,4
Rendimentos Investimento Directo	-0,4	-0,4	-1,0	-1,9	-1,8	-2,1	-1,5	-3,4	-2,6	-1,8	-0,7
Juros Dívida Externa Pública	-0,6	-0,6	-0,6	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,2	-0,5	-0,7
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1,3	-1,7	-3,1	-2,5	-1,4	-1,5	-1,2	-1,7	-1,7	-2,2	-2,3
Transferências Correntes	24,4	22,8	25,8	23,3	19,9	17,7	18,1	20,4	16,1	14,8	14,6
Transferências Oficiais	5,5	5,2	4,4	3,8	4,5	5,8	5,1	6,3	3,7	3,4	3,2
Remessas de Emigrantes	11,4	9,9	12,2	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,5	9,5	9,1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Balança de Pagamentos

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em percentagem do PIB										
Balança de Capital e de Operações Financeiras	11,9	11,9	3,7	7,3	12,8	17,0	16,4	18,5	20,0	13,1	6,4
Balança de Capital	2,8	2,3	1,9	1,4	1,8	1,5	2,7	2,4	0,7	0,7	0,4
Balança Financeira	9,0	9,6	1,7	5,9	11,0	15,5	13,7	16,1	19,4	12,4	6,1
Investimento Directo	3,8	6,6	7,5	10,6	12,6	11,6	7,3	7,0	8,2	3,2	2,0
Outros Investimentos	5,2	6,6	-0,6	0,0	4,1	5,5	5,7	10,4	8,8	11,9	7,7
Créditos Comerciais	-0,2	0,2	0,6	0,2	0,4	0,1	0,5	0,2	-18,4	-18,1	-17,9
Dívida Externa Pública	1,7	0,6	2,4	2,1	1,9	2,4	4,6	10,6	9,6	11,4	10,5
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	0,6	6,3	1,6	-4,1	3,1	0,2	-1,3	-1,1	1,2	0,1	-1,4
Activos Líquidos dos Bancos	3,1	-1,0	-4,3	1,8	0,3	3,6	1,0	0,7	-0,7	-0,3	-1,0
Activos de Reserva	0,1	-3,7	-5,1	-4,6	-5,8	-1,7	0,4	-1,6	2,3	-2,7	-3,7
Erros e Omissões	-1,7	1,1	0,0	-0,7	0,2	-3,3	-1,8	-5,0	-1,6	-1,5	-3,1
<i>Por memória</i>											
Balança Corrente + Balança Capital	-7,3	-10,7	-1,8	-5,2	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-17,7	-10,3	-2,5

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxas de Juro (valores médios)											
<i>Policy Rate</i>	7,25	4,10	4,10	3,10	3,80	4,53	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	7,60	5,60	2,40	3,00	3,44	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08	3,43
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	8,16	7,51	5,63	5,06	5,43	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79	5,79
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano 1/	13,44	13,44	12,56	8,14	9,83	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51	9,08
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos 1/	14,19	14,19	13,19	12,43	11,81	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71	10,61
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos 1/	13,63	13,63	12,75	10,92	10,77	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25	8,87
Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)											
Índice Cambial Efectivo Nominal (2001=100)	102,47	103,37	103,39	103,47	104,34	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11	104,54
Taxa de Câmbio USD/CVE	97,80	88,74	88,65	87,93	80,62	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84	83,07
Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período) 2/											
Particulares	12,78	6,86	75,76	20,03	-21,27	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66	-2,61
Para Aquisição de Habitação	11,55	8,45	104,90	20,05	-37,71	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04	-0,78
Para Consumo	15,71	3,19	5,23	19,97	56,28	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38	-8,31
Sociedades não Financeiras	7,15	7,74	56,10	62,78	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	1,03
<i>Por memória</i>											
Taxa de Variação Média Anual do IPC	1,22	-1,88	0,40	4,80	4,40	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50	1,50

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: 1/Até 2005, taxas de juro em finais de período praticadas nas operações bancárias. A partir de 2006, taxas de juro efectivas em finais de período praticadas nas operações bancárias.

2/Até Novembro de 2005 retrata o crédito concedido por três Bancos Comerciais (BCA, BI e BCN), excluindo o crédito concedido pela CECV. A partir de Dezembro de 2005 passou-se a incluir o crédito concedido pela referida instituição. Igualmente, foram incorporadas as informações dos bancos BAI e BES a partir de Dezembro de 2011.

Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário a Sociedades não Financeiras 1/

Desagregação Sectorial, taxa de variação anual em fim de período em percentagem													
	Peso no Total 2013	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Total	100,00	7,15	7,74	56,10	62,78	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	4,15	
Por Sector de Actividade													
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,40	-5,92	-2,92	27,88	-5,74	8,53	2,08	-5,21	-45,01	-10,81	-8,44	20,57	
Indústria Extractivas	0,09	-28,93	-45,24	-85,89	296,16	31,45	164,72	59,94	10,83	-38,77	-9,79	33,51	
Indústrias Transformadoras	7,31	13,32	18,07	25,21	9,89	43,44	53,94	10,83	4,19	-6,64	12,29	-6,20	
Electricidade, Água e Gás	4,64	-2,19	-10,42	-4,51	2.808,18	-43,97	8,60	-10,13	-32,04	62,17	-10,44	-7,32	
Construção e Obras Públicas	13,63	-15,28	33,60	35,28	96,85	46,73	49,64	23,42	26,95	22,54	0,56	-8,06	
Comércio, Restaurante e Hotéis	23,64	19,30	18,61	71,06	16,28	35,45	46,75	0,71	6,57	21,57	2,96	6,90	
Transportes e Comunicações	17,24	5,79	3,61	90,77	29,56	8,10	35,56	9,30	15,51	40,74	3,31	34,64	
Serviços Prestados às Empresas	13,91	-51,99	185,60	229,82	40,49	166,45	156,86	67,05	14,33	20,73	13,25	3,78	
Serviços Sociais e Pessoais	19,14	7,07	-8,19	47,59	14,21	60,99	59,32	-2,81	20,76	12,50	-5,06	-2,67	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

1/Até Novembro de 2005 retrata o crédito concedido por três Bancos Comerciais (BCA, BI e BCN), excluindo o crédito concedido pela CECV. A partir de Dezembro de 2005 passou-se a incluir o crédito concedido pela referida instituição. Igualmente, foram incorporadas as informações dos bancos BAI e BES a partir de Dezembro de 2011.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em milhões de escudos									
Receitas Totais	26.102	28.221	32.126	34.272	38.657	37.522	39.679	37.915	35.050	37.275
Receitas Correntes (excluindo donativos)	18.741	21.612	25.726	28.908	32.421	29.985	30.239	33.573	32.282	33.416
Impostos	16.638	18.594	22.670	26.082	29.402	25.530	26.241	29.581	27.514	28.142
Imposto sobre o Rendimento	5.395	5.815	6.921	7.655	8.526	8.061	7.892	8.678	8.626	8.607
Imposto sobre Bens e Serviços	6.399	7.582	9.639	11.356	13.286	11.081	12.015	13.840	12.443	13.167
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	5.592	6.552	8.439	9.917	11.723	9.747	10.521	11.603	10.402	10.521
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45
Imposto sobre o Consumo	692	838	982	1.223	1.340	1.147	1.227	1.706	1.498	1.664
Outros Impostos	115	192	218	216	222	187	267	531	543	937
Imp. sobre Transacções Internacionais	4.112	4.387	5.070	5.591	6.124	5.438	5.634	6.228	5.778	5.700
Outros Impostos	733	810	1.040	1.479	1.466	951	701	835	667	668
Segurança Social	474	533	497	87	51	46	42	37	13	21
Transferências	7.360	6.439	6.291	5.312	5.741	7.536	9.440	4.342	2.768	3.859
Outras Receitas	1.630	2.484	2.558	2.740	2.969	4.409	3.956	3.956	4.755	5.253
Rendimentos de Propriedade	422	95	223	550	604	904	316	339	390	466
Venda de Bens e Serviços	745	1.688	1.310	1.811	1.840	3.063	3.077	3.143	3.676	3.858
Multas e Outras Penalidades	141	169	157	236	309	270	376	280	365	410
Outras Transferências	11	150	91	54	44	58	41	85	233	203
Outras Receitas não Especificadas	310	382	778	90	171	113	146	109	91	316

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em milhões de escudos									
Despesas Correntes Totais	21.868	25.122	28.593	29.416	29.142	32.159	33.099	34.329	34.164	35.480
Despesas com Pessoal	9.634	10.742	11.682	12.130	12.439	14.207	14.810	15.679	15.801	16.302
Aquisição de Bens e Serviços	3.136	4.123	4.518	5.074	4.607	5.294	5.171	5.248	4.499	4.413
Juros Correntes	2.056	1.927	1.920	1.881	1.847	1.861	2.173	2.276	2.866	3.434
Dívida Externa	550	543	522	520	528	547	699	852	1.151	1.489
Dívida Interna	1.506	1.384	1.398	1.360	1.317	1.271	1.460	1.425	1.715	1.878
Outros Encargos	0	0	0	1	1	43	14	0	0	67
Subsídios	621	568	1.989	377	973	874	752	994	274	101
Transferências Correntes	1.745	2.043	2.909	3.156	3.426	3.781	4.939	4.309	4.054	4.079
Organismos Internacionais	49	48	74	35	223	357	410	204	278	249
Administração Pública	1.696	1.995	2.835	3.121	3.203	3.424	4.529	4.105	3.776	3.830
Benefícios Sociais	1.627	1.918	2.072	2.288	2.583	2.890	2.893	3.715	3.915	4.148
Outras Despesas Correntes	3.049	3.800	3.301	3.854	3.266	3.252	2.362	2.107	2.401	2.083
Valor a Regularizar	0	0	0	0	0	0	0	0	354	920
Atrasados	0	0	202	655	0	0	0	0	0	0
Activos não Financeiros	4.971	5.970	7.024	3.412	11.605	13.249	21.164	14.912	15.952	14.759
Compra de Activos	4.985	6.788	7.573	7.793	12.626	13.268	21.214	14.982	15.952	14.759
dos quais: Programa de Investimento	4.812	6.557	7.455	7.596	12.373	13.129	20.961	14.885	15.904	14.706
Venda de Activos	14	818	549	4.381	1.021	18	50	70	0	0
Saldo Total	-737	-2.871	-3.491	1.445	-2.090	-7.887	-14.584	-11.326	-15.066	-12.964
Saldo Total (excluindo donativos)	-8.097	-9.310	-9.782	-3.867	-7.831	-15.423	-24.024	-15.668	-17.834	-16.823
<i>Por memória:</i>										
Despesa Corrente Primária	19.812	23.195	26.673	27.535	27.295	30.298	30.926	32.053	31.298	32.046
Saldo Primário (excluindo donativos)	-6.042	-7.554	-7.971	-2.038	-6.479	-13.561	-21.851	-13.391	-14.968	-13.389
Dívida do Governo Central	65.375	71.196	73.914	71.983	73.109	83.391	99.213	114.669	136.603	155.195

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em percentagem do PIB									
Receitas Totais	28,7	29,2	29,5	28,1	28,7	27,6	28,6	25,6	23,3	24,5
Receitas Correntes (excluindo donativos)	20,6	22,4	23,7	23,7	24,1	22,1	21,8	22,7	21,4	22,0
Impostos	18,3	19,2	20,9	21,4	21,8	18,8	18,9	20,0	18,3	18,5
Imposto sobre o Rendimento	5,9	6,0	6,4	6,3	6,3	5,9	5,7	5,9	5,7	5,7
Imposto sobre Bens e Serviços	7,0	7,8	8,9	9,3	9,9	8,2	8,7	9,4	8,3	8,7
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	6,2	6,8	7,8	8,1	8,7	7,2	7,6	7,8	6,9	6,9
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,2	1,0	1,1
Outros Impostos	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,6
Imp. sobre Transacções Internacionais	4,5	4,5	4,7	4,6	4,5	4,0	4,1	4,2	3,8	3,7
Outros Impostos	0,8	0,8	1,0	1,2	1,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,4
Segurança Social	0,5	0,6	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	8,1	6,7	5,8	4,4	4,3	5,5	6,8	2,9	1,8	2,5
Outras Receitas	1,8	2,6	2,4	2,2	2,2	3,2	2,9	2,7	3,2	3,5
Rendimentos de Propriedade	0,5	0,1	0,2	0,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3
Venda de Bens e Serviços	0,8	1,7	1,2	1,5	1,4	2,3	2,2	2,1	2,4	2,5
Multas e Outras Penalidades	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3
Outras Transferências	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1
Outras Receitas não Especificadas	0,3	0,4	0,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em percentagem do PIB									
Despesas Correntes Totais	24,1	26,0	26,3	24,1	21,6	23,7	23,9	23,2	22,7	23,3
Despesas com Pessoal	10,6	11,1	10,7	9,9	9,2	10,5	10,7	10,6	10,5	10,7
Aquisição de Bens e Serviços	3,5	4,3	4,2	4,2	3,4	3,9	3,7	3,5	3,0	2,9
Juros Correntes	2,3	2,0	1,8	1,5	1,4	1,4	1,6	1,5	1,9	2,3
Dívida Externa	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0
Dívida Interna	1,7	1,4	1,3	1,1	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,7	0,6	1,8	0,3	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2	0,1
Transferências Correntes	1,9	2,1	2,7	2,6	2,5	2,8	3,6	2,9	2,7	2,7
Organismos Internacionais	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2
Administração Pública	1,9	2,1	2,6	2,6	2,4	2,5	3,3	2,8	2,5	2,5
Benefícios Sociais	1,8	2,0	1,9	1,9	1,9	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7
Outras Despesas Correntes	3,4	3,9	3,0	3,2	2,4	2,4	1,7	1,4	1,6	1,4
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,6
Atrasados	0,0	0,0	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Activos não Financeiros	5,5	6,2	6,5	2,8	8,6	9,8	15,3	10,1	10,6	9,7
Compra de Activos	5,5	7,0	7,0	6,4	9,4	9,8	15,3	10,1	10,6	9,7
dos quais: Programa de Investimento	5,3	6,8	6,9	6,2	9,2	9,7	15,1	10,1	10,6	9,7
Venda de Activos	0,0	0,8	0,5	3,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo Total	-0,8	-3,0	-3,2	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-10,0	-8,5
Saldo Total (excluindo donativos)	-8,9	-9,6	-9,0	-3,2	-5,8	-11,4	-17,3	-10,6	-11,8	-11,1
<i>Por memória:</i>										
Despesa Corrente Primária	21,8	24,0	24,5	22,6	20,3	22,3	22,3	21,7	20,8	21,1
Saldo Primário (excluindo donativos)	-6,7	-7,8	-7,3	-1,7	-4,8	-10,0	-15,8	-9,1	-9,9	-8,8
Dívida do Governo Central	72,0	73,6	68,0	59,0	54,3	61,4	71,6	77,5	90,6	102,1

Fonte: Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

PARTE II
O SISTEMA FINANCEIRO EM 2013

O Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições e competências, exerce a função de supervisão das instituições de crédito e parabancárias e da actividade seguradora, e zela pelo bom funcionamento dos sistemas de pagamento.

Esta parte do relatório ressalta, além da *performance* do sector financeiro, as principais acções levadas a cabo pelo BCV em 2013, enquanto autoridade de supervisão, visando, através da promoção da liquidez, da solvência e do funcionamento adequado destas instituições, assegurar a estabilidade do sistema financeiro.

Capítulo 5. Sector Bancário

5.1. Estrutura do Sector Bancário

O sistema bancário cabo-verdiano desempenha um papel fundamental enquanto principal intermediário financeiro, captando recursos para o financiamento da economia. Com efeito, o sistema bancário residente comporta mais de 80 por cento dos activos do sistema financeiro nacional, não obstante a dinamização, a partir de 2005, da Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Em 2013 o sistema bancário nacional comportava duas categorias de instituições, de crédito e parabancárias. Relativamente ao segmento *onshore*, o sistema contava com oito instituições de crédito (Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde, Banco Interatlântico, Banco Cabo-Verdiano de Negócios, Banco Angolano de Investimentos, Banco Espirito Santo - Cabo Verde, Ecobank - Cabo Verde e Novo Banco). No segmento *offshore* encontravam-se licenciadas para operar oito instituições de crédito (Banco Fiduciário Internacional, Banco Sul Atlântico, Banco BIC, Banco Privado Internacional, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Montepio Geral, Banco Espirito Santo), menos uma face a 2012, e uma gestora de activos (CA Finance, SA).

Na vertente parabancária estavam autorizadas a operar uma sociedade gestora de capital de risco (A Promotora), três agências de câmbio (Cotacâmbios, GMT- Global Money Transfer e MaxiPay), uma sociedade emissora de cartões de crédito e débito e de intermediação do sistema de pagamentos (SISP, SA) e uma sociedade de *leasing* (Promoleasing, SA).

5.2. Evolução dos Principais Indicadores do Sistema Bancário

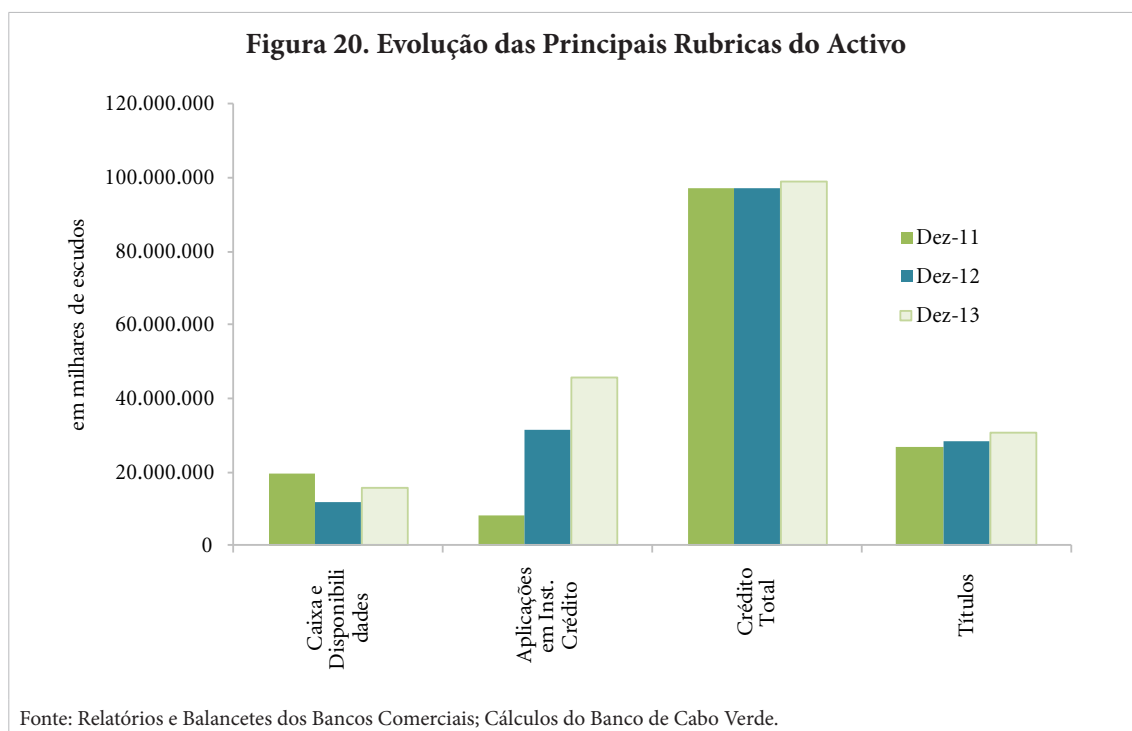
Num contexto de manutenção de um enquadramento externo desfavorável e de um fraco crescimento económico nacional, a actividade do sector bancário em 2013 ficou marcada pelo aumento dos activos dos bancos, pela diminuição da qualidade das suas carteiras de crédito e pelo crescimento significativo da rendibilidade do sistema bancário.

O aumento do activo do sistema bancário cabo-verdiano em 12,4 por cento reflectiu, principalmente, o aumento de 43,6 por cento das aplicações em instituições de crédito, que representam 23,5 por cento do activo.

O aumento das aplicações em instituições de crédito e em títulos (que registou um crescimento de 9,1 por cento) resultou da estratégia de gestão/rentabilização do excesso de liquidez dos bancos. Num contexto de aumento da percepção dos riscos macroeconómicos e financeiros, os bancos continuaram a investir preferencialmente em títulos de menor risco, nomeadamente em títulos do Tesouro (que registou um aumento de 22,8 por cento).

Relativamente ao aumento de 31,4 por cento da rubrica caixa e disponibilidades, este foi condicionado pelo aumento dos depósitos à ordem no banco central, das notas e moedas estrangeiras e das disponibilidades sobre instituições de crédito no país, em resultado do crescimento dos depósitos captados pelos bancos.

O comportamento dos activos dos bancos foi também justificado pelo aumento de 2,3 por cento do crédito bancário (-0,3 por cento em 2012), reflexo de alguma recuperação do crédito concedido às empresas não financeiras (4,2 por cento) e do crédito à habitação a particulares (4,1 por cento).



Em 2013, a tendência de degradação da qualidade da carteira de crédito dos bancos agravou-se, aumentando de 14,8 para 20,6 por cento.

O crédito em risco aumentou 42,7 por cento em resultado, sobretudo, do aumento dos níveis de risco da carteira de crédito às sociedades não financeiras (tendo o seu rácio aumentado 9,4 pontos percentuais, para 28,8 por cento em 2013). Por seu turno, no segmento do crédito a particulares, os rácios de crédito em risco, tanto para consumo ou outros fins como para habitação, mantiveram um perfil ascendente, embora mais moderado (especialmente no caso do crédito à habitação). Para estes desenvolvimentos terá contribuído o contexto de redução do rendimento real disponível das famílias e de deterioração do balanço das empresas não financeiras.

Refira-se que, em consequência da aceleração dos níveis de risco, registou-se um aumento de 14,1 por cento das imparidades reconhecidas pelos bancos nas suas demons-

trações financeiras. Não obstante, verificou-se uma diminuição de 2,3 pontos percentuais (para 51,4 por cento) do rácio de cobertura do crédito por imparidade.

Quadro 8. Evolução da Qualidade da Carteira de Crédito

				em milhares de escudos	
	Dez-11	Dez-12	Dez-13	variação Dez 13/ Dez12	
				valor	%
Crédito Total	97.158.851	96.846.869	99.082.170	2.235.301	2,3
Crédito sem Imparidade	85.719.419	83.234.784	82.867.232	-367.552	-0,4
Crédito com Imparidade (IAS/IFRS)	11.439.432	13.612.085	16.214.938	2.602.853	19,1
Crédito Vencido (Circular 150)	6.718.636	8.658.228	11.581.592	2.923.364	33,8
Crédito em Risco (Circular 166)	-	14.322.338	20.431.772	6.109.434	42,7
Crédito Reestruturado (Circular 176)	-	4.691.562	7.306.137	2.614.575	55,7
Imparidade Acumulada	6.524.272	7.306.306	8.361.130	1.054.824	14,4
Crédito com Imparidade (IAS/IFRS)/ Crédito Total (%)	11,8	14,1	16,4	-	2,3
Crédito Vencido (Circular 150)/Crédito Total (%)	6,9	8,9	11,7	-	2,8
Imparidade/Crédito com Imparidade (IAS/IFRS) (%)	57,0	53,7	51,6	-	-2,1
Imparidade/Crédito Vencido (Circular 150) (%)	97,1	84,4	72,2	-	-12,2

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito

Importa introduzir uma maior transparência e homogeneidade no processo de divulgação pública de informação, permitindo desta forma que se tenha uma maior compreensão do perfil de risco e rentabilidade dos bancos e que os investidores e organismos internacionais possam estabelecer comparações internacionais em relação ao indicador “Risco de Crédito”. Nesta conformidade, o Banco de Cabo Verde, através da Instrução Técnica - Circular 150 de 28 de Dezembro de 2009, instituiu a exigência de publicação de indicadores de qualidade de crédito, tendo como referência o crédito vencido (capital e juros) há mais de 90 dias. Para tal, estabeleceu a publicação dos seguintes rácios:

1. $\text{Qualidade de crédito} = \frac{\text{Crédito em incumprimento}}{\text{Crédito total}}$
2. $\text{Qualidade de crédito} = \frac{\text{Crédito em incumprimento líquido}}{\text{Crédito total líquido}}$

Em que:

- $\text{Crédito em incumprimento} = \text{Crédito vencido há mais de 90 dias} + \text{Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido.}$
- $\text{Crédito em incumprimento líquido} = \text{Crédito em incumprimento} - \text{Provisões para riscos de crédito.}$
- $\text{Crédito total líquido} = \text{Crédito total} - \text{Provisões para riscos de crédito}$

Para efeitos desta Instrução Técnica são considerados Créditos de Cobrança Duvidosa as prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

- Excederem 25 por cento do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
- Estarem em incumprimento há mais de:
- 6 meses, nas operações com prazo inferior a 5 anos;
- 12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos;
- 24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Contudo, uma vez que o sistema bancário efectuou a transição para as Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (IAS/IFRS - International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards), com a consequente introdução do conceito de imparidade (*Impairment*), o BCV passou a calcular o rácio de crédito com imparidade sobre o crédito total.

Considerando a necessidade de reforçar uma visão prospectiva do risco nas suas análises, o Banco de Cabo Verde, através da Circular 166 de 2 de Novembro de 2012, introduziu um novo indicador: “crédito em risco”. Em que o “crédito em risco” corresponde ao conjunto dos seguintes elementos:

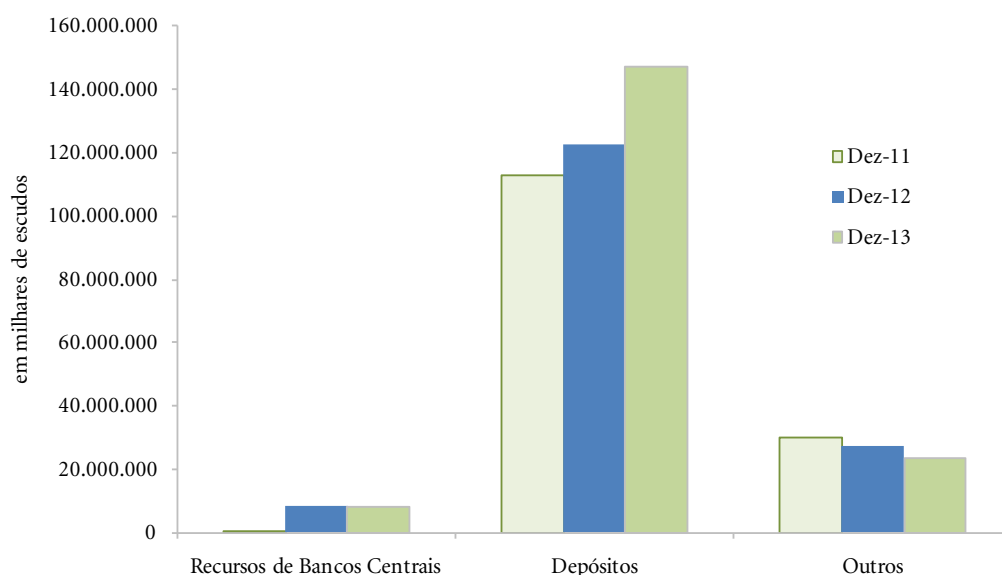
- (i) Valor total em dívida do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos por um período igual ou superior a 90 dias. Os créditos em conta corrente não contratualizados deverão ser considerados como crédito em risco decorridos 90 dias após a verificação dos descobertos;
- (ii) Valor total em dívida dos créditos reestruturados³⁰, não abrangidos na alínea anterior, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total do capital e juros em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos;
- (iii) Valor total do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor. Em caso de insolvência do devedor, os saldos recuperáveis poderão deixar de ser considerados em risco após a homologação em tribunal do respectivo acordo ao abrigo do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas, caso não persistam dúvidas sobre a efectiva cobrabilidade dos valores em dívida.

³⁰ Considera-se como crédito reestruturado o crédito relativamente ao qual tenha havido alterações das respectivas condições contratuais, que se tenham traduzido, nomeadamente, no alargamento do prazo de reembolso, na introdução de períodos de carência ou na capitalização de juros, devido a dificuldades financeiras do mutuário, independentemente de ter ou não existido atrasos no pagamento das prestações de capital ou juros.

A estrutura de financiamento dos bancos manteve-se inalterada, registando-se um aumento do passivo dos bancos na ordem dos 12,5 por cento, principalmente impulsionado pelos depósitos, cujo peso no total aumentou 5,1 pontos percentuais, para 82,4 por cento.

O crescimento de 20 por cento dos depósitos foi determinado pelo aumento significativo dos depósitos de residentes, de emigrantes, de outros não residentes e do sector público administrativo (institutos e agências públicas com autonomia financeira). Numa conjuntura macroeconómica pouco favorável, o crescimento dos depósitos, por um lado, sugere um aumento da aversão aos riscos pelo sector privado e, por outro, reitera a confiança na solidez dos bancos cabo-verdianos.

Figura 21. Evolução das Principais Rubricas do Passivo



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Relativamente à rubrica capital e reservas, esta apresentou um aumento de 11,2 por cento, com um peso de 116,3 por cento sobre o total do capital próprio.

Quadro 9. Evolução das Principais Rubricas do Passivo e do Capital Próprio

	Dez-11	Dez-12	Dez-13	variação Dez13/ Dez12		Peso s/ Passivo e CP em %
	em milhares de escudos			valor	%	
Recursos de Bancos Centrais	6,9	8.321,9	8.038,8	-283,2	-3,4	4,5
Depósitos	112.921,4	122.383,7	146.855,5	24.471,9	20,0	82,4
Outros	30.135,4	27.677,1	23.318,3	-4.358,8	-15,7	13,1
Total Passivo	143.063,8	158.382,7	178.212,6	19.829,9	12,5	100,0
Capital e Reservas	13.450,0	15.372,2	17.088,8	1.716,6	11,2	116,3
Resultados Transitados	-2.175,4	-2.692,5	-2.910,4	-217,9	8,1	-19,8
Resultado do Exercício	683,5	348,6	511,3	162,7	46,7	3,5
Total Capital Próprio (CP)	11.958,0	13.028,3	14.689,7	1.661,4	12,8	100,0
Total do Passivo + Capital Próprio	155.021,8	171.411,0	192.902,3	21.491,3	12,5	

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Analisando a evolução dos indicadores de liquidez, assinala-se o aumento do rácio activo líquido sobre activo total de 15 para 21,2 por cento, justificado pelo significativo aumento das aplicações em instituições de crédito, reflexo da preferência acrescida dos bancos por activos mais líquidos em detrimento de activos com maior maturidade e/ou risco. Igualmente, o rácio activo líquido sobre passivo de curto prazo registou um crescimento de 6,8 por cento, em resultado do aumento do activo líquido.

Quadro 10. Indicadores de Liquidez

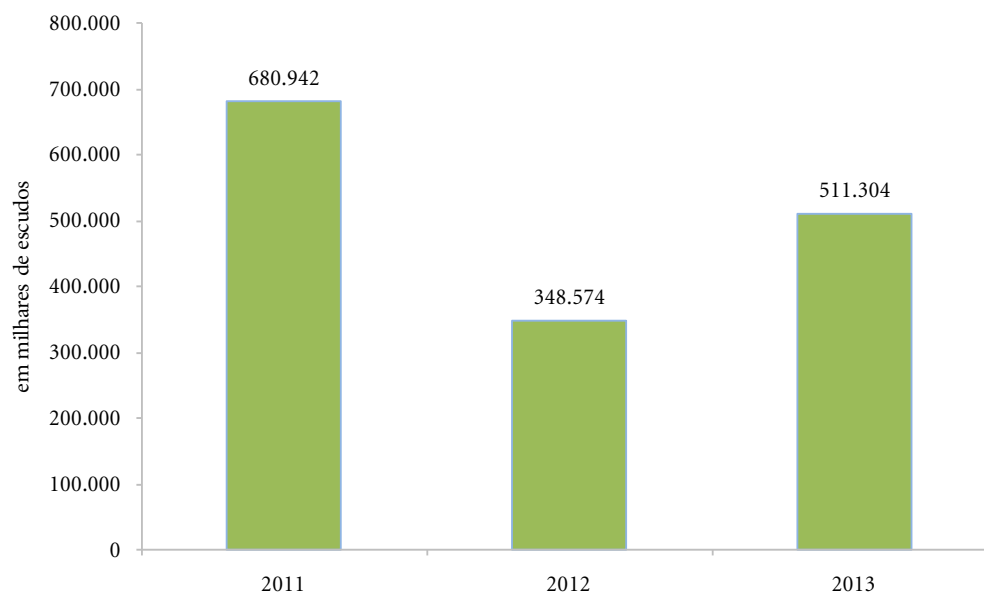
	em percentagem			
	Dez-11	Dez-12	Dez-13	t.v.a.
Activo Líquido/Activo Total	7,1	15,0	21,3	6,2
Activo Líquido/Passivo de Curto Prazo	9,7	21,1	27,9	6,9

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

A margem financeira e a margem complementar mantiveram uma tendência decrescente, diminuindo um e 0,2 por cento, respectivamente em 2013. Não obstante, os resultados líquidos do sector bancário registaram um aumento de 46,7 por cento, explicado sobretudo, pela implementação de medidas extraordinárias, nomeadamente no sistema de pensões de reforma de algumas instituições de crédito, e pela redução de imparidades, devido à dação de imóveis em pagamento.

Figura 22. Evolução dos Resultados Líquidos do Sector



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Em consequência, a rentabilidade do activo (ROA - *Return on Assets*) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE - *Return on Equity*) aumentaram para 0,3 e 3,6 por cento, respectivamente (0,2 e 2,7 por cento em 2012).

Quadro 11. Indicadores de Rentabilidade

	em percentagem			
	Dez-11	Dez-12	Dez-13	t.v.a.
ROA	0,4	0,2	0,3	0,1
ROE	5,6	2,7	3,6	0,9
Margem Financeira / Produto Bancário	76,2	75,5	75,3	-0,2

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

O produto bancário, por seu turno, registou uma contracção de 0,8 por cento, tendo o rácio da margem financeira sobre o produto bancário reduzido 0,2 pontos percentuais, para 75,3 por cento.

A melhoria dos resultados e da rentabilidade contribuiu para o reforço da solvabilidade, da liquidez e da capacidade de financiamento das instituições de crédito.

O rácio de solvabilidade do sistema bancário cresceu 2,5 pontos percentuais para 15 por cento. O aumento do rácio de solvabilidade em cinco pontos percentuais acima do mínimo regulamentar sugere que os bancos têm capital disponível em níveis adequados para suportar choques adversos nos seus balanços.

Quadro 12. Adquação de Capital

	Dez-11	Dez-12	Dez-13	em milhares de escudos	
				variação Dez13/Dez12	
				valor	%
Fundos Próprios de Base (Tier I)	12.366.024	11.351.420	13.024.986	1.673.566	14,7
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	1.473.607	1.549.030	1.638.188	89.158	5,8
Fundos Próprios Elegíveis	12.924.762	11.663.724	14.456.311	2.792.587	23,9
Total Activo Ponderado	92.505.529	93.176.567	96.412.224	3.235.657	3,5
Imparidade Acumulada	6.524.272	7.306.306	8.361.130	1.054.824	14,4
Solvabilidade (%)	14,0	12,5	15,0	-	2,5
TIER I/Activo Ponderado pelo Risco (%)	13,4	12,2	13,5	-	1,3
Imparidade / TIER I (%)	52,8	64,4	64,2	-	-0,2

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

O peso de 90 por cento dos fundos próprios de base (TIER I) no total dos fundos próprios confere ao capital dos bancos uma elevada qualidade.

A situação confortável de liquidez, também suportada pelo contínuo e significativo aumento dos depósitos dos emigrantes, igualmente corrobora a capacidade do sistema bancário em suportar choques e minimiza o seu risco de insolvência, não obstante as fragilidades financeiras dos tomadores.

Fundos Próprios de Base

O n.º 3 do Art. 29º e os artigos seguintes da Lei n.º 3/V/96 sobre as instituições de crédito e parabancárias, conferiram ao Banco de Cabo Verde a competência para fixar os elementos que integram os fundos próprios das instituições sujeitas à sua supervisão e para definir as características que os mesmos devem revestir.

Assim, o Aviso 3/2007 enumera os elementos dos Fundos Próprios de Base (equiparado ao conceito de TIER 1 do Acordo de Basileia):

Positivos - capital social realizado e prémios de emissão; reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos; resultados positivos transitados de exercícios anteriores; resultados positivos do último exercício; resultados positivos provisórios do exercício em curso; desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas; e

Negativos - activos intangíveis; resultados negativos transitados de exercícios anteriores; resultados negativos do último exercício; resultados negativos provisórios do exercício em curso; insuficiência de provisões; reservas de reavaliação negativas; desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas; acções próprias.

Capítulo 6. Sector Segurador

O mercado nacional de seguros vem funcionando com duas seguradoras (Garantia e Ímpar), três corretoras e cerca de 110 mediadores de seguros - pessoas individuais.

Em 2013, o peso da actividade seguradora na economia nacional, medido através do quociente entre o valor nominal dos prémios processados e o Produto Interno Bruto nominal, caiu ligeiramente, passando de 1,43 por cento, em 2012, para 1,37 por cento. Adicionalmente, o prémio *per capita* foi de 50,5 dólares (cerca de 4.192 escudos), valor praticamente idêntico ao atingido no ano anterior.

Quadro 13. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro

	2011	2012	2013
Taxa de Penetração do Seguro na Economia	1,53%	1,43%	1,37%
Prémios de Seguro Directo per capita em USD	54,0	50,3	50,5

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O sector segurador tem apresentado um nível de resiliência bastante considerável, apesar do contexto macroeconómico adverso. Este facto é comprovado através dos indicadores de rentabilidade que, em 2013, inverteram a tendência de queda, atingindo o montante de 201,2 milhões de escudos (198,4 milhões de escudos em 2012). Em complemento, a rentabilidade dos capitais próprios manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano transacto, ou seja em 10,4 por cento. Esta ligeira melhoria do desempenho do sector é justificada, sobretudo, pela evolução favorável do ramo Vida, não obstante o seu baixo peso no total da estrutura da carteira.

O ramo Não Vida, que responde por cerca de 95 por cento da estrutura, registou uma redução de dois por cento.

Quadro 14. Resultado Líquido *versus* Capital Próprio

	em milhões de escudos		
	2011	2012	2013
Resultados Líquidos	263,5	198,4	201,2
Variação Anual em %	0,4	-25,0	1,0
Capitais Próprios	1.927,3	1.917,6	1.934,6
Variação Anual em %	20,2	-0,5	0,9
Rentabilidade dos Capitais Próprios	13,7	10,3	10,4

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O montante de capitais próprios elegíveis para a determinação da margem de solvência atingiu o valor de 1.919,7 milhões de escudos, assegurando uma cobertura de 403,5 por cento, contra 300,8 por cento no exercício anterior. Esta evolução positiva reflectiu o aumento dos capitais próprios em 7,4 por cento e da actividade global, em termos de prémios e sinistros, em 19,9 por cento.

Quadro 15. Margem de Solvência

	em milhões de escudos		
	2011	2012	2013
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.632,0	1.787,6	1.919,7
2. Montante da Margem a Constituir	585,0	594,3	475,7
Rácio de Solvência (1\2)	279,2	300,8	403,5

Fonte : Banco de Cabo Verde.

As garantias prudenciais que envolvem o negócio e que obrigam as empresas do sector a provisionar e a representar em activos de investimento as responsabilidades que assumem, contribuem decisivamente para o financiamento da economia, pois uma boa parte da carteira de activos concentra-se em títulos de dívida privada, como sejam, as obrigações de empresas.

Em 2013, as provisões técnicas registaram um crescimento de 1,8 por cento, fixando-se em 1.802 milhões de escudos, 1.770,8 milhões de escudos no ano anterior. De destacar a provisão para seguros e operações do ramo Vida, que subiu 33,1 por cento em relação ao exercício anterior.

Margem de Solvência

A margem de solvência, a par do fundo de garantia e das provisões técnicas, faz parte das garantias financeiras que são exigidas às seguradoras, nos termos do n.º 1 do artigo 60.º do Decreto-Legislativo n.º 3/2010 de 17 de Maio.

Tratando-se de um requisito mínimo de fundos próprios, destina-se a fazer face às aleatoriedades do negócio segurador. A determinação do seu montante depende do volume de negócios de cada empresa, bem como da rentabilidade global que a mesma consegue extrair do seu negócio.

Nos termos do número 1 do artigo 88.º, as empresas de seguros com sede no território cabo-verdiano devem dispor de uma margem de solvência suficiente em relação ao conjunto da sua actividade. Assim, a margem de solvência de uma seguradora corresponde ao seu património, livre de toda e qualquer obrigação previsível e deduzido dos elementos incorpóreos. Estabelece ainda, que os activos correspondentes à margem de solvência devem estar localizados em território nacional.

Relativamente às sucursais de empresas de seguros com sede fora de território cabo-verdiano, estas devem dispor de uma margem de solvência suficiente em relação ao conjunto da sua actividade em Cabo Verde. Para tal, a margem de solvência das sucursais é constituída por activos livres de toda e qualquer obrigação previsível e deduzidos dos elementos incorpóreos. Neste caso, os activos correspondentes à margem de solvência devem estar localizados em Cabo Verde até à concorrência do fundo de garantia, podendo na parte excedente situar-se no exterior.

Para cada ramo, “Vida” e “Não Vida”, os artigos 91.º a 96.º do diploma acima citado descrevem os elementos constitutivos da margem de solvência.

A taxa de cobertura da margem de solvência representa o quociente entre os elementos constitutivos da margem e o montante da margem a constituir. Esta taxa situou-se, em 2013, em 403 por cento.

Quadro 16. Evolução das Provisões Técnicas Brutas

	2011	2012	2013	2013	
	em milhões de escudos			t.v.a. em %	Peso em %
Provisão para Prémios não Adquiridos	428,1	366,9	304,0	-17,1	16,9
Provisão p/ Seguros e Operações Ramo Vida	81,7	79,9	106,4	33,1	5,9
Provisão para Sinistros	1.364,5	1.321,5	1.387,5	5,0	77,0
De Vida	12,1	9,0	8,9	-0,9	0,5
De Acidentes de Trabalho	237,3	250,5	269,8	7,7	15,0
De Automóvel	929,1	903,8	919,5	1,7	51,0
De Outros Ramos	186,0	158,3	189,3	19,6	10,5
Provisões para Participação nos Resultados	3,5	2,40	2,92	21,6	0,2
Provisão para Riscos em Curso	17,6	-	1,16	-	0,1
Total	1.895,4	1.770,8	1.802,0	1,8	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

Em linha com os anos anteriores, a provisão técnica para sinistro teve um peso significativo no conjunto das provisões técnicas, representando 77 por cento do total, face aos 74,6 por cento no exercício 2012.

As provisões técnicas totais representaram 83,9 e 81 por cento dos prémios emitidos, respectivamente, em 2013 e 2012.

Os activos disponíveis para representação das provisões técnicas excederam o montante das responsabilidades assumidas em 911,7 milhões de escudos. O grau de cobertura das provisões técnicas por activos representativos diminuiu, passando de 169,6 por cento em 2012 para 150,6 por cento em 2013.

Quadro 17. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos Representativos

	em milhões de escudos		
	2011	2012	2013
1. Provisões Técnicas	1.895,8	1.770,8	1.802,0
2. Activos Elegíveis	3.231,4	3.002,5	2.713,7
(3)=(2)/(1) Grau de Cobertura	170,5	169,6	150,6
(4)=(2)-(1) Excesso de Cobertura	1.335,6	1.231,7	911,7

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os investimentos em carteira cresceram 2,4 por cento, passando de 3.051,8 para 3.126,6 milhões de escudos em 2013. As empresas de seguros posicionam-se como dos principais investidores institucionais no mercado nacional, com a carteira de investimentos a representar, em 2013, cerca de dois por cento do Produto Interno Bruto.

As seguradoras preferiram investir em “activos disponíveis para venda”, tendo o montante investido nesses activos atingido os 38,3 por cento do total dos investimentos. De seguida, vêm os investimentos em terrenos e edifícios, com 35 por cento. Desse total, mais

de 50 por cento estavam afectos aos edifícios de uso próprio das empresas. Os títulos a deter até à maturidade, e que incluem as obrigações adquiridas em outras empresas, representaram a menor fatia dos investimentos do sector, com 13 por cento. Os depósitos a prazo representaram a última alternativa de investimento das empresas de seguros, com 13,6 por cento do total.

Quadro 18. Composição dos Investimentos

	2011	2012	2013	2013
	em milhões de escudos			Peso em %
Activos Disponíveis para Venda	1.201,5	1.136,6	1.197,4	38,3
Empréstimos e Contas a Receber	1.041,0	911,4	833,9	26,7
-a deter até à maturidade	487,0	435,0	407,2	13,0
-outros depósitos	554,0	476,4	426,7	13,6
Terrenos e Edifícios	1.003,9	1.003,9	1.095,3	35,0
-de serviço próprio	548,6	548,6	688,0	22,0
-de rendimento	455,3	455,3	407,4	13,0
Total	3.246,3	3.051,8	3.126,6	100,0

Fonte : Banco de Cabo Verde.

O total da produção (prémios) atingiu o montante de 2.147,4 milhões de escudos, mantendo o segmento Não Vida um peso de cerca de 95 por cento e o segmento Vida representando 5,3 por cento do total da carteira de prémios.

O segmento Vida, embora tenha continuado a exibir valores absolutos baixos, cresceu devido sobretudo ao aumento da venda de seguros de vida em caso de morte, que são seguros que os bancos comerciais passaram a exigir para a concessão do crédito à habitação. Esse seguro garante o pagamento das prestações em caso de morte ou incapacidade do mutuário em fazer face às responsabilidades assumidas.

Quadro 19. Evolução e Estrutura da Carteira

	2011	2012	2013	2013	
	milhões de escudos			t.v.a. em %	Peso em %
Vida	101,9	107,1	113,6	6,0	5,3
Não Vida	2156,1	2078,1	2033,8	-2,1	94,7
Acidentes e Doença	279,1	285,9	320,6	12,1	14,9
Incêndio e Outros Danos	421,2	348,1	419,0	20,4	19,5
Automóvel	932,9	911,2	841,5	-7,7	39,2
Transportes	365,1	360,4	303,2	-15,9	14,1
Responsabilidade Civil	118,6	125,4	119,6	-4,6	5,6
Diversos	39,2	47,1	30,0	-36,4	1,4
Total	2.258,0	2185,3	2.147,4	-1,7	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

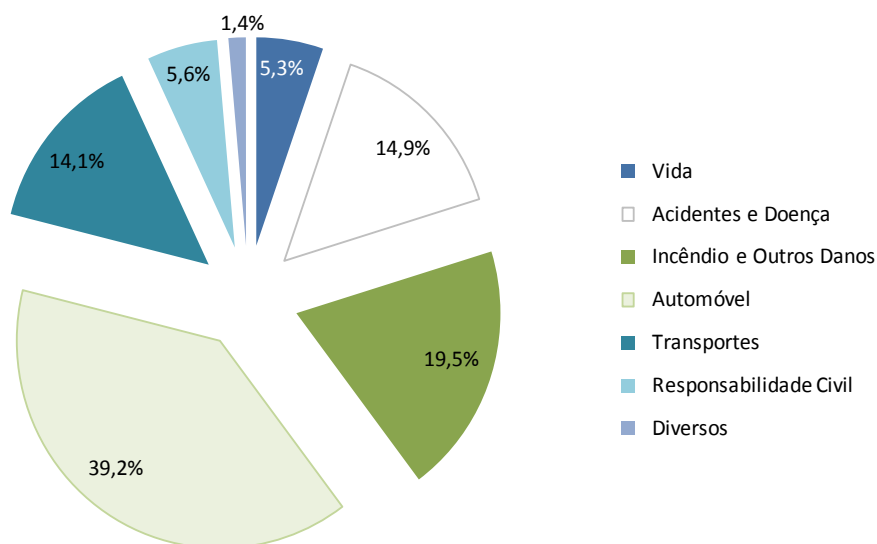
Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

No segmento Não Vida, o volume de prémios atingiu 2.033,8 milhões de escudos, representado, assim, um decréscimo de 2,1 por cento, quando comparado com o ano transacto.

Esta evolução reflectiu o efeito conjugado do desempenho dos seus principais ramos, a saber:

- Redução de 5,6 por cento do ramo automóvel, ramo mais representativo na carteira de seguros, com um peso de 40 por cento no total dos prémios processados;
- Crescimento em 20,4 por cento do ramo incêndio e outros danos, segundo maior ramo em termos de produção, com um peso de 19,5 por cento no total dos prémios processados. De realçar que este ramo agrega vários tipos de coberturas, incluindo os grandes riscos industriais;
- Subida de 5,7 por cento do ramo acidentes e doença, que inclui, entre outros, o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho, passando a representar 14 por cento da produção. O seguro de responsabilidade civil de acidentes de trabalho (facultativo e obrigatório) contribuiu com cerca de 57,1 por cento do total deste ramo;
- Queda de 15,9 por cento do ramo transportes, traduzindo, em termos absolutos, uma produção de 303,2 milhões de escudos no exercício de 2013. O peso deste ramo no total da produção manteve-se praticamente idêntico ao registado em 2012, ou seja, pouco mais de 14 por cento. Os sub-ramos marítimo e aéreo acusaram baixas de 17,6 e 14,6 por cento, respectivamente;
- Descida de 4,6 por cento do ramo responsabilidade civil, contra 125,4 por cento em 2012. Com excepção do seguro de responsabilidade civil geral profissional, as outras modalidades que compõem esse ramo apresentaram igualmente uma tendência decrescente.

Figura 23. Estrutura Vida e Não Vida em 2013



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Relativamente à actividade de resseguro, os prémios de resseguro cedidos registaram uma ligeira diminuição, passando de 1.154,7 milhões de escudos em 2012 para 1.138,9 milhões de escudos em 2013, o que corresponde a uma redução de 1,4 por cento e, por conseguinte, a uma melhoria da capacidade de retenção de riscos no mercado nacional.

A taxa de cedência global, medida pelo rácio prémios de resseguro cedido sobre prémios brutos emitidos cresceu, passando de 52,8 por cento, em 2012, para 53 por cento, em 2013.

Quadro 20. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro

	Prémios Brutos Emitidos		Prémios de Resseguro Cedidos		Taxa de Cedência	
	em milhões de escudos				em percentagem	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Vida	107,1	113,6	47,6	48,0	44,4	42,2
Não Vida	2.078,1	2.033,7	1.107,2	1.091,0		
Acidentes e Doença	285,9	302,1	122,2	111,0	42,7	36,7
Incêndio e Outros Danos	348,1	419,0	206,8	334,0	59,4	79,7
Automóvel	911,2	859,9	424,2	302,5	46,5	35,2
Transportes	360,4	303,2	274,1	245,2	76,1	80,9
Responsabilidade Civil	125,4	119,6	79,9	98,3	63,7	82,2
Diversos	47,1	30,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2.185,3	2.147,3	1.154,7	1.138,9	52,8	53,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que tange à taxa de cedência, o ramo responsabilidade civil geral ocupou o primeiro lugar, com uma taxa de cedência de 82,2 por cento, seguida pelo ramo transportes (marítimo e aéreo), que inclui o seguro dos aviões da frota dos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), tanto na vertente responsabilidade civil de pessoas transportadas como das aeronaves. A taxa de cedência em resseguro neste ramo foi de 80,9 por cento da produção, tendo em conta as características e o potencial dos riscos cobertos.

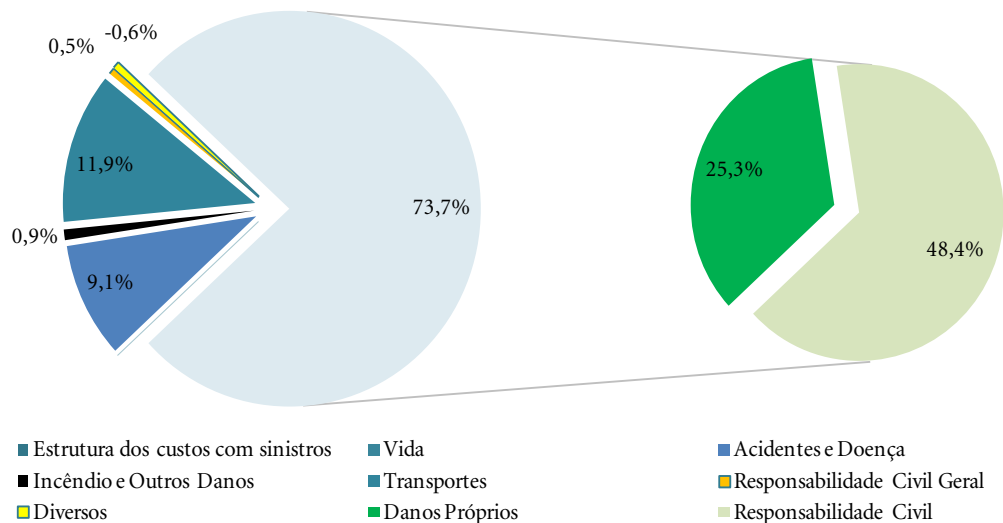
De registar, ainda, que o ramo incêndio e outros danos acusou uma elevada taxa de cedência (79,7 por cento), justificada pela profundidade e diversidade de riscos industriais e dos seguros multirriscos que fazem parte deste ramo.

Relativamente ao ramo automóvel, que é um dos maiores ramos em termos de produção de prémios, a taxa de cedência passou de 46,5 por cento, no exercício anterior, para 35,2 por cento em 2013. Este aumento da retenção de prémios deveu-se ao facto dos riscos do seguro automóvel serem, na sua maioria, de pequena dimensão e, assim sendo, as seguradoras preferirem retê-los.

De enfatizar que os custos com sinistros baixaram de 813,1 milhões de escudos, em 2012, para 688,4 milhões de escudos, em 2013, em consequência da significativa redução registada no ramo incêndio e outros danos em coisas (95,7 por cento) e da diminuição de 8,5 por cento nos custos com o ramo automóvel. Essa redução dos custos com sinistros do ramo automóvel reflectiu, não só a diminuição das ocorrências, mas também um maior rigor na selecção dos riscos e na gestão dos processos.

Apesar da diminuição registada nos custos com sinistros do ramo automóvel, este ramo representou, em 2013, 73,2 por cento do total dos custos com sinistros do ramo Não Vida, excluindo os custos imputados, como se pode ver no gráfico seguinte. Desse montante, 94,8 por cento foram efectivamente pagos no exercício e o restante registado na rubrica variação das provisões, para pagamentos futuros.

Figura 24. Estrutura dos Custos com Sinistros



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Considerando apenas os custos com sinistros afectos ao seguro obrigatório de responsabilidade civil, estes ultrapassaram 50 por cento do total dos custos com sinistros dos ramos reais.

Em termos de custos com sinistros, o ramo transportes foi o segundo maior ramo, apresentando um montante de 81,6 milhões de escudos e um aumento de 762,8 por cento, em relação ao ano anterior. Esse aumento de custos com sinistros foi devido ao acidente ocorrido na Baía do Porto da Praia (choque entre dois navios da marinha mercante nacional).

Quadro 21. Evolução dos Custos com Sinistros

	2011	2012	2013	2013	
	em milhões de escudos			t.v.a. em %	Peso em %
Vida	55,7	66,7	31,2	-53,2	4,5
Acidentes e Doença	78,2	7,2	62,9	779,0	9,1
Incêndio e Outros Danos	10,5	138,8	5,9	-95,7	0,9
Automóvel	656,4	553,7	507,1	-8,4	73,7
Transportes	2,8	9,5	81,6	762,8	11,9
Responsabilidade Civil	41,7	11,9	3,5	-70,4	0,5
Diversos	-27,7	25,4	-3,8	-115,1	-0,6
Totais	817,6	813,1	688,4	-15,3	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

A taxa de sinistralidade, medida pelo rácio custos com sinistros sobre prémios adquiridos, acusou um decréscimo de 5,1 pontos percentuais para 32,1 por cento, em 2013. Essa ligeira melhoria da taxa de sinistralidade deveu-se, sobretudo, à significativa redução registada ao nível dos custos com sinistros no exercício.

Capítulo 7. Supervisão das Instituições de Crédito e Seguradoras

O Banco de Cabo Verde (BCV) exerce a supervisão prudencial e comportamental junto das instituições de crédito e seguradoras, visando assegurar a estabilidade, a eficiência e a solidez do sistema financeiro, assim como o cumprimento de regras de conduta e de prestação de informações aos clientes de serviços e produtos bancários e de seguros, de modo a evitar que os direitos dos consumidores sejam lesados.

7.1 Supervisão Prudencial

No quadro da supervisão prudencial das instituições de crédito, em 2013 a actuação do BCV visou o reforço do quadro legal e regulamentar das actividades das instituições financeiras e o fortalecimento da função de supervisão.

Na vertente da regulação foram submetidas ao Governo no decorrer de 2013 e posteriormente aprovadas pela Assembleia Nacional, duas leis estruturantes, a Lei de Bases do Sistema Financeiro e a Lei das Actividades e Instituições Financeiras. Ainda neste âmbito, procedeu-se à definição de um quadro de prioridades para a regulamentação das referidas leis e foi preparado um conjunto de avisos que foram submetidos à consulta das instituições financeiras. Foram publicadas a instrução técnica sobre o crédito reestruturado e o aviso sobre a gestão do risco de crédito. Foram trabalhadas algumas propostas de regulamentação relacionadas com a concentração de risco de crédito, com a classificação de crédito por sectores de actividade económica, com a classificação de operações de crédito e provisões e com as exigências de capital.

Ainda relativamente à legislação, o BCV, com o objectivo de consolidar uma base de dados de legislação do sector financeiro, procedeu a uma revisão exaustiva de todas as instruções técnicas emitidas até à data.

No domínio das autorizações e registos de instituições financeiras e dos elementos dos diferentes órgãos, de constatar que foram solicitados ao BCV cerca de 40 pedidos de registo, entre os quais de constituição de sociedades, de alteração da estrutura accionista, de alteração de membros de órgãos sociais e gerentes de instituições de crédito, bem como de suspensão de actividade e dissolução de sociedade.

No domínio da estabilidade financeira, o BCV procurou, por um lado, identificar as vulnerabilidades do sector financeiro e implementar as medidas necessárias para a mitigação dos riscos e, por outro, deu continuidade ao projecto de transição para a supervisão baseada no risco.

Refira-se que, no âmbito da supervisão macro - prudencial, o BCV vem avaliando periodicamente (desde 2009) a capacidade de resistência do sector financeiro a diversos choques económicos e financeiros. Neste quadro, em 2013, procedeu-se à realização de exercícios semestrais de *stress tests*, identificando-se os factores de maior vulnerabilidade da banca. Igualmente, procedeu-se à análise do comportamento e da evolução dos riscos de carácter sistémico (de crédito, de liquidez, de mercado e de contágio), concluindo-se

que não obstante o aumento dos riscos macroeconómicos, a deterioração da qualidade dos seus activos e a redução dos seus resultados, o sistema bancário nacional permanece sólido e confiável.

O ano de 2013 ficou, também, marcado pela continuidade do projecto de implementação da supervisão baseada no risco, com o apoio técnico do Banco Central do Brasil.

No que se refere a acções habituais de supervisão bancária: efectuou-se o acompanhamento mensal das contas; deu-se prioridade às inspecções on-site, no âmbito da avaliação das carteiras de crédito; procedeu-se à emissão de pareceres específicos e análises de processos de constituição e alteração de instituições; produziu-se e analisou-se a informação agregada do sistema bancário.

No âmbito das atribuições de acompanhamento da central de riscos de crédito, as actividades centraram-se no controlo da qualidade da informação, na implementação das recomendações das acções de inspecções e no desenvolvimento de novas funcionalidades para a central de riscos de crédito, com vista a adequá-las às exigências da supervisão baseada no risco.

No âmbito das competências de regulação e supervisão do sector segurador, entre outras actividades, o Banco de Cabo Verde:

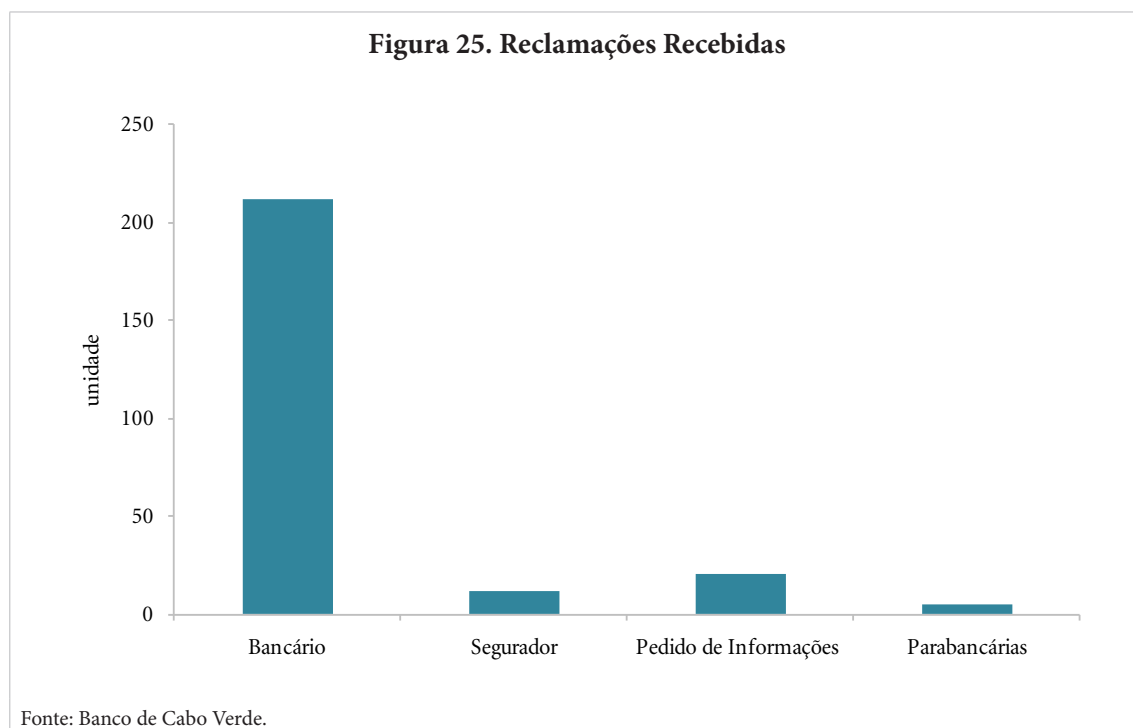
1. Propôs alterações ao regime jurídico do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA) e ao Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho;
2. Coordenou a elaboração de um caderno informativo sobre o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho;
3. Elaborou um estudo de apoio ao estabelecimento de uma nova tabela tarifa do SORCA;
4. Apresentou um estudo sobre a situação e sustentabilidade financeira do Fundo de Garantia Automóvel;
5. Acompanhou os trabalhos do Fundo de Garantia Automóvel, com destaque para a análise de cerca de 200 participações de sinistros com origem nas seguradoras, esquadras de polícia e particulares;
6. Reviu o quadro de acompanhamento das seguradoras com a introdução de novos indicadores; e
7. Procedeu ao controlo e supervisão do cumprimento da qualidade das informações prudenciais contabilísticas e da compliance das seguradoras com as normas e regulamentos prudenciais.

7.2 Supervisão Comportamental

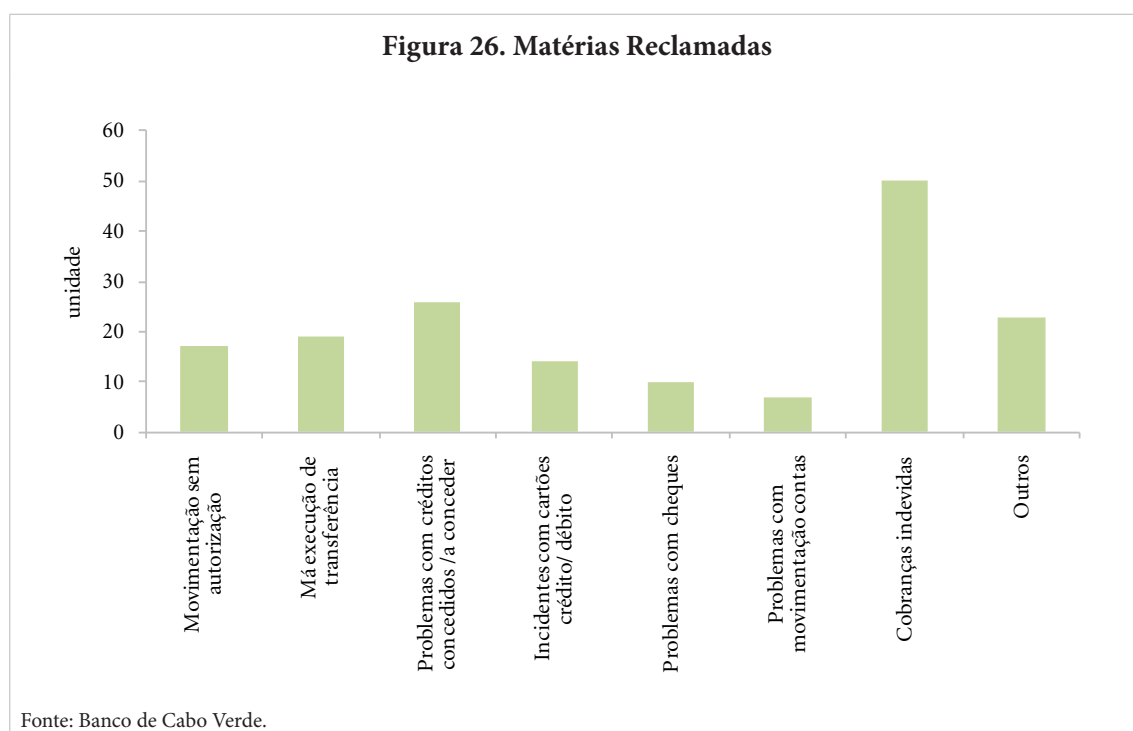
A supervisão comportamental é exercida pelo Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAP) que recebe directamente dos clientes bancários reclamações, quando entendem que os seus direitos não foram respeitados.

Durante o ano de 2013 o GAP analisou 212 reclamações, que resultaram na devolução de, aproximadamente, cinco milhões de escudos aos consumidores por parte dos bancos. Das reclamações recebidas, 12 versaram questões atinentes ao sector segurador, sendo de destacar o aparecimento de cinco reclamações referentes a parabancárias. A nível do

sector segurador, o foco das reclamações foi o seguro automóvel, essencialmente no que respeita à demora na resolução do sinistro e na reparação do veículo.



No que diz respeito aos temas bancários reclamados, estes incidiram principalmente sobre cobranças indevidas, problemas com créditos concedidos/a conceder e má execução de transferência.



Através da *homepage* do Banco de Cabo Verde, o GAP recebeu 20 pedidos de informação e a área do consumidor, alimentada também com perguntas frequentes disponibilizadas sobre várias questões financeiras pertinentes, foi visitada 1.776 vezes, em 2013.

No 2º trimestre de 2013 incrementou-se o número de horas dedicadas ao atendimento presencial dos consumidores, que passaram a beneficiar do seguinte horário: segundas-feiras das 11 às 12 horas e quartas-feiras, das 14 às 15 horas. O GAP realizou, em 2013, 23 atendimentos presenciais e inúmeros pedidos telefónicos pontuais de informação e orientação.

Constatada a necessidade de se actualizar a legislação existente, por iniciativa do GAP e em estreita colaboração com o Departamento de Supervisão e Estabilidade, foi publicado um conjunto normativo que obriga as instituições de crédito e parabancárias sedeadas em Cabo Verde a prestarem determinadas informações ao Banco de Cabo Verde e aos seus clientes, destacando-se, as taxas de juro, as comissões e as principais despesas associadas às operações de crédito:

- Aviso n.º 1/2013, de 12 de Abril, que estabelece as regras que as instituições de crédito e parabancárias devem observar na divulgação do preçário, define os deveres de informação e de assistência aos clientes que impendem sobre as instituições e determina quais os serviços bancários gratuitos.
- Instrução Técnica, anexa à Circular Série “A” n.º 177, de 7 de Setembro de 2013, e respectivos anexos: Anexo I - Folheto de Comissões e Despesas (FCD); Anexo II - Folheto de Taxas de Juro (FTJ); Anexo III - Instruções de preenchimento; Anexo IV - Alterações ao preçário;
- Aviso n.º 3/2013 de 2 de Agosto, que estabelece o regime aplicável à informação que, em matéria de taxas de juro e outros custos das operações de crédito, deverá ser prestada aos seus clientes pelas instituições de crédito e parabancárias;
- Circular Série A, n.º 178, de 2013.09.09, referente ao Cálculo da Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (TAEG).

O Aviso n.º 1/2013 moderniza aspectos importantes das relações entre as instituições de crédito e os seus clientes, designadamente as comissões e a prestação de informações, aspectos anteriormente regulamentados por normativos aprovados em 1994 e 1999, respectivamente.

O Aviso n.º 3/2013 visa garantir a transparência do mercado através da disponibilização de um conjunto de informações comparáveis e padronizadas que deve ser assegurado pelas instituições de crédito, permitindo juízos comparativos por parte dos clientes. Define ainda este Aviso a informação mínima a incluir nos contratos de crédito, designadamente: montante e finalidade do financiamento; condições e modalidade de reembolso; número e periodicidade das prestações; garantias da operação; TAN, TAE e TAEG; critério para determinação da taxa de juros em caso de mora; regras a observar na publicidade de oferta de crédito, designadamente a indicação da TAE e da TAEG; informação a prestar pela instituição financeira durante a vigência do contrato, designadamente, o montante do capital em dívida e os termos da modificação das condições contratuais.

Cabe, ainda, referir a análise dos preçários propostos pelos bancos. Com efeito, o supracitado Aviso n.º 1/2013 estipula que as instituições financeiras devem dispor de um preçário completo das condições gerais com efeitos patrimoniais dos produtos a retalho

e serviços financeiros comercializados junto do público, constituído, por um Folheto de Comissões e Despesas e por um Folheto de Taxas de Juros, sem prejuízo de outros que o Banco de Cabo Verde vier a determinar. Reforça-se, ainda, que as instituições devem adoptar a estrutura do preçário, a especificação do seu conteúdo, bem como o modo de preenchimento dos mesmos e os procedimentos que devem seguir para efeitos de divulgação da informação e reporte, que vierem a ser desenvolvidos por instruções técnicas emanadas do Banco de Cabo Verde.

Da análise das versões preliminares das propostas de preçário, o Gabinete de Apoio ao Consumidor procedeu à verificação da conformidade legal dos Folhetos de Comissões e Despesas. Para além das considerações gerais, da análise concreta sobre os Folhetos de Comissões e Despesas de cada banco resultou alguns comentários que foram submetidos ao Conselho de Administração, com vista à aprovação ou recusa do preçário proposto, tendo o órgão superior do Banco de Cabo Verde deliberado a aprovação das recomendações emanadas pelo grupo de trabalho que se dedicou à análise de preçários para o ano de 2014.

A nível de publicações, realce-se que o GAP tem vindo a contribuir activamente para a sensibilização e formação dos consumidores, sendo de destacar a divulgação de um “Guia do Consumidor”, de uma “Brochura sobre o Crédito à Habitação” e de alguns dobráveis alusivos a temas específicos, tais como “Dia do Consumidor”, “Divulgação do Aviso relativo ao preçário” e “Dicas de Poupança”, por ocasião do dia da poupança, 31 de Outubro.

O GAP, em representação do Banco de Cabo Verde, tem vindo, ainda, a participar, de forma activa, no debate da problemática da protecção dos consumidores em fóruns internacionais, designadamente ao nível de bancos centrais de países da CPLP.

A 1.ª Conferência Internacional do Plano Nacional de Formação Financeira, Lisboa - 12 de Julho de 2013, consistiu numa grande reflexão sobre a temática da literacia financeira, onde se evidenciaram os seguintes aspectos:

- Reconhecimento da importância da formação financeira para a protecção dos consumidores de produtos financeiros e para a estabilidade do sistema financeiro;
- Forte empenho dos supervisores na promoção de projectos de formação financeira e o compromisso com o Plano Nacional de Formação Financeira;
- Divulgação do Referencial de Educação Financeira para a educação pré-escolar, o ensino básico e secundário e a educação e formação de adultos, documento orientador para a sua implementação em contexto educativo e formativo;
- A importância da educação financeira e a necessidade da existência de estratégias nacionais;
- O Plano Nacional de Formação Financeira foi identificado como um exemplo de estratégia nacional que segue as melhores práticas internacionais.

Com o objectivo de apresentar e debater os avanços e os desafios na promoção da inclusão financeira dos cidadãos, discutindo especialmente a importância da educação financeira, da protecção e da inovação nesse processo, o BCV participou no V Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, organizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), em Fortaleza, de 4 a 6 de Novembro.

Capítulo 8. Mercado de Valores Mobiliários

8.1. Evolução dos Mercados de Capitais

O Mercado de Valores Mobiliários continuou a reflectir, ao longo de 2013, os efeitos de uma conjuntura macroeconómica pouco favorável.

Em 2013, registou-se um aumento do número de obrigações de empresas cotadas em 6,9 por cento, mantendo-se constante o número de empresas cotadas no segmento acionista (quatro) e o número de obrigações municipais cotadas (duas). Em relação ao número de títulos do Tesouro, nomeadamente Bilhetes do Tesouro (BT) e Obrigações do Tesouro (OT), estes aumentaram de 46 para 221 títulos, devido à transferência da custódia dos títulos do Banco de Cabo Verde (BCV) para a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), bem como a admissão à cotação em Bolsa da totalidade dos títulos de Tesouro vivos à data de 28 de Maio de 2013.

Quadro 22. Evolução dos Mercados de Capitais

Títulos Cotados	2010	2011	2012	2013
N.º Empresas Cotadas - Acções	4	4	4	4
N.º Obrigações de Empresas Cotadas	16	16	16	17
N.º Obrigações Municipais Cotadas	2	2	2	2
N.º Títulos do Tesouro (BT e OT)	8	9	46	221
Total	30	31	68	244
Transações e Capitalização Bolsista	2010	2011	2012	2013
Volume Emissões MP* (milhões de escudos)	3.342,6	2.980,0	11.482,4	9.603,9
Volume Transações MS* (milhões de escudos)	1.105,7	737,9	357,9	105,9
N.º de Transações no MS**	167	136	65	55
Capitalização Bolsista Global (milhões de escudos)	21.848,3	22.975,5	28.211,1	55.196,5
Capitalização Bolsista Global em percentagem do Produto Interno Bruto	15,8%	15,3%	17,20%	31,0%

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Notas: (*) MP-Mercado Primário; (**) MS-Mercado Secundário.

O mercado primário foi dinamizado pelo lançamento da Plataforma de Leilões dos Títulos da Dívida Pública e pela emissão de dois empréstimos obrigacionistas de empresas. O volume de emissões no mercado primário teve, contudo, uma ligeira redução, situando-se em 9.603 milhões de escudos.

No que concerne às operações no mercado primário, no cômputo geral, em 2013, houve um decréscimo de 16,4 por cento, face ao período homólogo.

Nas colocações no mercado primário por tipo de título, os títulos do Tesouro representaram a maior fatia, cerca de 77 por cento. Os Bilhetes do Tesouro, enquanto instrumento

de curto prazo, representaram cerca de 22 por cento do total das colocações. Outra nota importante tem a ver com a participação das famílias e pequenos investidores nos leilões de títulos do Tesouro através de lances não competitivos (correspondentes à fase do leilão destinada ao público em geral). Após o lançamento oficial da plataforma (em Maio de 2013) foram subscritas, até o final de 2013, pelo público em geral, através de lances não competitivos, o montante de 196,2 milhões de escudos, sendo 28,5 por cento em BTs e os restantes em OTs.

Quadro 23. Emissões no Mercado Primário por Tipo de Título

Tipo Titulo	2010	2011	2012	2013	Peso em %	t.v.a. em %
	em milhões de escudos					
Obrigações de Empresas	3.342,6	0,0	2.402,4	120,0	1,3	-95,0
Bilhetes do Tesouro	0,0	2.350,0	2.000,0	2.078,2	21,6	3,9
Obrigações do Tesouro	0,0	630,0	7.080,0	7.405,7	77,1	4,6
Total Geral	3.342,6	2.980,0	11.482,4	9.603,9	100,0	-16,4

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

Por sua vez, o mercado secundário permaneceu praticamente ilíquido, tendo o volume de transações atingido o mínimo de 105,9 milhões de escudos.

Por tipo de título, em 2013, destaca-se o segmento das obrigações de empresas com uma redução do volume de transações na ordem dos 98,5 por cento, com um peso de cerca de 4,7 por cento.

As Obrigações do Tesouro e as acções cotadas representaram mais de 95 por cento do total das transações efectuadas em 2013. No segmento accionista o destaque vai para as acções da Enacol e da Sociedade Cabo-Verdiana de Tabacos, cujas transações aumentaram cerca de 104 e 77 por cento, respectivamente.

Quadro 24. Volume de Transacções no Mercado Secundário por Tipo de Título

Título	2010	2011	2012	2013	peso em %	t.v.a. em %
	em milhões de escudos					
Obrigações de Empresas	647,4	679,1	328,2	4,9	4,7	-98,5
Acções	458,3	58,8	29,6	37,1	35,0	25,3
Obrigações do Tesouro	0,0	0,0	0,0	63,9	60,3	-
Total	1.105,7	737,9	357,9	105,9	100,0	-70,4

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

Em relação à capitalização bolsista, a admissão à cotação dos títulos do Tesouro impulsionou o seu aumento em 95,7 por cento face ao ano de 2012. Em consequência, o peso da capitalização bolsista global no PIB aumentou para 31 por cento, cerca de 55 mil milhões de escudos.

8.2. Actividade da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) em 2013

A AGMVM definiu como um dos seus objectivos estratégicos para o período 2009-2014 garantir a integridade, a credibilidade e a segurança do mercado de valores mobiliários. Com esse propósito e tendo também em vista assegurar uma melhor protecção dos investidores, em 2013 foi implementado um conjunto de medidas de forma a adoptar os melhores padrões internacionais de supervisão e pôr em prática de modo eficaz os mecanismos previstos no Código do Mercado de Valores Mobiliários (Código MVM).

Em particular, a actividade da AGMVM centrou-se na implementação de mecanismos de acompanhamento do mercado e na avaliação dos riscos emergentes do próprio mercado. Neste quadro, a AGMVM acompanhou o cumprimento das obrigações contratuais dos emitentes, bem como as suas responsabilidades com o dever de informação. Apesar de já se terem registado progressos notórios, alguns emitentes continuaram a mostrar alguma resistência no cumprimento do dever de informação.

No concernente à mitigação dos riscos, a AGMVM trabalhou no sentido de reforçar a capacidade de gestão dos emitentes, iniciando o processo de identificação de prováveis riscos para cada emitente, e melhorou o acompanhamento do emitente com maior grau de risco.

Ainda no âmbito das suas atribuições, a AGMVM:

- Apreciou e concedeu dois registos de peritos avaliadores de imóveis;
- Instituiu encontros quinzenais com vários intervenientes no processo de implementação da plataforma financeira para emissão da dívida pública através da Bolsa de Valores, tendo para o efeito aprovado duas instruções técnicas;
- Iniciou o processo de actualização da padronização dos actos da AGMVM, na sequência da publicação do Código MVM.

Igualmente, ao longo de 2013, a AGMVM continuou a trabalhar, em parceria com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, na criação de condições para a capacitação institucional do mercado de capitais, como fonte alternativa de financiamento e de investimento em Cabo Verde.

A AGMVM viu alargada a sua área de intervenção com a entrada em vigor do novo código do mercado de valores mobiliários e de duas leis especiais sobre os valores mobiliários escriturais e entidades gestoras de sistemas centralizadores de valores mobiliários.

Durante o ano de 2013 foram submetidos à consulta pública e aprovados nove regulamentos destinados a concretizar as disposições legislativas relativas a mercados, foram publicados oito regulamentos, na sequência da publicação do novo código. Em Novembro de 2013, também a Bolsa de Valores publicou duas novas circulares (Circulares n.º 2/BVC/2012 e n.º 3/BVC/2012) onde clarificou as fronteiras da supervisão comportamental relativamente à supervisão prudencial, preenchendo as lacunas e eliminando oportunidades de arbitragem regulatória.

Ainda no âmbito da reforma do sector financeiro, a AGMVM participou no processo de elaboração de três projectos de decretos-lei sobre: 1) Entidades Gestoras de Sistemas Centralizados e 2) Valores Mobiliários Escriturais e Alteração do decreto-lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, sobre o regime jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo,

tendo sido publicado em Dezembro o decreto lei que estabelece o regime aplicável aos valores mobiliários.

Ao longo do ano 2013, o Banco de Cabo Verde reforçou os mecanismos de supervisão prudencial e comportamental, em linha com os desenvolvimentos internacionais, relacionados com uma nova arquitectura do sistema de supervisão do sistema financeiro. Neste quadro, a AGMVM implementou os mecanismos adequados à supervisão prudencial, nomeadamente a recolha diária de toda a informação sobre os emitentes que circula na imprensa nacional.

Na sequência das acções de supervisão, foram notificados alguns emitentes, a fim de procederem à regularização de situações de incumprimento, sobretudo em relação ao dever de informação, nos termos do Código MVM e do Regulamento 1/2009, que consubs-tanciam as informações privilegiadas a serem comunicadas ao mercado. Foram publica-dos três regulamentos, na sequência do novo Código: 1) Supervisão Prudencial, 2) Acesso Público aos Registos e 3) Normalização de Informação Financeira. Ainda neste quadro, a AGMVM integrou, pela primeira vez, uma equipa de supervisão.

As acções de fiscalização centraram-se sobretudo na verificação da existência de meca-nismos adequados para a efectiva identificação, avaliação e controlo dos riscos inerentes às actividades exercidas pelos emitentes e pelos intermediários financeiros.

De acordo com os objectivos estabelecidos no plano de acção para 2013, a AGMVM intensificou o seu trabalho de protecção dos investidores e de integridade do mercado. Também esteve, durante todo o ano, empenhada em melhorar a qualidade da informação prestada pelas empresas cotadas, em particular, no que toca à informação financeira. Nes-te âmbito, foi possível intensificar o processo de acompanhamento da situação financeira dos emitentes e reforçar a acção na área do governo das sociedades.

A AGMVM iniciou um processo de implementação de mecanismos para abertura de processos de contra-ordenação, ligados à violação do dever de informação ou das regras relativas à divulgação de informação privilegiada.

No quadro das suas atribuições, a AGMVM tem vindo a privilegiar a educação finan-ceira como forma de capacitar os agentes cabo-verdianos. Neste contexto, promoveu qua-tro seminários, dos quais três em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, que conta-ram com a participação de representantes de todo o sistema financeiro, a saber:

- Governança Interna e Funções de Controlo que decorreu entre 9 e 11 de Julho;
- Reforço da Protecção dos Investidores e Melhoria da Integração do Mercado atra-vés de Iniciativas Regulatórias e de Harmonização – Modelo da União Europeia que decorreu de 24 a 26 de Setembro ;
- Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) que teve lugar de 18 a 20 de Novembro;
- Gestão de Riscos de Liquidez que decorreu de 4 a 08 de Dezembro.

Igualmente, promoveu, em parceria com o Instituto dos Valores Mobiliários de Lisboa ,um seminário sobre o tema Emissão de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas em Tem-pos de Crise.

No que diz respeito às relações internacionais, o ano de 2013 ficou marcado pelo acor-do de cooperação assinado entre a AGMVM e a Comissão de Mercados de Valores Mo-biliários de Lisboa.

Ainda, em 2013, visando a promoção do mercado de capitais em Cabo Verde:

- Foram realizados encontros com os principais intervenientes do mercado de valores mobiliários, nomeadamente com os intermediários financeiros e as empresas emitentes, advertindo-as para a necessidade da assunção plena dos respectivos deveres, em conformidade com o Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- Foi melhorado o sistema de acompanhamento das actividades da Bolsa de Valores e dos intermediários financeiros;
- Procedeu-se à actualização do cadastro de todos os registos individuais dos mandatários dos bancos comerciais;
- Fez-se o acompanhamento e a actualização do *link* da AGMVM, aperfeiçoando a gestão dos conteúdos no renovado layout da página do BCV;
- Procedeu-se à preparação das estatísticas ligadas ao mercado de capitais e foi publicado em formato de brochura o Código MVM em português e em inglês.

Capítulo 9. Sistema de Pagamentos

Em 2013, o Banco de Cabo Verde visando objectivos como a promoção da eficiência no funcionamento dos sistemas e instrumentos de pagamento, bem como a confiança na moeda escritural como activo de liquidação, continuou a apostar no desenvolvimento de actividades ligadas à consolidação das infra-estruturas de pagamento.

A tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização dos instrumentos electrónicos, particularmente os cartões de pagamento, manteve-se.

Em termos do movimento global nas contas de depósito e de liquidação, domiciliadas no Banco de Cabo Verde, registou-se um crescimento do total de operações processadas no sistema, quer em quantidade, quer em valor. Durante o ano, o sistema de liquidação processou 8.151.734 operações, no valor de 1.109 milhões de escudos, tendo o Sistema de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) contribuído em cerca de 99,9 por cento para o total das operações liquidadas e 17,2 por cento para o total do valor processado.

A incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação à banca tem originado uma constante evolução da sua actividade a todos os níveis, seja em termos de melhoria dos produtos/serviços financeiros disponibilizados ou da introdução de novos canais de distribuição, seja de uma forte reestruturação organizacional. Perante tal evolução, é fácil concluir que o seu impacto sobre o sistema financeiro, em geral, é indiscutível e esta perspectiva é, inclusive, facilmente comprovada se considerarmos os benefícios que daí advêm e que culmina na grande melhoria da eficiência do sector financeiro.

Neste sentido, a par dos canais tradicionais de acesso aos serviços de pagamento, como as agências/balcões, o sistema tem apostado em estratégias multicanal de acesso à banca, sobretudo os denominados canais de distribuição remota (*Redes de Automated Teller Machine - ATM, Point of Sale - POS, Homebanking, Mobile Bank*, entre outros) assentes em tecnologias de informação e comunicação modernas.

No final de 2013, a rede Vinti4 contava com um total de 3.850 terminais, dos quais 163 ATM e 3.687 POS, representativos de um crescimento de 0,6 e 23,3 por cento, respectivamente, face a 2012. Em média, nos últimos cinco anos, o número de ATM e de POS cresceu 8,5 e 30,1 por cento, respectivamente. No total, foram efectuadas 14.875.370 operações na rede, das quais 66,1 por cento realizadas através dos ATM (69,5 por cento em 2012), 31,2 por cento nos POS (28,2 por cento em 2012) e os restantes 2,1 por cento através de outros canais de acesso à rede (Vinti4net e Televinti4).

O serviço de caixa automática, com uma evolução positiva ao longo dos anos, tem-se revelado o segmento de maior procura pelos utilizadores, tendo atingido em 2013, aproximadamente 9,8 milhões de operações, das quais seis milhões com movimentação de fundos no valor de 30.001,3 milhões de escudos. Tal evolução deveu-se não só à expansão da rede de terminais em zonas não cobertas anteriormente, ao reforço da concentração em zonas já cobertas e à diversificação de locais de instalação das máquinas, mas também

à variedade de operações disponíveis que permitiu aos utilizadores uma maior liberdade na gestão das suas contas de depósito.

Quadro 25. Cartões e Terminais da Rede Vinti4

	2009	2010	2011	2012	2013
	unidade				
Número de Terminais	1.518	2.126	2.764	3.152	3.850
Caixas Automáticas - ATM	122	141	151	162	163
Terminais de Pagamento - POS	1.396	1.985	2.613	2.990	3.687
Cartões Emitidos	121.909	121.960	89.923	179.006	185.543
Cartões Vinti4	114.088	109.108	75.169	163.324	169.418
Cartões de Crédito	7.821	12.852	14.754	15.682	16.125
	taxa de crescimento em %				
Número de Terminais	50,7	57,8	30	21,7	22,1
Caixas Automáticas - ATM	11,9	15,6	7,1	7,3	0,6
Terminais de Pagamento - POS	38,8	42,2	31,6	14,4	23,3
Cartões Emitidos	13,8	-4,4	-29,7	3,3	7,0
Cartões Vinti4	13,8	-4,4	-31,1	3,3	3,7
Cartões de Crédito	27,9	64,3	14,8	6,3	2,8

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos; Instituições de Crédito.

Nota: O total de cartões de crédito, emitidos no ano, foi actualizado à dados acumulados no período, razão pela qual os dados no quadro alteraram-se relativamente ao publicado nas versões anteriores do Relatório de Sistema de Pagamentos.

O serviço de pagamento automático tem conhecido, igualmente, uma evolução positiva ao longo dos anos, reflexo da boa aceitação pela população e pelos estabelecimentos comerciais aderentes ao serviço, tal como demonstra o aumento verificado no número de novos terminais instalados em 2013, na ordem dos 23,3 por cento (mais 697 máquinas), tendo sido realizadas através destes terminais 4.731.874 operações, no valor global de 18,4 mil milhões de escudos.

O serviço de Televinti4 é outro canal de acesso ao serviço da rede que, paulatinamente, vem conquistando terreno no seio da população cabo-verdiana, somando mais de 22 mil utilizadores associados. Este serviço registou, em finais de 2013, um total de 312.414 operações, das quais 78,1 por cento (no valor de 119,2 milhões de escudos) relativas a operações com movimentação de fundos, sobretudo, a operações de carregamento móvel (241.688 operações no valor de 80,8 milhões de escudos).

A rede de pagamentos automáticos colocou ainda à disposição dos seus utilizadores o serviço Vinti4net, que a partir de 2012 passou a ser utilizado exclusivamente para o pagamento de serviços, tendo registado no final de 2013 um total de 3.428 operações, correspondentes a 92,9 milhões de escudos, o que se traduz num aumento em quantidade (148 por cento) e numa diminuição em valor (36,7 por cento).

9.1. Meios e Instrumentos de Pagamento

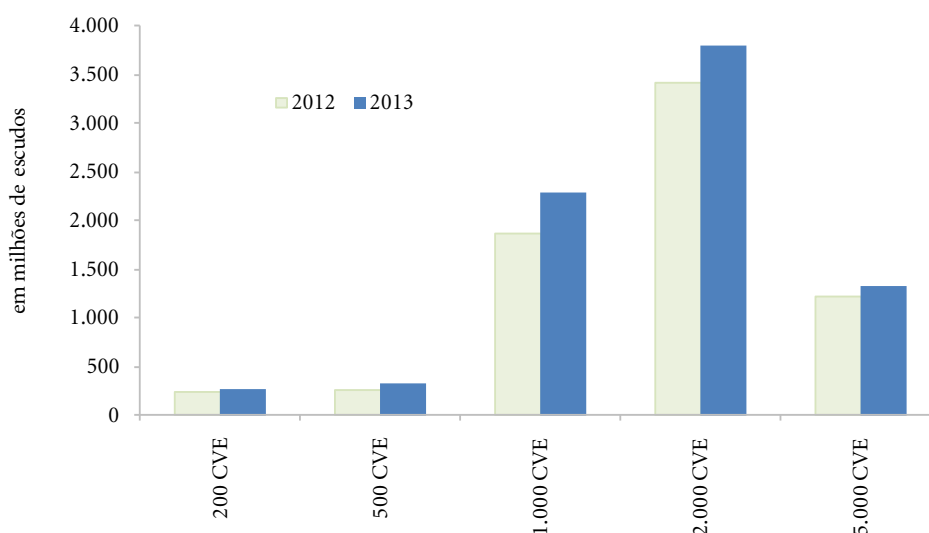
A evolução dos meios e instrumentos de pagamento em Cabo Verde continuou a caracterizar-se por uma alteração permanente no comportamento associado aos pagamentos, com uma preferência clara pelos instrumentos electrónicos, substitutos do numerário, que se revelaram como os mais utilizados pelos cabo-verdianos.

Numerário

O numerário prevaleceu como o meio de pagamento mais utilizado pela população, embora a análise de alguns rácios, particularmente os que relacionam a circulação com os agregados monetários M1- peso da circulação monetária- e M2- preferência pela moeda do banco central- e com o PIB, tenha sugerido a tendência para uma preferência crescente pelos instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

A circulação monetária registou, no final de 2013, um aumento de quatro por cento face ao ano de 2012, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8,4 mil milhões de escudos. Do total, as notas representaram 94,3 por cento, das quais 76,1 por cento corresponderam às denominações de mil e dois mil escudos, as únicas denominações, por enquanto, distribuídas através das caixas automáticas da rede Vinti4.

Figura 27. Notas em Circulação por Denominação em Valor



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Cheques

Em 2013 foram processados um total de 1,5 milhões de cheques, no valor de 121,6 mil milhões de escudos, correspondentes a uma diminuição no número e no montante de cheques processados na ordem de 28,4 e 44,3 por cento, respectivamente, em comparação com o ano de 2012.

Reflexo desta evolução, a média diária de cheques processados passou de 6.844 cheques/dia pagos no valor de 867,2 milhões de escudos, em 2012, para 6.116 cheques/dia no valor de 753,9 milhões de escudos. Igualmente, face ao ano transacto, houve uma diminuição tanto nos cheques pagos nos balcões (10,4 por cento em quantidade e 14 por cento em valor) como nos cheques pagos através do sistema de compensação (9,9 por cento em quantidade e 10,3 por cento em valor), mantendo, no entanto, a predominância dos cheques pagos nos balcões, que contribuíram com 79,8 por cento em quantidade e 63,8 por cento em valor, no conjunto dos cheques processados no sistema bancário.

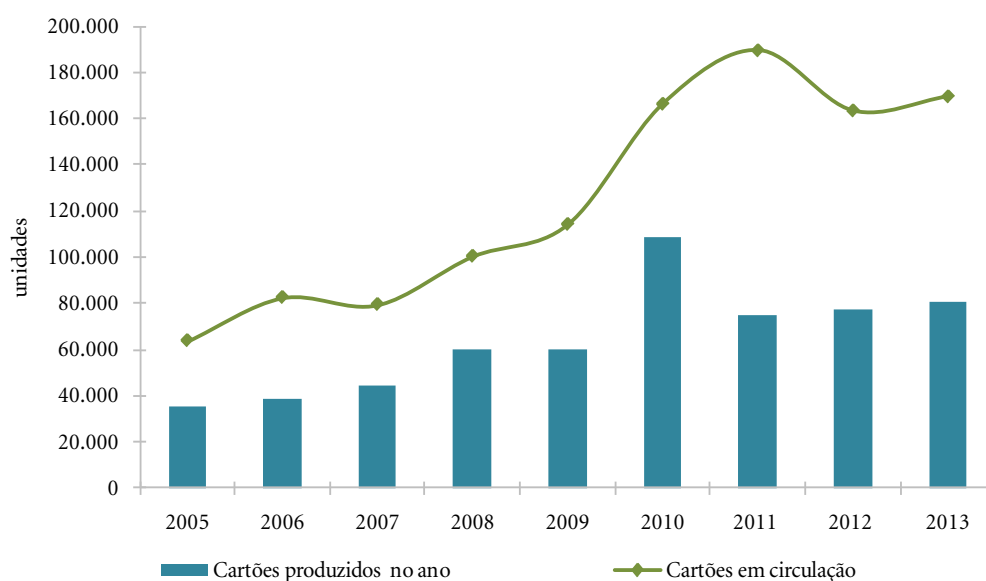
Transferências Bancárias

Em 2013 foram processadas 2,9 milhões de transferências bancárias, no valor de 451 mil milhões de escudos, o que resulta num aumento em quantidade e em valor na ordem de 39,3 e 75,7 por cento, respectivamente. O aumento significativo no valor total das transferências processadas no sistema bancário deveu-se às transferências intrabancárias, que individualmente assinalam um crescimento bastante expressivo na ordem dos 109,3 por cento. Em termos do peso, continuou a haver um maior domínio das transferências intrabancárias que responderam por 85,9 por cento em quantidade e 80,7 por cento em valor.

Cartões de Pagamento

A introdução dos cartões de débito da rede Vinti4 teve um forte impacto no sistema bancário nacional e uma excelente aceitação por parte da população bancarizada. Em 2013 encontravam-se emitidos e reconhecidos na rede Vinti4 169.418 cartões de pagamento, o que revelou um aumento de 3,7 por cento face ao número registado em 2012. O número de cartões produzidos desde o início do funcionamento da rede ascende a 675.921, sendo que 25,1 por cento correspondem a cartões em circulação.

Figura 28. Evolução Anual de Cartões Produzidos em Circulação



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nos últimos cinco anos, o número de cartões em circulação cresceu 8,7 por cento, em termos médios anuais, e o número de cartões reconhecidos na rede cresceu 18,4 por cento.

A utilização de cartões na rede Vinti4 apresentou um crescimento expressivo em 2013, tendo sido efectuadas 14,8 milhões de operações, o que correspondeu a um aumento de 11,7 por cento relativamente a 2012, representativo de uma média diária de 40.754 operações. Do total das operações com cartões Vinti4, 73,8 por cento referiam-se a operações com movimentação de fundos e 26,2 por cento sem movimentação de fundos. Do total de operações com movimentação de fundos, 54,7 por cento foram efectuadas nos ATM, 43,1 por cento nos POS e 2,3 por cento através da Televinti4 e Vinti4net. O valor total transaccionado na rede situou-se em torno dos 48 mil milhões de escudos, mais cinco mil milhões de escudos que no ano anterior.

Em média, cada cartão activo efectuou 58 operações nos ATM e 30 nos POS, o que correspondeu a um aumento de 1,5 e 30,4 por cento, respectivamente, face a 2012.

9.2. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária

Os bancos centrais podem assumir diferentes papéis nos sistemas de pagamento, podendo actuar como operador e provedor de serviços de liquidação em moeda do banco central. Seguindo esta linha de actuação, o Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições estatutárias, assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias e as operações da rede Vinti4, e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no SICIL e SGDL realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no Banco de Cabo Verde, com carácter irrevogável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por compensação dos saldos, enquanto no SGDL as operações são processadas numa base individual. No primeiro sistema, faz-se o processamento de operações de baixo valor, consequentemente de risco sistémico limitado, e no segundo faz-se o processamento de operações de montantes avultados.

Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL

Tal como em 2012, em 2013 registou-se um crescimento das operações processadas através do SGDL, tendo sido liquidado um total de 8.151.734 operações no valor de 1.109 milhões de escudos, representando taxas de variação positivas de 26,2 por cento em quantidade e 51,9 por cento em valor. Distinguindo o sistema entre liquidações por compensação e liquidações por operação, seguiu-se a tendência internacionalmente conhecida do primeiro processar grandes quantidades de pagamentos mas de baixo valor, enquanto o segundo processa pequenas quantidades de pagamentos mas de montantes avultados, facto que constitui prova suficiente da importância sistémica do SGDL. O valor médio por operação liquidada no SGDL, em 2013, foi de 136 milhões de escudos.

Em termos da média diária global de operações liquidadas, verificou-se um aumento de 25,9 por cento em quantidade no ano de 2013, para 23.230 operações/dia representativo de mais 4.786 operações/dia, face a 2012. Este crescimento ficou a dever-se, particularmente, ao crescimento nas transferências interbancárias (em quantidade em 53,2 por cento) e das operações de mercado aberto (em valor em 87 por cento).

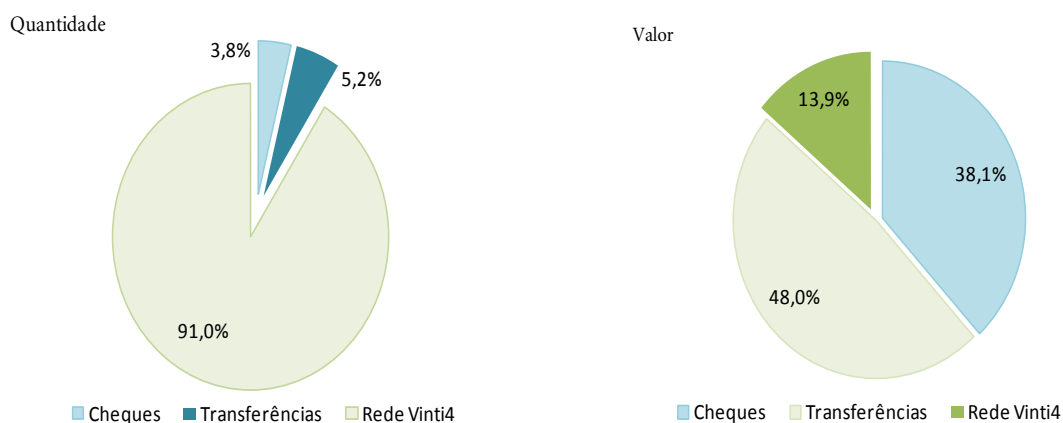
Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação – SICIL

As transacções processadas através do SICIL, em 2013, comprovam a mesma tendência de variação positiva verificada em 2012, embora os cheques individualmente tenham acusado uma diminuição em quantidade e valor. Foram processados 8,1 milhões de operações no valor de 181 mil milhões de escudos no SICIL em 2013, o que reflectiu um crescimento de 26,3 por cento e uma diminuição de 1,1 por cento, respectivamente, face a 2012.³¹ Esse crescimento expressivo na quantidade total foi explicado pelo aumento na

³¹ Em função da reconfiguração da liquidação financeira das operações da Bolsa de Valores de Cabo Verde no Banco de Cabo Verde, as operações negociadas através daquela entidade deixaram de integrar o SICIL, em 2013, e passaram a ser liquidadas por bruto no SGDL.

quantidade de transferências processadas (53,2 por cento), enquanto a diminuição, ainda que ligeira, no valor total ficou a dever-se ao decréscimo verificado nos montantes processados de cheques (11,4 por cento).

Figura 29. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação em 2013



Fonte: Banco de Cabo Verde.

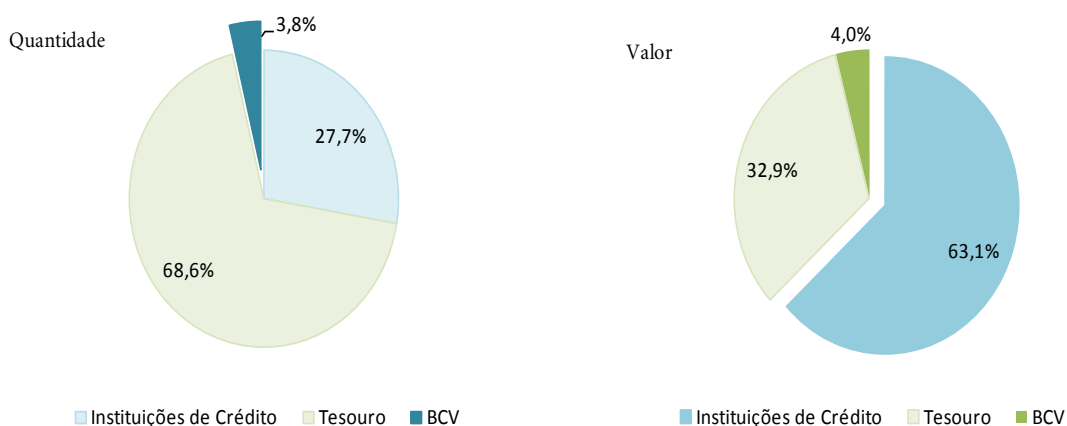
Realce-se a representatividade da rede Vinti4 em termos de quantidade (91 por cento), não obstante alcançar apenas 13,9 por cento do valor total das operações processadas no SICIL. Os subsistemas de cheques e documentos afins e de transferências interbancárias continuaram a ter um peso significativo em valor no SICIL, representando, no seu conjunto, cerca de 86,1 por cento dos valores compensados.

Analisando o desempenho do subsistema de cheques e documentos afins no SICIL, verificou-se que no ano de 2013 este subsistema continuou a apresentar uma evolução decrescente tanto em quantidade (10,8 por cento) como em valor (11,4 por cento). Durante o ano de 2013, o número de cheques processados e devolvidos através da compensação atingiu 312.299 documentos, no valor de 69 mil milhões de escudos.

Não obstante esta evolução, o cheque continuou a apresentar-se com um peso bastante expressivo, em termos do valor total processado (38,1 por cento). O valor médio, nos últimos cinco anos, tem-se mantido aproximadamente em 0,2 milhões de escudos por cheque.

Seguindo a mesma tendência de evolução do ano anterior, o subsistema de compensação de transferências evidenciou uma evolução bastante positiva em 2013, tendo sido processadas 419.938 transacções, no valor de 87 mil milhões de escudos, o que equivale a um aumento de 53,2 e 4,7 por cento, respectivamente. Em termos de peso, o subsistema contribuiu com 48 por cento do valor total das operações no SICIL, embora em quantidade tenha se ficado pelos 5,2 por cento.

Figura 30. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes em 2013



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Não obstante o cenário de evolução positiva, o valor médio processado em 2013 evidenciou uma ligeira diminuição face a 2012, tendo passado de 0,3 para 0,2 milhões de escudos. A média diária situou-se em 1.660 transferências no valor de 344,2 milhões de escudos.

A análise das transferências apresentadas à compensação por participantes revelou uma nova configuração em 2013, com o Tesouro a contribuir com maior peso em quantidade (68,6 por cento), embora em termos de valor continue atrás das instituições de crédito (63,1 por cento em valor), com 32,9 por cento do valor total processado. No entanto, o valor médio de transferências apresentado pelo Tesouro diminuiu, tendo passado de 0,2 para 0,1 milhões de escudos em 2013, valor este também inferior ao valor médio das transferências processadas (0,2 milhões de escudos) no subsistema. Por sua vez, o BCV registou, face a 2012, uma diminuição tanto em quantidade (de 14,9 para 3,8 por cento) como em valor (de 7,3 para quatro por cento).

A Rede Vinti4, sendo o sistema de pagamentos cabo-verdiano com maiores quantidades processadas, assegurou 91 por cento da quantidade de operações do SICIL (representa, no entanto, apenas 11,9 por cento do valor total). Este é o subsistema de pagamento com menor valor médio por operação (3.391 escudos), o que lhe confere, mais do que qualquer outro, a denominação de sistema de retalho. Foram compensados e liquidados através da rede 7.412.680 operações, no valor de 25,1 mil milhões de escudos.

Emissão Monetária

No final do ano de 2013, o valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde ascendia a 11.569 milhões de escudos, representando um aumento de 2,9 por cento face ao valor registado no final de 2012. Em valor absoluto, esse aumento foi de 320 milhões de escudos.

Observou uma variação positiva nas denominações de 200 escudos (13 por cento), 500 escudos (25,3 por cento) e mil escudos (8,9 por cento) e negativa nas denominações de dois mil escudos (0,4 por cento) e cinco mil escudos (4,1 por cento). Esta evolução pode ser explicada, por um lado, pela eficiência introduzida com a automatização do serviço de escolha e saneamento, o que permitiu uma redução substancial do período de diferimento verificado no tratamento de notas retornadas ao Banco de Cabo Verde, com efeito directo na diminuição da necessidade de emissão de notas e, aliada, por outro lado, a uma gestão prudente da nota de dois mil escudos.

Evolução da Emissão de Notas

Denominação CVE	2010	2011	2012	2013	t.v.a. em %
	em milhares de escudos				
200	346.226	316.227	340.179	384.292	12,97
500	518.786	422.783	453.104	567.860	25,33
1.000	4.339.273	3.718.206	3.102.190	3.379.223	8,93
2.000	7.574.089	5.777.891	4.952.310	4.933.947	-0,37
5.000	2.366.540	2.333.455	2.401.665	2.304.265	-4,06
Total	15.144.914	12.568.562	11.249.448	11.569.587	2,85

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

De igual modo, as denominações de 200 e 500 escudos, por se tratarem de denominações de valor facial baixo e naturalmente muito circuladas devido à sua função de moeda de troco, têm merecido uma atenção especial, de forma a manter-se a qualidade de circulação satisfatória dessas denominações.

Durante o ano de 2013 foram emitidas e colocadas em circulação 4,92 milhões de notas, no valor de 4.217,7 milhões de escudos. Do total de notas emitidas, as denominações de 200 e 500 escudos representaram, no conjunto, 7,1 por cento, a denominação de mil escudos 27,6 por cento e a de dois mil escudos 44 por cento. A denominação de cinco mil escudos comparticipou com 21,4 por cento.

Analogamente, no referido período foram retiradas de circulação 3,9 milhões de notas, no valor de 6.001,5 milhões de escudos, por não oferecerem qualidade para serem recolocadas em circulação, sendo 13,8 por cento nas denominações de 200 e 500 escudos, 42,1 por cento na denominação de mil escudos, 37,8 por cento na de dois mil escudos e 6,3 por cento na denominação de cinco mil escudos.

O valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde, no final de 2013, distribuía-se entre 3.590,1 milhões de escudos na posse do sistema bancário e 7.979,5 milhões de escudos afectos à circulação, representando, em quantidade, o total de 6,38 milhões de notas.

No cômputo das notas colocadas em circulação, à semelhança de anos anteriores, as denominações de mil e dois mil escudos representavam, no seu conjunto, maior predominância, com cerca de 65,4 por cento em quantidade e 76,1 por cento em valor, assumindo-se como a denominação-padrão do sistema de pagamentos com numerário em Cabo Verde. Tal facto pode ser associado à situação das máquinas ATM que ainda dispensam apenas essas denominações.

Circulação de Notas

Denominação CVE	2012				2013				t.v.a. em %
	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	
		BCV	Bancos			BCV	Bancos		
200	340.179	56.920	37.416	245.843	384.292	68.212	55.912	260.168	5,83
500	453.104	106.950	72.256	273.898	567.860	135.445	112.318	320.097	16,87
1.000	3.102.190	464.452	549.005	2.088.733	3.379.223	585.878	516.028	2.277.317	9,03
2.000	4.952.310	576.146	524.842	3.851.322	4.933.947	654.780	483.077	3.796.090	-1,43
5.000	2.401.665	1.003.260	187.740	1.210.665	2.304.265	826.560	151.870	1.325.835	9,51
Total	11.249.448	2.207.728	1.371.259	7.670.461	11.569.587	2.270.875	1.319.205	7.979.507	4,03

Fonte : Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

Por outro lado, a denominação de maior valor facial, cinco mil escudos, representa quatro por cento da quantidade de notas em circulação e 16,6 por cento do valor, enquanto a denominação de menor valor facial, 200 escudos, figura com um comportamento inverso na estrutura das notas em circulação, ou seja, 20,3 por cento em quantidade e 3,2 por cento em valor.

Numa análise individualizada, constata-se que as maiores variações das denominações em circulação se situam a nível das denominações de 200 e 500 escudos, com acréscimos de 4,5 e nove por cento, respectivamente, justificado, sobretudo, pela introdução de notas de troco por parte do BCV no mercado, e das de dois e cinco mil escudos, que reflectem decréscimos de 8,7 e 14,2 por cento, respectivamente.

Do ponto de vista da circulação de moedas, estas registaram um acréscimo de 2,7 por cento, no valor de 12,7 milhões de escudos, comparativamente ao verificado em 2012. Das moedas correntes em circulação, as maiores variações ocorreram a nível das denominações de um e 50 escudos.

Depósitos/Levantamentos

	Depósitos	Levantamentos	Depósitos/Levantamentos
	em milhões de escudos		em %
Janeiro	2.090	1.069	195,5
Fevereiro	1.222	1.128	108,3
Março	1.137	1.292	88,0
Abril	1.350	1.476	91,4
Maio	1.583	1.340	118,1
Junho	1.050	1.166	90,0
Julho	1.430	1.826	78,3
Agosto	1.406	1.416	99,3
Setembro	1.455	1.036	140,4
Outubro	1.341	1.219	110,0
Novembro	1.147	1.170	98,0
Dezembro	1.287	2.549	50,5
Total	16.496	16.686	98,9

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os registos dos movimentos totais dos depósitos e dos levantamentos realizados em valor pelas insti-

tuições de crédito junto da tesouraria do Banco de Cabo Verde e das Instituições Executantes do Protocolo de Tesouraria, em 2013, evidenciaram ligeiras oscilações face ao verificado em 2012. Os depósitos totais diminuíram 1,8 por cento e os levantamentos 0,3 por cento.

O rácio depósito/levantamento fixou-se em 98,9 por cento, uma variação negativa de 1,5 pontos percentuais relativamente ao verificado em 2012 (100,4 por cento), explicada pela oscilação dos depósitos e levantamentos, facto observado praticamente em todos os meses.

Durante o ano de 2013, foram trocadas no Banco de Cabo Verde duas mil notas da família de notas de 1989/92, retiradas de circulação através dos Decretos-lei n.ºs 6/2006 e 44/2008, de 23 de Janeiro de 2006 e 1 de Dezembro de 2008, respectivamente, no valor de 2,06 milhões de escudos.

Do total das notas trocadas, cerca de 82,4 por cento correspondia à denominação de mil escudos, no valor equivalente a 1,7 milhões de escudos.

Encontram-se ainda na posse do público 631 mil notas, correspondentes a 289,7 milhões de escudos. De salientar que, do total de notas na posse do público, as denominações de cem e 200 escudos representaram, em quantidade, 56,9 por cento no conjunto. As denominações de 500, 1.000 e 2.500 escudos representavam 18,9, 21,5 e 2,4 por cento, respectivamente.

Contrafacção de Notas (Circuladas)

Denominação CVE	2012		2013		t.v.a. em %
	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	
200	6	1.200	12	2.400	100,0
500	8	4.000	9	4.500	12,5
1.000	58	58.000	60	60.000	3,4
2.000	31	62.000	28	56.000	-9,7
5.000	5	25.000	3	15.000	-40,0
Total	108	150.200	112	137.900	3,7
Notas Estrangeiras	8	0	23	0	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

As notas de mil e dois mil escudos continuam a ser as denominações contrafeitas mais apreendidas através do sistema bancário, com um total de 89 contrafacções detectadas. As denominações de 200, 500 e cinco mil escudos comparticiparam com um total de 19 contrafacções.

Realce-se o decréscimo na detecção de contrafacção, através do sistema bancário, das denominações de 500 e dois mil escudos.

PARTE III

OUTRAS ACTIVIDADES DO BANCO CENTRAL

No âmbito das suas atribuições principais, o Banco de Cabo Verde é responsável pela emissão monetária e pela gestão das reservas cambiais do país. Produz estatísticas macro-económicas e financeiras, desenvolve estudos aplicados à economia nacional e concebe regulamentos para suportar o cumprimento da sua missão - defesa da estabilidade monetária e do sistema financeiro.

O desempenho adequado da sua missão exige um contínuo investimento no desenvolvimento dos recursos humanos e dos sistemas de controlo financeiro, alinhado com a estratégia asseverada no seu Plano Estratégico.

Esta parte do Relatório Anual destaca as principais actividades desenvolvidas em 2013 pelo BCV, no quadro do cumprimento das referidas atribuições.

Capítulo 10. Outras Actividades do Banco Central

10.1. Gestão de Activos Externos

A gestão das reservas foi ancorada num sólido sistema de governação, em que os investimentos foram realizados de acordo com as directizes estabelecidas nas Normas Orientadoras de Gestão de Reservas que clarificam a estratégia a ser aplicada, em função do perfil de risco esperado, definido através de uma carteira de referência – *Benchmark*.

Enquanto responsável pela elaboração de propostas de alocação dos activos externos, de *benchmarks*, dos limites operacionais e dos critérios de medição de resultados e avaliação dos riscos, os quais são submetidos à apreciação do Comité de Investimentos e à aprovação do Conselho de Administração, o Departamento de Mercados e Gestão de Reservas (DMR) desenvolveu um conjunto de acções e de documentos, em função dos objectivos previamente estipulados.

Assim, no quadro da política de investimentos para a gestão dos activos externos do país, deu cumprimento ao objectivo essencial de diversificação das reservas definido no plano estratégico do BCV 2011/2014, através do início da aquisição de Títulos do Tesouro no mercado financeiro internacional.

Procedeu à actualização da composição cambial das reservas externas, tendo em conta a perspectiva de evolução dos principais indicadores da balança de pagamentos e as necessidades de cobertura dos passivos externos do país, bem como a expectativa de evolução do mercado cambial. Com efeito, foram aprovados novos limites para a composição cambial das reservas, em Novembro, na percentagem de 73 por cento em euros e 27 por cento em dólares.

O BCV implementou um novo *benchmark* estratégico para a carteira gerida internamente - carteira de liquidez. O novo *benchmark* expressa os pressupostos de *performance* e risco de médio e longo prazo e a orientação que se pretende dar aos investimentos, tendo em conta a Preservação do Capital e da Liquidez dos Activos.

Com o objectivo de assegurar o aprimoramento da gestão da liquidez e garantir a segregação das posições líquidas do BCV foi reestruturada a carteira de liquidez, através da criação de

duas sub-carteias, denominadas Carteira de *Trading* e Sub-carteira de Tesouraria. De realçar que o desfasamento entre as necessidades de financiamento e os influxos em moeda estrangeira requer a existência de um volume adequado de reservas para cada carteira, pelo que é importante a separação das carteiras de activos externos de acordo com os objectivos traçados na manutenção das reservas internacionais, tendo relevância na gestão de activos e passivos e o cumprimento das estratégias definidas na gestão financeira da liquidez.

Foi elaborado um Manual de Procedimentos da Gestão das Reservas, com o objectivo de especificar e descrever todos os procedimentos que devem ser seguidos pelo DMR na sua actividade *core* de gestão de reservas externas, bem como clarificar as regras operacionais a aplicar pelas áreas, apoiar os colaboradores na adaptação ao cumprimento das tarefas definidas nas Monografias de Função, identificar as responsabilidades de cada interveniente, bem como preservar e garantir a memória institucional.

No que concerne à carteira de investimentos, gerida pelo Banco Central do Luxemburgo, o BCV adoptou medidas que asseguram uma gestão prudente das reservas e deu orientações ao Gestor Externo no sentido de uma elevação da qualidade de crédito dos investimentos, através do aumento do limite mínimo de alocação em instituições soberanas de 40 para 50 por cento da carteira, bem como a manutenção de um limite agregado de *rating* AAA e AA não inferior a 70 por cento. Considerando os sucessivos *downgrades* ocorridos em 2012, foi introduzido um novo parâmetro que limita em 25 por cento o montante máximo de investimentos nos países considerados elegíveis, com excepção da Alemanha, França, Holanda, Luxemburgo e Estados Unidos.

10.2. Elaboração de Estudos Económicos e Produção de Estatísticas

O Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEE) tem por missão a produção de estatísticas, a elaboração de análises, estudos económicos e pareceres que suportam a actuação do Banco de Cabo Verde no domínio do seu mandato fundamental – definição e execução da política monetária e defesa da estabilidade monetária e do sistema financeiro.

No quadro das suas atribuições principais, as actividades levadas a cabo em 2013 podem ser agrupadas em cinco objectivos essenciais: colaboração na definição e execução da política monetária; produção estatística; elaboração de estudos aplicados à economia de Cabo Verde, construção de *frameworks* e apresentação de abordagens metodológicas para construção de indicadores que possibilitem o aprofundamento do conhecimento da realidade económica e financeira do país, em conformidade com o Plano Estratégico do Banco de Cabo Verde para 2011-2014; difusão de estatísticas, estudos e relatórios produzidos; representação do BCV nos domínios da actuação do departamento.

1. Colaboração na definição e execução da Política Monetária

No âmbito deste objectivo essencial para o departamento e para o Banco de Cabo Verde, elaborou-se e apresentou-se, mensalmente no Comité de Política Monetária, o Boletim de Conjuntura que integra a análise evolutiva dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros.

Em 2013 reformatou-se a estrutura e o conteúdo do boletim, que passou a ser um documento mais sintético em termos da análise, mas muito mais abrangente em termos das estatísticas disponibilizadas. Foram, ainda, introduzidas melhorias em termos analíticos,

com a identificação e acompanhamento, na medida do possível, de mais indicadores de tendência da actividade económica (nomeadamente de indicadores da oferta e do emprego no sector formal) e monetários e financeiros (a partir dos resultados de inquéritos quantitativos e qualitativos aos bancos).³² De referir entretanto que, a alteração da metodologia de compilação das contas nacionais e a indisponibilidade de séries longas nas duas ópticas impossibilitou a análise das contas trimestrais, de acordo com o planeado.

Ainda, no quadro deste objectivo essencial, foram realizados:

- Exercícios trimestrais de programação monetária e financeira, para os quais foram actualizadas as equações comportamentais (do comércio externo de bens e serviços; de indicadores das finanças públicas; do crédito à economia; da inflação; entre outros). Refira-se que a implementação do Sistema de Contas Nacionais de 1993 na produção das contas nacionais pelo Instituto Nacional de Estatísticas requereu uma revisão profunda do *framework* das estimativas e projecções macroeconómicas (de curto e longo prazo) em uso pelo departamento;
- Avaliação da sustentabilidade da dívida pública e análise de indicadores de vulnerabilidade externa. Destaca-se que, no quadro dos trabalhos relacionados à avaliação da sustentabilidade da dívida pública, priorizou-se a consolidação dos dados dos passivos contingentes. Em concreto, fez-se uma recolha exaustiva, validou-se e tratou-se todas as linhas de crédito (incluindo dívida titulada) contratadas pelas empresas públicas e câmaras municipais. Refira-se ainda que foram actualizados os critérios de avaliação da sustentabilidade da dívida pública, de acordo com a nova metodologia do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial para o exercício de *Debt Sustainability Analysis*.

2. Produção Estatística

Enquanto órgão produtor oficial das Estatísticas Monetárias e Financeiras, bem como das Estatísticas do Sector Externo, o DEE recolheu dados de diversas fontes, produziu, analisou e difundiu:

- a síntese monetária, a síntese consolidada dos bancos de depósitos e as estatísticas de juros, depósitos e crédito, numa periodicidade mensal. Refira-se ao alargamento da cobertura das estatísticas monetárias, que passaram a integrar as estatísticas do Ecobank, numa periodicidade mensal, a partir de Junho de 2013;³³
- as estatísticas da balança de pagamentos, do comércio externo, das remessas de emigrantes, do investimento directo estrangeiro, bem como da dívida externa, numa periodicidade trimestral;

³² Tendo em conta o aumento da produção agrícola nacional, o indicador do consumo, construído essencialmente com base em dados sobre importações de mercadorias para consumo, foi calibrado para agregar a produção de bens de consumo. Embora condicionados pela disponibilização de dados das contas nacionais, fez-se estimativas da evolução dos indicadores de tendência da actividade económica pelo lado da oferta. Foram construídos com base em informações do Instituto Nacional de Previdência Social indicadores de tendência do emprego no sector formal que, embora não sendo explicitamente divulgados, suportam as estimativas da evolução do rendimento disponível das famílias. Os resultados dos inquéritos quantitativos aos bancos (para captar informações sobre o *stock* e a evolução dos créditos, depósitos e respectivas taxas de juro), bem como dos inquéritos qualitativos à política de crédito foram utilizados para fundamentar as análises da situação financeira.

³³ Em consequência, as séries históricas foram revistas.

- as estatísticas da posição de investimento internacional, numa base anual.³⁴

No quadro deste objectivo, destacam-se, ainda, as seguintes actividades:

- Mapeamento das contas das seguradoras e da dívida titulada, bem como o levantamento exaustivo das contas dos bancos *off shores*, das instituições parabancárias e casas de câmbio no âmbito do projecto de desenvolvimento de uma síntese financeira;
- Visita às entidades inquiridas para o efeito de compilação das estatísticas do sector externo;
- Elaboração de um projecto de auditoria estatística aos operadores de balcão e de serviço estrangeiro de todo o sistema bancário; e
- Consolidação da base de dados da Dívida Externa Privada.

3. Elaboração de estudos, construção de *frameworks* e apresentação de abordagens metodológicas, no quadro dos objectivos do Plano Estratégico³⁵

Visando o aprofundamento do conhecimento da economia nacional, em 2013 o DEE:

- Liderou os trabalhos de um estudo sobre as causas e as perspectivas de evolução do crédito mal parado no sistema bancário cabo-verdiano;
- Caracterizou as famílias cabo-verdianas endividadas junto ao sistema bancário, num estudo por amostragem, com base em micro-dados;
- Analisou o papel da produtividade total de factores no crescimento económico de Cabo Verde;
- Analisou os modelos macroeconómicos de projecção de longo prazo passíveis de serem implementados em alternativa/complemento ao modelo actualmente em uso pelo DEE;
- Desenvolveu um indicador coincidente para a economia cabo-verdiana, com base no método das componentes principais e indicadores associados qualitativos e quantitativos;³⁶
- Propôs um conjunto de indicadores da dinâmica do crédito à economia, com base nos resultados dos inquéritos qualitativos à Política de Crédito dos Bancos. Recorreu-se à metodologia de cálculo dos índices de difusão (a partir dos saldos das respostas extremas) para a construção de um conjunto de indicadores da procura e oferta de crédito a particulares e a sociedades não financeiras;
- Participou no desenvolvimento de um *framework* para a projecção da liquidez no longo prazo;

³⁴ A área das Estatísticas do Sector Externo também actualizou as estatísticas da Posição da Dívida Externa, compilada pela primeira vez em 2012. Estas estatísticas não foram ainda divulgadas por não terem sido ainda objecto de uma validação externa ao DEE.

³⁵ Refira-se que no quadro da avaliação a meio percurso do Plano Estratégico sugeriu-se a introdução de objectivos relacionados à melhoria da qualidade e cobertura das estatísticas produzidas pelo DEE. No ponto 2 referiu-se às actividades desenvolvidas com vista à materialização, daquele objectivo, nomeadamente a implementação do plano de recomendações da missão de assistência técnica do FMI às estatísticas do sector externo e os desenvolvimentos com vista à produção de um guia de compilação das estatísticas do sector externo e à compilação de uma síntese financeira.

³⁶ O DEE já tinha proposto um indicador coincidente para a economia, mas este baseava-se exclusivamente em indicadores associados qualitativos.

- Concluiu a estrutura das bases de dados transaccional e analítica para a produção de estatísticas a partir de dados de uma Central de Balanços.

Ainda no âmbito da realização de estudos que suportam a actuação do BCV, o Departamento de Mercados e Reservas elaborou um *working paper* sobre Senhoriagem do Banco de Cabo Verde, apresentado no III Encontro de Contabilidade dos Países da CPLP, que decorreu em Junho na cidade da Praia.

4. Difusão de estatísticas, estudos e relatórios produzidos

No concernente às actividades relacionadas com a difusão, realce-se a:

- Produção, edição e publicação, a 15 de Maio e a 15 de Outubro, do Relatório de Política Monetária, que incorpora a análise da situação económica e financeira do país nos seis meses precedentes à publicação, bem como as hipóteses de enquadramento e os riscos relacionados com as projecções dos principais indicadores económicos e financeiros do país;
- Produção do Relatório Anual do BCV, que foi publicado a 30 de Junho;
- Produção, edição e publicação mensal, do Boletim de Indicadores Económicos e Financeiros e do Boletim de Estatísticas Mensal;
- Produção, edição e publicação do Boletim de Estatísticas Trimestral;
- Actualização mensal da base de dados de estatísticas electrónicas e o reporte, mensal e trimestral, ao Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional de toda a informação estatística produzida pelo departamento; e
- Actualização da série dos indicadores económicos e financeiros, tendo em conta a publicação das contas nacionais com base no SCN 1993 e a produção das séries longas das contas nacionais.

5. Representação do Banco nos domínios da actuação do departamento

Ainda no âmbito das suas atribuições, o departamento acompanhou a missão de *surveillance* do Fundo Monetário Internacional, no quadro do Artigo IV; participou na elaboração dos relatórios semestrais da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico; reuniu-se com as respectivas delegações e reportou estatísticas e publicações ao Banco Africano de Desenvolvimento, ao Banco Mundial, à Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA), à Standard & Poors, à Fitch Rating, ao Grupo de Apoio ao Orçamento e à Agência Monetária da África Ocidental.

O DEE também preparou um *issue paper* sobre *credit registry data to assess financial stability*, que foi apresentado no Workshop on Integrated Management of Micro-databases promovido pelo Banco Portugal, Banco Central Europeu e Irving Fisher Committee on Central Banks Statistics e participou na elaboração da Estratégia Nacional de Emigração para o Desenvolvimento.

O Departamento foi, igualmente, chamado a colaborar: nas missões de consultoria no quadro do projecto de desenvolvimento do sistema financeiro cabo-verdiano, promovido pela First Initiative; nas missões de avaliação do sistema financeiro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; bem como nas palestras a estudantes das universidades de Santiago, Jean Piaget, Michigan (dos EUA) e West Indies (da Jamaica).

10.3. Planeamento, Organização e Optimização dos Sistemas de Informação

No quadro dos objectivos fixados nos domínios de Planeamento e Organização destacam-se as acções visando o desenvolvimento institucional da função “Organização e Planeamento” e o desenvolvimento de algumas ferramentas para o planeamento. As principais acções desenvolvidas nesse âmbito foram:

- Implementação do *software* de apoio à elaboração dos planos e balanços de actividades do BCV;
- Formação de utilizadores do *software* de elaboração de planos e balanços de actividades;
- Realização de reuniões, no quadro da Comissão Interdepartamental para a Organização e Planeamento (CIOP), para a programação e avaliação das actividades programadas;
- Prestação de apoio técnico às diversas unidades organizacionais do BCV em matéria de planeamento e organização;
- Colaboração na preparação das linhas de orientação estratégica para a elaboração do plano de actividades e orçamento do BCV;
- Elaboração do plano de actividades para o ano de 2013;
- Elaboração do balanço de actividades do primeiro semestre;
- Promoção de reuniões com os gestores para identificação dos indicadores de avaliação de execução do plano estratégico do BCV;
- Quantificação dos indicadores de avaliação do plano estratégico do BCV;
- Construção de um quadro de indicadores para avaliação do plano estratégico do BCV.

No domínio dos Sistemas de Informação destacam-se as seguintes acções:

- Apoio na implementação da nova aplicação de supervisão bancária, o BSA 3;
- Consolidação do modelo de certificação digital no sistema financeiro nacional;
- Desenvolvimento e implementação da nova *Intranet*;
- Definição e concepção da nova *Extranet*;
- Acompanhamento e melhoria do sistema integrado de gestão de reservas externas – SIGER;
- Definição e concepção de uma nova solução de gestão monetária;
- Apoio na implementação de um sistema integrado de gestão de recursos humanos;
- Modernização e administração do sistema SWIFT (*World Wide Interbank Financial Telecommunication*);
- Definição e concepção de uma nova solução de gestão integrada da tesouraria;
- Apoio na operacionalização da nova solução de planeamento de actividades e gestão orçamental;

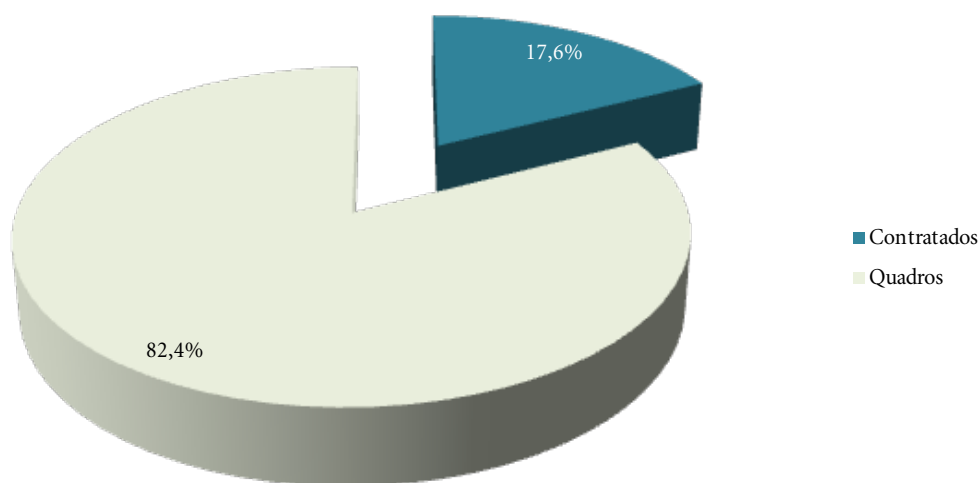
- Definição e concepção de uma arquitectura tecnológica de dados.

10.4. Gestão de Recursos Humanos

Mantendo a perspectiva de melhoria constante dos seus recursos humanos, o BCV continuou, em 2013, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus instrumentos de gestão de recursos humanos, como forma de dar resposta aos desafios que se colocam à instituição.

No final de 2013, o BCV contava com um total de 125 funcionários efectivos, menos três do que no final de 2012, sendo 103 pertencentes ao quadro de pessoal e 22 contratados por tempo determinado.

Figura 31. Distribuição dos Activos



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Desses 125 efectivos, 75 eram do sexo feminino e 50 do sexo masculino.

O Banco de Cabo Verde tem adoptado a política de recrutar técnicos com sólida formação superior e o ano de 2013 não fugiu a esta orientação estratégica. Foram contratados cinco novos colaboradores, sendo todos com formação académica igual ou superior à licenciatura, perfazendo assim um total de 81 funcionários com formação superior.

Quadro 26. Nível Académico dos Trabalhadores

	Homem	Mulher	Total
Mestrado	12	20	32
Pós-graduação	2	5	7
Licenciatura	14	28	42
Bacharelato	0	2	2
Ensino Secundário	13	14	27
Ensino Básico Integrado	9	6	15
Total	50	75	125

Fonte: Banco de Cabo Verde

O Banco continuou a política de incentivos para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores-estudantes, comparticipando no pagamento de propinas e na aquisição de material didáctico. Esta política gera o desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais que funcionam como uma mais-valia para a instituição.

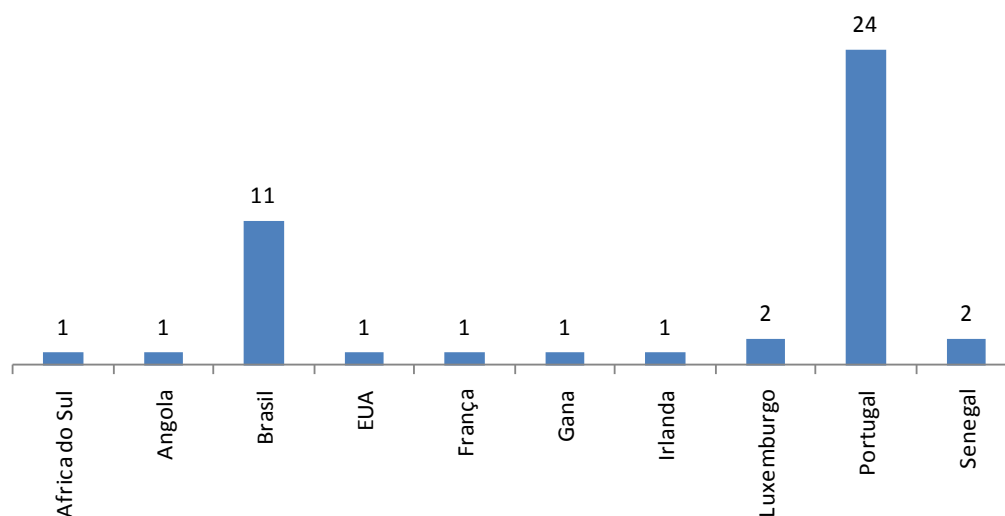
Quadro 27. Número de Participações em Acções de Formação

Tipos de Acções de Formação	Interna		Externa	Total
	Intra-Instituição	Inter-Instituição		
Académica/Qualificante	0	4	0	4
Especializada (específicas)	0	0	36	36
Informática	42	0	0	42
Línguas	0	3	0	3
Comportamental/Gestão	0	0	0	0
Outros Tipos Formação	0	8	9	17
Total	42	15	45	102

Fonte: Banco de Cabo Verde

Durante o ano 2013 foram levadas a cabo acções de formação tanto no país como no estrangeiro, registando-se 57 participações em acções de formação internas, sendo 42 intra-instituição e 15 inter-instituição, e 45 participações em acções de formação fora do país.

Figura 32. Países onde ocorreram as Acções de Formação Externas



Fonte: Banco de Cabo Verde.

10.5. Contabilidade e Controlo Financeiro

O Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro, no quadro da sua missão, orientou as suas acções, em 2013, para a consolidação dos projectos iniciados em anos anteriores.

Neste âmbito, foi desenvolvido o seguinte conjunto de actividades:

- Consolidação do projecto de convergência para as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), abarcando a reestruturação e difusão das demonstrações financeiras de acordo com os normativos internacionais, bem como o acompanhamento e integração da evolução das normas nas demonstrações do BCV;
- Implementação de um sistema de controlo interno integrado que visa salvaguardar o activo da instituição e conferir maior transparência e credibilidade à informação económico-financeira;
- Consolidação do projecto de reforma do sistema de planeamento e gestão orçamental do BCV, projecto que visa a definição dos circuitos processuais, o desenvolvimento de um *software* de gestão e a elaboração de um manual de procedimentos. A vertente “Planeamento” entrou em produção e permitiu a elaboração do relatório de execução dos planos de actividades (PA) desde 2012 e do PA desde 2013. A vertente “Orçamento” entrou em produção em 2013 e permitiu a elaboração dos orçamentos de 2014;
- Elaboração mensal da “Situação Patrimonial e Financeira” de acordo com o novo paradigma internacional, incluindo a execução mensal do orçamento de exploração;
- Preparação e elaboração dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2014;
- Elaboração do relatório e contas de 2013, bem como dos anexos às contas;
- Elaboração do relatório de execução dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2013;

- Actualização da base de dados de informação financeira para a elaboração das estatísticas monetárias e da balança de pagamentos;
- Actualização da página do BCV com informações de natureza económico-financeira;
- Elaboração de propostas de alteração de políticas contabilísticas relativas ao reconhecimento e mensuração de activos/passivos, e de normalização de procedimentos relativos a pagamentos de facturas;
- Organização do III Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa;
- Integração em grupos de trabalho quer seja no âmbito do desenvolvimento dos sistemas de informação, quer seja para elaboração de propostas técnicas;
- Participação em comités de Investimento e de Segurança e *Compliance*.

10.6. Auditoria Interna

O Departamento de Auditoria Interna, tendo como uma das metas alargar a cobertura da auditoria a um maior número de processos e actividades do BCV, procedeu à implementação do seu Plano Anual, sustentado no Plano Estratégico do BCV para o quadriénio 2011-2014.

Assim, no âmbito do Plano de Actividades, destacam-se as seguintes acções de Auditoria/Avaliações:

- Auditorias Internas Operacional e de Sistemas nas áreas relacionadas com a gestão de reservas;
- Auditorias internas específicas a Sistemas nas áreas relacionadas com o sistema de pagamentos;
- Acções de conferência de valores na Tesouraria- Sede, sendo uma sem aviso prévio.

No que se refere a acções de *Follow-up* (acompanhamento de implementação das recomendações), procedeu-se aos trabalhos iniciais de estruturação de uma base interna de registo de recomendações contidas em relatórios de auditoria interna e externa e foram desenvolvidos trabalhos, em conjunto com as áreas, no sentido de procederem ao planeamento e, nalguns casos, à efectiva implementação das recomendações. Foram produzidos os relatórios e os respectivos resultados apresentados à Administração para apreciação e seguimento. De realçar que foi, igualmente, efectuado o seguimento e a actualização das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do *Safeguards Assessments – Monitoring Policy*.

Apoiando a instituição no alcance dos seus objectivos, a auditoria interna, no limite das suas competências, desempenhou as suas funções em colaboração com os restantes serviços, na busca: (i) das melhores sugestões e de melhoria contínua do sistema de controlo interno, (ii) do reforço da eficiência dos serviços, e (iii) da promoção de processos de governação eficazes. Neste contexto, a pedido do Conselho de Administração, foram levadas a cabo uma acção específica de averiguação e três de emissão de parecer específico.

No âmbito das acções de Consutoria/Assessoria, o ano foi marcado pelo arranque efectivo do Projecto de “Elaboração da Matriz de Riscos Não-Financeiros” para o BCV. Este

projecto contou com a assistência técnica do Banco Central do Brasil. De destacar que foram realizados os trabalhos prévios de desenvolvimento da matriz, nomeadamente a elaboração de uma Política de Gestão de Riscos, bem como a concretização da metodologia para a identificação e levantamento dos principais processos de negócio e, por fim a avaliação, mediante os factores de risco, de alguns processos considerados prioritários.

Ainda, enquadrados em acções de Consultoria/Assessoria, destacam-se:

- Os trabalhos de encerramento de contas de 2012 e visita preliminar das contas de 2013;
- A participação nos grupos de trabalho do Plano Estratégico de Sistemas de Informação, na Gestão de Projectos e Continuidade do Negócio;
- Os trabalhos do Comité de Segurança e *Compliance* (CSC) no âmbito da conformidade, gestão de riscos e segurança;
- A contribuição e participação na Comissão de Segurança de Informação (CSI) com a análise de três propostas de regulamento;
- A participação no ROSC – *Report on the Observance of Standards and Codes* – Cape Verde.

No âmbito do programa de formação contínua dos quadros, destacam-se as participações: (i) na “Sexta Conferência de Chefes de Auditoria de Bancos Centrais de Países Francófonos”, realizada pelo Banco Nacional da Roménia e (ii) na “XII Jornadas de Auditoria e Gestão” realizadas pelo Banco de Portugal. Ainda, de realçar a missão de Assistência Técnica do Banco de Portugal no âmbito de acções de auditoria específicas e a visita de estudo no âmbito da auditoria informática ao Banco Central do Brasil.

10.7. Serviços Jurídicos

O Departamento Jurídico, no âmbito da sua missão de apoio jurídico a toda a actividade do Banco de Cabo Verde, durante o ano de 2013, emitiu mais de 75 pareceres escritos e orais, tendo apoiado na redacção de várias propostas de textos normativos (Avisos, Instruções Técnicas e Cartas Circulares).

No que respeita ao acompanhamento das consultorias em curso na área bancária, o Departamento Jurídico participou no grupo de trabalho para a reforma da legislação financeira nessa área, cujas propostas de Lei de Base do Sistema Financeiro e Lei das Actividades e Instituições Financeiras já foram aprovadas pela Assembleia Nacional nas primeiras sessões do corrente ano de 2014.

Em relação à responsabilidade pela instrução de processos de contra-ordenação, o Departamento instruiu e concluiu 13 processos de contra-ordenação cambial e um processo de contra-ordenação “prudencial”.

Fez o seguimento/acompanhamento dos processos relativos à recuperação de créditos em carteira do BCV.

Participou no grupo de trabalho para a reforma da legislação financeira, área bancária; no grupo de trabalho para a elaboração do Diploma sobre o Crédito ao Consumo; e na comissão de recurso da avaliação de desempenho.

Ainda, o Departamento Jurídico procedeu ao levantamento dos diplomas e normativos

ligados ao sector financeiro publicados, tendo actualizado o conteúdo “legislação” no site do BCV.

10.8. Comunicação Externa e Relações Internacionais

Objectivando não só uma maior aproximação à comunidade, mas também o cumprimento do dever de *accountability* e o reforço e a salvaguarda da imagem, prestígio e credibilidade do BCV, em 2013, a política de comunicação do Banco centrou-se sobretudo na melhoria da divulgação das informações, principalmente através do site.

O ano de 2013 foi ainda consagrado à promoção da educação financeira, tendo sido publicados cadernos de educação financeira, realizadas palestras a visitantes do BCV e a estudantes universitários e realizadas acções de capacitação de jornalistas, visando uma melhor cobertura das matérias económicas e financeiras e uma maior informação/formação do cidadão.

O ano transacto ficou ainda marcado pelo aprimoramento de instrumentos concebidos no ano anterior. Neste âmbito foram realizados um inquérito para avaliar a importância e a qualidade do jornal interno virtual, o *BCVNews* e um questionário para aferir o nível de utilização da intranet pelos colaboradores internos.

Ao longo do ano foram ainda publicados e implementados planos de comunicação internos e regulamentos, merecendo destaque o Regulamento sobre as Regras de Funcionamento da *Intranet*.

O novo serviço de atendimento, inaugurado em 2012, continuou a ser consolidado com o objectivo de reflectir uma maior qualidade e modernidade, e assim responder de forma adequada às necessidades específicas colocadas pelos diferentes interlocutores do BCV.

No que se refere às Relações Públicas e Protocolo, em conformidade com as boas práticas constantes no Manual de Relações Públicas e seguindo a política de maior abertura à comunidade, o BCV acolheu três visitas de estudo de estudantes nacionais e estrangeiros, com elevado grau de satisfação. De registar ainda a visita dos deputados da nação.

No âmbito das Relações Internacionais e da Cooperação, o BCV fez o seguimento das actividades dos organismos financeiros internacionais, sendo de destacar a elaboração de *dossiers* de instituições como o FMI, BIS, BCEAO/UEMOA, G20 e bancos centrais da CPLP.

As relações de cooperação continuaram a ser consolidadas, realçando-se a implementação de planos de cooperação técnica com o Banco de Portugal e com o Banco Central do Brasil, os quais continuaram a beneficiar, de um modo geral, todas as áreas do BCV. Neste âmbito, foram desenvolvidas várias acções de capacitação, estágios, visitas de estudo e missões de assistência técnica. O BCV beneficiou ainda de missões técnicas do FMI que tiveram como objectivo apoiar na melhoria da actuação de algumas áreas. Com o Banco Central do Luxemburgo deu-se continuidade a acções pontuais de cooperação, que beneficiaram alguns técnicos do BCV com visitas de estudo e cursos de curta duração.

A aproximação à comunidade financeira internacional passou pela participação do Banco de Cabo Verde em encontros e fora internacionais, importando destacar os seguintes:

- XXIII Encontro de Lisboa, que reuniu as delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e Timor Leste;

- Assembleia Anual Conjunta do FMI/Banco Mundial, que teve lugar em Washington, Estados Unidos;
- XVII Conferência e X Assembleia-Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL) no Rio de Janeiro, Brasil;
- Reunião Anual do Bank for International Settlements (BIS), em Basileia, Suíça;
- XX Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais dos Países Francófonos, em Paris, França;
- III Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Cabo Verde;
- II Encontro de Supervisão Bancária dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Benguela, Angola;
- XIV Encontro dos Recursos Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal;
- XII Jornada de Auditoria e Gestão, em Lisboa, Portugal;
- VI Conferência dos Chefes de Auditoria dos Bancos Centrais dos países Francófonos, em Bucareste, Roménia;
- Seminário Internacional sobre regimes de resolução do sistema financeiro Brasileiro, em Brasília, Brasil;
- Seminário sobre Inclusão e Formação Financeira, em Lisboa, Portugal.

O Banco de Cabo Verde acolheu a realização dos seguintes encontros:

- XV Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, na Ilha do Sal;
- III Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, na Cidade da Praia.

PARTE IV
RELATÓRIO E CONTAS

Capítulo 11. Relatório e Contas

As demonstrações financeiras do BCV foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A 31 de Dezembro de 2013, o Activo Líquido do Banco de Cabo Verde (BCV) ascende a 48.111.515 milhares de escudos e evidencia um aumento de 12,60 por cento face ao período homólogo, espelhando, basicamente, o comportamento favorável dos activos sobre o exterior. Estes, que representando 82,24 por cento do agregado, crescem na ordem dos 16,59 por cento e reflectem, particularmente, os desembolsos externos, associados à ajuda pública ao desenvolvimento e a compra de divisas às instituições de crédito, no âmbito da execução da política monetária, pese embora a depreciação nominal da divisa norte-americana no mercado internacional.

O Passivo, no valor de 50.662.499 milhares de escudos, ultrapassa o activo líquido em 2.550.984 milhares de escudos. No período, apresenta um acréscimo de 13,65 por cento, repercutindo, essencialmente, o aumento das responsabilidades para com residentes, que representam 67,34 por cento do passivo e 70,91 por cento da estrutura.

As responsabilidades para com residentes atingem 34.115.107 milhares de escudos e acusam um acréscimo de 21,74 por cento, reflectindo o aumento das responsabilidades para com Instituições Financeiras e para com o Estado, estas provenientes, essencialmente, de parceiros externos, no quadro da ajuda orçamental e desenvolvimento de projectos de investimento.

As responsabilidades para com Instituições Financeiras, que representam 88,92 por cento das responsabilidades para com residentes, crescem na ordem dos 22,55 por cento, repercutindo a cedência de divisas ao banco central e o excesso de liquidez no sistema.

No valor de 30.336.780 milhares de escudos, as responsabilidades para com as Instituições Financeiras representam os depósitos das Instituições Bancárias decorrentes da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de Política Monetária, no combate à liquidez excedentária no sistema. Enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora do sistema financeiro cabo-verdiano, o BCV continua empenhado na criação de condições mais favoráveis para a execução da política monetária, sendo exemplo disso a manutenção de facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez e a emissão de títulos próprios. A 31 de Dezembro de 2013 as responsabilidades para com as facilidades permanentes de absorção de liquidez cifram-se em 21.535.000 milhares de escudos e para com os Títulos de Regularização e de Intervenção Monetária em 999.890 e 999.541 milhares de escudos, respectivamente.

Os Capitais próprios atingem 2.550.984 milhares de escudos negativos que, comparados aos 1.849.313 milhares de escudos negativos de 2012, reflectem, essencialmente, a deterioração do resultado transitado associada à incorporação do prejuízo do exercício anterior, o decréscimo das reservas de reavaliação aliado à variação de justo valor da carteira de activos disponíveis para venda e a degradação do resultado líquido do exercício.

No montante de 978.462 milhares de escudos negativos, o resultado líquido acusa um decréscimo de 3,85 por cento, o qual se deve, essencialmente, à diminuição da margem financeira, ao agravamento dos custos administrativos associado ao reforço das pensões e à deterioração do resultado em operações financeiras, pese embora o comportamento favorável do resultado da reavaliação cambial.

A margem financeira atinge 153.121 milhares de escudos, cerca de 48,55 por cento abaixo do montante alcançado em 2012, reflectindo, essencialmente, a redução dos juros de activos sobre o exterior associada à queda das taxas de juro no mercado internacional, enquanto o resultado em operações financeiras passa de 28.931 milhares de escudos negativos para 83.802 milhares de escudos negativos, retratando os prejuízos na efectivação de operações cambiais.

Espelhando o resultado económico do Banco de Cabo Verde, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados, o rendimento integral de 2013 cifra-se nos 784.763 milhares de escudos negativos, contra os 811.807 milhares de escudos negativos de 2012, e evidencia os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Rubricas	Nota	Activo Bruto	Imparidades e amortizações	Activo Líquido 31-12-2013	Activo Líquido 31-12-2012 reexpresso	Activo Líquido 01-01-2012 reexpresso	em milhares de escudos	
							em valor	Varição em %
ACTIVO								
Activos sobre o Exterior		39.564.721		39.564.721	33.933.802	29.918.150	5.630.919	16,59
Disponibilidades e aplicações	4	30.416.803		30.416.803	22.912.068	18.245.352	7.504.735	32,75
Títulos estrangeiros	5	7.511.399		7.511.399	9.330.081	9.721.920	(1.818.682)	-19,49
Activos financeiros disponíveis para venda		7.511.399		7.511.399	9.330.081	9.721.920	(1.818.682)	-19,49
Activos sobre Organismos Internacionais	6	1.636.519		1.636.519	1.691.654	1.950.877	(55.135)	-3,26
Activos sobre Organismos Internacionais ME		1.636.519		1.636.519	1.691.654	1.950.877	(55.135)	-3,26
Activos sobre Residentes		8.028.148		8.028.148	8.246.621	8.337.646	(218.473)	-2,65
Crédito e outros valores a receber		724.619		724.619	682.776	641.843	41.843	6,13
Crédito a Instituições Financeiras		0		0	0	0	0	0,00
Crédito ao Estado	7	98.541		98.541	98.541	98.541	0	0,00
Crédito a outras entidades	8	626.078		626.078	584.235	543.302	41.843	7,16
Títulos nacionais	9	7.149.329		7.149.329	7.429.220	7.556.950	(279.891)	-3,77
Activos financeiros disponíveis para venda		7.149.329		7.149.329	7.429.220	7.556.950	(279.891)	-3,77
Investimentos em Associadas	10	154.200		154.200	134.625	138.853	19.575	14,54
Outros Activos		1.216.339	(697.693)	518.646	548.758	950.579	(30.112)	-5,49
Medalhística/Numismática	11	100.544		100.544	102.947	105.213	(2.402)	-2,33
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	12	982.785	(697.693)	285.093	352.537	371.377	(67.444)	-19,13
Outros	13	133.010		133.010	93.275	473.989	39.735	42,60
TOTAL ACTIVO		48.809.208	(697.693)	48.111.515	42.729.181	39.206.374	5.382.334	12,60

Fonte: Banco de Cabo Verde.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Rubricas	Nota	31-12-2013	31-12-2012 reexpresso	01-01-2012 reexpresso	em milhares de escudos	
					Variação	
					em valor	em %
PASSIVO						
Notas e Moedas em Circulação	14	(9.808.726)	(9.538.904)	(9.549.816)	(269.822)	2,83
Responsabilidades sobre o Exterior	15	(2.650.804)	(2.803.152)	(3.462.473)	152.348	-5,43
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2.467.095)	(2.564.853)	(2.839.499)	97.758	-3,81
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(183.709)	(238.299)	(622.974)	54.590	-22,91
Responsabilidades sobre Residentes		(34.115.107)	(28.022.095)	(23.110.734)	(6.093.012)	21,74
Responsabilidades sobre residentes em ME		(891.993)	(511.973)	(540.814)	(380.020)	74,23
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	16	(1.324)	(1.333)	(1.340)	9	-0,70
Responsabilidades para com o Estado	17	(890.670)	(510.640)	(539.474)	(380.029)	74,42
Responsabilidades internas em MN		(33.223.114)	(27.510.122)	(22.569.920)	(5.712.992)	20,77
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	16	(30.335.456)	(24.753.517)	(16.338.565)	(5.581.939)	22,55
Responsabilidades para com o Estado	17	(2.887.658)	(2.756.605)	(6.231.355)	(131.053)	4,75
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	18	(3.664.618)	(3.784.021)	(3.686.197)	119.404	-3,16
Outros passivos	19	(423.244)	(430.322)	(434.661)	7.078	-1,64
TOTAL PASSIVO		(50.662.499)	(44.578.495)	(40.243.881)	(6.084.004)	13,65
CAPITAIS PRÓPRIOS		2.550.984	1.849.313	1.037.507	701.670	37,94
Capital	20	(200.000)	(200.000)	(200.000)	0	0,00
Reservas	20	(116.169)	(253.911)	(164.816)	137.743	-54,25
Resultados Transitados	20	1.888.690	1.361.082	1.402.323	527.608	38,76
Resultado do Exercício	31.1	978.462	942.143		36.319	3,85
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(48.111.515)	(42.729.181)	(39.206.374)	(5.382.334)	12,60

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Notas	31-12-2013	31-12-2012 reexpresso	em milhares de escudos	
				Variação Homóloga	
				em valor	em %
Juros e proveitos equiparados				201.189	-41,57
Juros e custos equiparados		129.618	186.323	(56.705)	-30,43
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados	21	(153.121)	(297.607)	144.486	-48,55
Resultado realizado em operações cambiais		37.692	(100.487)	138.179	-137,51
Ganhos em operações financeiras		(86.422)	(131.332)	44.910	-34,20
Perdas em operações financeiras		132.532	260.750	(128.218)	-49,17
Resultado líquido em operações financeiras	22	83.802	28.931	54.871	189,66
Comissões recebidas		0	(18)	18	-100,00
Comissões pagas		37.498	38.155	(657)	-1,72
Resultado líquido de comissões	23	37.498	38.136	(638)	-1,67
Rendimentos de instrumentos de capital	24	(133.870)	(136.247)	2.377	-1,74
Resultado em empresas associadas	25	(39.599)	(13.857)	(25.743)	185,78
Resultado de reavaliação cambial	26	233.650	526.453	(292.803)	-55,62
Outros resultados de exploração	27	5.649	(32.774)	38.423	-117,24
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		34.010	113.038	(79.028)	-69,91
Custos com pessoal	28	732.582	605.552	127.030	20,98
Fornecimento e serviços de terceiros	29	159.089	163.475	(4.387)	-2,68
Depreciações e amortizações	12	52.612	59.444	(6.831)	-11,49
Total de custos administrativos		944.283	828.471	115.812	13,98
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	30	171	634	(463)	-73,03
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		944.454	829.105	115.349	13,91
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.1	978.462	942.143	36.319	3,85
Realizado		784.411	429.546	354.865	82,61
Não realizado		194.051	512.597	(318.546)	-62,14

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DEZEMBRO 2013

Rubricas	Notas	31-12-2013	31-12-2012 reexpresso	em milhares de escudos	
				Variação	
				em valor	em %
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.1	978.462	942.143	36.319	3,85
Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimen- to Integral		(193.699)	(214.581)	20.882	-9,73
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação		137.743	(227.783)	365.526	-160,47
Activos Disponíveis para Venda					
Participação em Organismos Internacionais ME		54.532	35.497	19.035	53,62
Componente cambial		54.532	35.497	19.035	53,62
Outras componentes					-100,00
Titulos Estrangeiro		83.210	(263.280)	346.490	-131,61
Instrumentos monetários		83.210	(263.280)	346.490	-131,61
Justo valor positivo		37.061	(140.226)	177.286	-126,43
Justo valor negativo		46.149	(123.055)	169.204	-137,50
Itens que não serão reclassificados pela demonstração de resultados					
Remensurações		(331.442)	13.202	(344.644)	-2.610,5
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	31.2	784.763	727.562	57.201	7,86

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Nota	Capital	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		(200.000)	(26.128)	1.120.757	142.878	1.037.507
Ajustamentos IFRS			(138.688)	138.688		0
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 Ajustado		(200.000)	(164.816)	1.259.444	142.878	1.037.507
Aplicação de resultados				4.190	(142.878)	(138.688)
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios				13.202		13.202
Variação líquida de activos financeiros disponíveis para venda			(4.850)			(4.850)
Resultado do exercício					942.143	942.143
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	20	(200.000)	(169.666)	1.276.837	942.143	1.849.314
Ajustamentos IFRS			(84.245)	84.245		0
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado		(200.000)	(253.911)	1.361.082	942.143	1.849.314
Aplicação de resultados				942.143	(942.143)	0
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios				(331.442)		(331.442)
Variação líquida de activos financeiros disponíveis para venda			137.743			137.743
Ajustamentos IFRS				(83.093)		(83.093)
Resultado do exercício					978.462	978.462
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	20	(200.000)	(116.168)	1.888.690	978.462	2.550.984

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA 2013

em milhares de escudos

	Nota	31-12-2013	31-12-2012 reexpresso
Fluxos de caixa das actividades operacionais		(10.930.259)	12.927.684
Recebimento de juros e comissões		259.242	352.993
. Depósitos		33.847	52.999
. Títulos		225.150	299.239
. Outros		245	755
Pagamento de juros e comissões		(58.789)	(71.034)
Compra/venda de títulos		1.657.362	420.225
Compra/venda de moeda estrangeira		797.200	2.740.622
Aplicação/reembolso de depósito a prazo		(18.779.610)	7.746.615
Outros pagamentos/recebimentos		5.194.337	1.738.263
Organismos Financeiros Internacionais		0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(7.076)	(20.375)
Compra de activos fixos tangíveis e intangíveis		(7.076)	(20.375)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(156.701)	(211.161)
Empréstimos obtidos			
Pagamento de empréstimos		(156.701)	(211.161)
Alocação de SDR			
Fluxo de caixa		(11.094.036)	12.696.148
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		130.015	(241.581)
Total		(10.964.021)	12.454.568
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(10.964.021)	12.454.568
Caixa e equivalentes no início do período		18.772.028	6.317.460
Caixa e equivalentes no fim do período	32	7.808.007	18.772.028

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - CVE)

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Cabo Verde foi criado pela Decisão com Força de Lei n.º 05/75 de 29 de Setembro, publicada no Boletim Oficial n.º 13, de 29 de Setembro de 1975. A 30 de Junho de 1976, através da Decisão com Força de Lei n.º 13/76, de 26 de Junho, foi aprovada a primeira Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, mantendo-se o objecto inicial da instituição definido no diploma de criação e sendo-lhe fixado um capital de cem milhões de escudos caboverdianos, capital esse que foi elevado em 1981 a quatrocentos milhões de escudos caboverdianos. A Lei Orgânica do BCV foi posteriormente revogada sucessivamente pelos Decretos-lei n.º 52-D/90 de 4 de Julho e n.º 42/93 de 16 de Julho, pela Lei n.º 2/V/96 de 1 de Julho e, finalmente, pela Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho. Segundo esta última, o BCV é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Até 31 de Agosto de 1993, o BCV exerceu as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. Naquela data, através de um processo de cisão, foram destacadas do

BCV as vertentes comercial e de desenvolvimento, as quais deram origem ao Banco Comercial do Atlântico, SARL, tendo sido atribuído ao Banco de Cabo Verde exclusivamente as funções de banco central.

O BCV tem sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo ter agências noutras localidades e estabelecer delegações no estrangeiro.

As atribuições do Banco de Cabo Verde são as de banco central da República de Cabo Verde, devendo, nessa qualidade, assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional. Enquanto banco central, o BCV tem como atribuição principal a manutenção da estabilidade dos preços e, como objectivo secundário promover, no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado e nunca de forma incompatível com o seu objectivo principal. O BCV deve ainda: (i) colaborar na execução da política económica global do Governo, para além de colaborar na definição da política monetária e cambial, tendo em vista a manutenção da estabilidade dos preços; (ii) executar, de forma autónoma, a política monetária e cambial; e (iii) deter e gerir as reservas de câmbio oficiais e agir como intermediário nas relações internacionais do Estado.

O BCV detém o exclusivo da emissão de notas e moedas, incluindo as comemorativas, e desempenha as funções de conselheiro financeiro do Governo.

No exercício das suas funções, no que respeita à execução da política monetária e cambial, compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- (a) Regular o funcionamento dos mercados monetário, financeiro e cambial;
- (b) Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- (c) Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do BCV, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respectivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- (d) Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias e;
- (e) Exercer a supervisão da actividade seguradora, resseguradora, mediação de seguros e fundos de pensões, de actividades conexas ou complementares daquelas, bem como de outras que a lei determinar.

De acordo com o estabelecido no artigo n.º 64 da Lei Orgânica, o BCV está isento de todas as contribuições, impostos, taxas, emolumentos e demais imposições, nos mesmos termos que o Estado, não estando sujeito à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas.

Conforme estabelecido na alínea u) do artigo n.º 42 da Lei Orgânica, estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 27 de Março de 2014 e serão publicadas no site do BCV (www.bcv.cv).

Adicionalmente, informamos que os totais e sub-totais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de escudos caboverdianos.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do BCV foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Embora o PCBCV não contemple regras específicas sobre as divulgações a efectuar no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, o Conselho de Administração, ao reportar a situação financeira do BCV, os seus resultados e operações, segue os princípios e práticas internacionalmente aceites para o sector financeiro, na extensão em que tais práticas sejam consideradas apropriadas no contexto das funções e responsabilidades de um banco central. Assim, as demonstrações financeiras do BCV podem apresentar um menor detalhe sobre os seus activos, passivos, responsabilidades, contingências e riscos que as das instituições financeiras comerciais.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013 são os seguintes:

a) Especialização do exercício

O BCV segue o princípio contabilístico da especialização do exercício em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de activos, passivos e resultados denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o escudo cabo-verdiano.

Os activos e passivos monetários do BCV em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos, com base nas taxas de câmbio médio em vigor na data das demonstrações financeiras.

	31-12-2013	31-12-2012
EUR	110,265	110,265
USD	80,001	83,118
SDR	123,201	127,746

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por sua vez, os custos e proveitos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

O Direito de Saque Especial (SDR) é a unidade contabilística utilizada pelo Fundo Mo-

netário Internacional (FMI).

c) Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado diariamente e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira.

Nos termos da NAP 02/2007, o resultado cambial é calculado com base nos seguintes princípios:

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de saídas de moeda do que de entradas de moeda, então as saídas de moeda do dia até ao equivalente das entradas de moeda do dia, são valorizadas ao custo médio das entradas de moeda do dia. As restantes saídas de moeda do dia (saídas líquidas) são valorizadas ao custo médio ponderado do dia anterior;
- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de entradas de moeda do que de saídas de moeda, então a totalidade das saídas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas do dia. As restantes entradas de moeda do dia afectam o custo médio ponderado do dia anterior ao custo médio das entradas.

O BCV apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, elas são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial (“spot”).

Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio -, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda que são reconhecidos em reservas.

d) Reconhecimento de ganhos e perdas em activos e passivos

De acordo com as IFRS, os ganhos e perdas provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados, com excepção da variação de preços dos activos disponíveis para venda, que são reconhecidos nas reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está em imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício, ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

e) Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos na data-valor e são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais do BCV de receber os seus fluxos de caixa;

(ii) O BCV tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção; ou

(iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos financeiros são registados ao preço de transacção e contabilizados nas contas ao *clean price* (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos, mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo financeiro.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O BCV não tem instrumentos financeiros derivados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor ajustado de amortização de prémio ou desconto, são reconhecidos em reservas de reavaliação, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados. Contudo, o juro calculado usando o método de taxa efectiva é reconhecido nos resultados de acordo com o IAS 39.

Nesta categoria de activos estão classificados os títulos nacionais e estrangeiros e as participações financeiras em Organismos Internacionais.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas por imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e outros valores a receber

Estes activos são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efectiva é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

f) Participações financeiras

As participações financeiras são classificadas como disponíveis para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo, incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Na valorização das participações do BCV, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial na determinação da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas. Entende-se pelo método de equivalência patrimonial, o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

g) Imparidade

O BCV avalia com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade um decréscimo superior a 20 por cento ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e esta diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir, a perda por imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício, até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas para resultados do exercício, caso num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

h) Investimento em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o BCV detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o BCV exerça influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20 por cento dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20 por cento, poderá o BCV exercer influência significativa, através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração, com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial desde o momento em que o BCV adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao BCV iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o BCV tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

i) Activos intangíveis e activos fixos tangíveis

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, com excepção dos

equipamentos e mobiliário, transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o BCV. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25 por cento do total do valor dos edificios ao serviço próprio.

O activo intangível do BCV é composto essencialmente por despesas com aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos, pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo BCV, cuja transferência para o imobilizado firme é efectuada quando o bem estiver disponível, iniciando a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do activo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade, sempre que o valor líquido do activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

j) Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade; caso contrário, é considerada como operacional.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o BCV detém dois apartamentos cujos contratos de arrendamento a terceiros configuram como uma locação financeira.

k) Medalhística e numismática

Os activos referentes à medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

Normal

Inclui-se nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas correntes, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de coleccionadores, tanto dentro como fora do país.

Especial

Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:

- Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as 1^{as} emissões de notas e moedas do BCV);
- Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

Acervo

Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos, incluindo notas e moedas para o futuro museu do BCV. A valorização contabilística destas moedas segue

a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada, ou seja:

- Materiais numismáticos ao preço de custo;
- Notas e moedas correntes ao valor facial;
- Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

1) Benefícios a empregados

Os empregados admitidos pelo BCV até Setembro de 1993, bem como todos os seus Administradores beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido. Os empregados admitidos pelo BCV após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, os empregados que ingressaram na Instituição até Setembro de 1993 e os Administradores do BCV beneficiam durante o período de vida activa e na reforma de um plano de assistência médica.

Benefícios a empregados - pós emprego

- Pensões de reforma e de sobrevivência

As pensões de reforma e de sobrevivência atribuídas aos empregados admitidos até Setembro de 1993 e aos Administradores constituem um plano de benefícios definidos, sem fundo autónomo constituído.

O BCV determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas através de avaliação efectuada por actuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”.

Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data do balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do BCV. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço.

As remensurações são reconhecidas na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados, no período em que ocorrem.

As pensões de reforma e de sobrevivência dos empregados abrangidos pelo Regime de Previdência Social constituem um plano de contribuição definida, sendo as contribuições reconhecidas como custos em resultados do período em que são devidas. O BCV não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relacionados com os serviços prestados no período corrente ou em períodos anteriores.

- Assistência médica

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definidos, à semelhança de pensão de reforma e de sobrevivência.

Estas responsabilidades são estimadas anualmente por actuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”.

O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de desconto determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados no período em que ocorrem.

Benefícios a empregados - emprego

- **Prémio de antiguidade**

Em conformidade com a NAP n.º12/2005, o BCV assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19R, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do BCV com prémio de antiguidade é reconhecido anualmente, à data do balanço, com base em estudo actuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo as remensurações é reconhecido nos resultados no período em que ocorrem.

m) Despesas com fabrico de notas e moedas

As despesas com fabrico de notas e moedas são reconhecidas como custo no período em que são emitidas.

n) Notas e moedas em circulação

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas, as existências em caixa no BCV e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do BCV perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

o) Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica, o BCV deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido, quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o BCV incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser co-

berta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado, de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

Metodologia de Avaliação

ACTIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Disponibilidades e aplicações	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Activos financeiros disponíveis para venda	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Direitos de Saque Especiais	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Participação em Org. Internacionais ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Crédito às Instituições Financeiras	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Crédito ao Estado	Custo amortizado
Crédito a outras entidades	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Activos financeiros disponíveis para venda	Justo valor
Investimento em Associadas	<i>Equity method</i> , deduzido de eventuais perdas de imparidade - SISP
Medalhística/Numismática	Valor nominal - as IFRS não determinam regras específicas
Activos intangíveis e activos fixos tangíveis	Custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização e de eventuais perdas de imparidade
Proveitos a receber	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Despesas com custos diferidos	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Outras contas de regularização activa	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
PASSIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Notas e moedas em circulação	Valor nominal
Responsabilidades para com o exterior ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Responsabilidades para com o exterior MN	Valor nominal
Responsabilidades para com residentes ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Responsabilidade para com residentes MN	Valor nominal
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	Valor presente das responsabilidades determinadas de acordo com estudo actuarial
Outros passivos	Valor nominal

q) Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

No exercício de 2013, na sequência das situações descritas nas notas 3.1 e 3.2 abaixo o BCV reexpressou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, em conformidade com o IAS 8 - Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, de forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

NOTA 3 – AJUSTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31-12-2012/01-01-2012

BALANÇOS A 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REEXPRESSOS

em milhares de escudos

Rubricas	Activo Líquido 31-12-2012 reportado	Activo Líquido 31-12-2012 reexpresso	Activo Líquido 01-01-2012 reportado	Activo Líquido 01-01-2012 reexpresso
ACTIVO				
Activos sobre o Exterior	33.933.802	33.933.802	29.918.150	29.918.150
Disponibilidades e aplicações	22.912.068	22.912.068	18.245.352	18.245.352
Títulos estrangeiros	9.330.081	9.330.081	9.721.920	9.721.920
Activos financeiros disponíveis para venda	9.330.081	9.330.081	9.721.920	9.721.920
Activos sobre Organismos Internacionais	1.691.654	1.691.654	1.950.877	1.950.877
Activos sobre Organismos Internacionais ME	1.691.654	1.691.654	1.950.877	1.950.877
Activos sobre Residentes	8.246.621	8.246.621	8.337.646	8.337.646
Crédito e outros valores a receber	682.776	682.776	641.843	641.843
Crédito ao Estado	98.541	98.541	98.541	98.541
Crédito a outras entidades	584.235	584.235	543.302	543.302
Titulos nacionais	7.429.220	7.429.220	7.556.950	7.556.950
Activos financeiros disponíveis para venda	7.429.220	7.429.220	7.556.950	7.556.950
Investimentos em Associadas	134.625	134.625	138.853	138.853
Outros activos	548.758	548.758	950.579	950.579
Medalhística/Numismática	102.947	102.947	105.213	105.213
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	352.537	352.537	371.377	371.377
Outros	93.275	93.275	473.989	473.989
TOTAL ACTIVO	42.729.181	42.729.181	39.206.374	39.206.374

Fonte: Banco de Cabo Verde.

BALANÇOS A 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REEXPRESSOS

em milhares de escudos							
Rubricas	Nota	31-12-2012 reportado	Ajustes e Reclassifi- cações	31-12-2012 reexpresso	01-01-2012 reportado	Ajustes e Reclassifi- cações	01-01-2012 reexpresso
PASSIVO							
Notas e Moedas em Circulação		(9.538.904)		(9.538.904)	(9.549.816)		(9.549.816)
Responsabilidades sobre o Exterior		(2.803.152)		(2.803.152)	(3.462.473)		(3.462.473)
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2.564.853)		(2.564.853)	(2.839.499)		(2.839.499)
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(238.299)		(238.299)	(622.974)		(622.974)
Responsabilidades sobre Residentes		(28.022.095)		(28.022.095)	(23.110.734)		(23.110.734)
Resp. sobre residentes em ME		(511.973)		(511.973)	(540.814)		(540.814)
Resp. para com Instituições Financeiras		(1.333)		(1.333)	(1.340)		(1.340)
Responsabilidades para com o Estado		(510.640)		(510.640)	(539.474)		(539.474)
Responsabilidades internas em MN		(27.510.122)		(27.510.122)	(22.569.920)		(22.569.920)
Resp. para com Instituições Financeiras		(24.753.517)		(24.753.517)	(16.338.565)		(16.338.565)
Responsabilidades para com o Estado		(2.756.605)		(2.756.605)	(6.231.355)		(6.231.355)
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios		(3.784.021)		(3.784.021)	(3.686.197)		(3.686.197)
Outros passivos		(430.322)		(430.322)	(434.661)		(434.661)
TOTAL PASSIVO		(44.578.495)		(44.578.495)	(40.243.881)		(40.243.881)
CAPITAIS PRÓPRIOS		1.849.313	0	1.849.313	1.037.507	0	1.037.507
Capital		(200.000)		(200.000)	(200.000)		(200.000)
Reservas	3.1	(169.666)	(84.245)	(253.911)	(26.128)	(138.688)	(164.816)
Resultados Transitados	3.1	1.276.836	84.245	1.361.082	1.263.635	138.688	1.402.323
Resultado do Exercício		942.143		942.143			
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(42.729.181)	0	(42.729.181)	(39.206.374)	0	(39.206.374)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REEXPRESSO

em milhares de escudos						
	Nota	Capital	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais pró- prios
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		(200.000)	(26.128)	1.120.757	142.878	1.037.507
Ajustamentos IFRS	3.1		(138.688)	138.688		0
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 Ajustado		(200.000)	(164.816)	1.259.444	142.878	1.037.507
Aplicação de resultados				4.190	(142.878)	(138.688)
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios				13.202		13.202
Variação líquida de activos financeiros disponíveis para venda			(4.850)			(4.850)
Resultado do exercício					942.143	942.143
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		(200.000)	(169.666)	1.276.837	942.143	1.849.314
Ajustamentos IFRS	3.1		(84.245)	84.245		0
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado		(200.000)	(253.911)	1.361.082	942.143	1.849.314

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REEXPRESSO

em milhares de escudos				
Rubricas	Notas	31-12-2012 reportado	Ajustes e Reclassifi- cações 31-12-2012	31-12-2012 reexpresso
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		942.143		942.143
Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimento Integral		(130.336)	(84.245)	(214.581)
Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados				
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação	3.1	(143.538)	(84.245)	(227.783)
Activos Disponíveis para Venda				
Participação em Organismos Internacionais ME		35.497		35.497
Componente cambial		35.497		35.497
TitulosEstrangeiro		(179.035)	(84.245)	(263.280)
Instrumentos monetários		(179.035)	(84.245)	(263.280)
Justo valor positivo		(42.828)	(97.397)	(140.226)
Justo valor negativo		(136.207)	13.152	(123.055)
Itens que não serão reclassificados pela demonstração de resultados				
Remensurações		13.202		13.202
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		811.807	(84.245)	727.562

Fonte: Banco de Cabo Verde.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRAN-
GEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REEXPRESSO**

em milhares de escudos				
	Nota	31-12-2012 reportado	Ajustes e re- classificações	31-12-2012 reexpresso
Fluxos de caixa das actividades operacionais		12.886.934	40.750	12.927.684
Recebimento de juros e comissões		352.993		352.993
. Depósitos		52.999		52.999
. Títulos		299.239		299.239
. Outros		755		755
Pagamento de juros e comissões		(71.034)		(71.034)
Compra/venda de títulos		420.225		420.225
Compra/venda de moeda estrangeira		2.740.622		2.740.622
Aplicação/reembolso de depósito a prazo		7.746.615		7.746.615
Outros pagamentos/recebimentos	3.2	1.697.513	40.750	1.738.263
Fluxos de caixa das actividades de investimento		20.375		(20.375)
Compra de activos fixos tangíveis e intangíveis	3.2	20.375	(40.750)	(20.375)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(211.161)		(211.161)
Pagamento de empréstimos		(211.161)		(211.161)
Fluxo de caixa		12.696.148		12.696.148
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(241.581)		(241.581)
Total		12.454.568		12.454.568
Variação de caixa e equivalentes de caixa		12.454.568		12.454.568
Caixa e equivalentes no início do período		6.317.460		6.317.460
Caixa e equivalentes no fim do período		18.772.028		18.772.028

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 3.1 – AJUSTAMENTO DE ITENS RECONHECIDOS DIRECTAMENTE NA DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 2012, o BCV reexpressou os ganhos e perdas de activos financeiros disponíveis para venda de modo a ajustar a classificação da carteira de títulos estrangeiro em conformidade com a IAS 39.

NOTA 3.2 – AJUSTAMENTO DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Em 2012, o BCV reexpressou o mapa de demonstração de fluxo de caixa para se cumprir com o IAS 8.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

O saldo desta rubrica, a 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Disponibilidades		
Depósito à ordem no estrangeiro	7.535.823	18.286.717
Notas e moedas estrangeiras em caixa	47.522	53.265
	7.583.345	18.339.982
Aplicações	22.833.457	4.572.086
Total	30.416.803	22.912.068

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação positiva verificada na rubrica “Disponibilidades e aplicações” decorre da actividade normal do BCV. A redução de “Depósito à ordem no estrangeiro”, por contrapartida de “Aplicações”, resulta do aumento de investimentos de activos em carteira.

As sub-rubricas “Depósito à ordem no estrangeiro” e “Aplicações” reflectem, essencialmente, os depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sediados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme se descreve:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Depósitos à ordem		
EUR	6.675.546	12.300.825
USD	839.833	5.979.717
Outros	20.444	6.175
Total	7.535.823	18.286.717
Aplicações		
EUR	9.600.120	4.571.490
USD	13.231.800	0
Juros de aplicações	1.537	596
Total	22.833.457	4.572.086

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio das divisas à data do balanço.

NOTA 5 – TÍTULOS ESTRANGEIROS

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Activos financeiros disponíveis para venda		
De Instituições Financeiras - Obrigações	3.996.289	5.993.972
De Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	1.483.616	1.449.412
De Emissores Públicos Estrangeiros - Bilhetes do Tesouro	660.798	0
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	1.370.696	1.080.357
De Organismos Internacionais - Obrigações	0	806.339
Total	7.511.399	9.330.081

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo, ao abrigo do acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde a 14 de Setembro de 2002, (o qual tem vindo a ser sucessivamente actualizado - última adenda data de 2010) e pelo Banco de Cabo Verde através do Departamento de Gestão de Reservas.

As obrigações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são denominadas em euros e vencem juros a taxas que variam entre 0,36 e 4,50 por cento (2012: entre 0,32 e 5,25 por cento) e com prazos de vencimento conforme o quadro que se segue:

Em 31-12-2013

	em milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>	0	441.594	0	2.546.498	2.988.091
<i>Bonds</i>	0	2.701.361	226.021	935.128	3.862.510
<i>Bill's</i>	0	0	660.798	0	660.798
Total	0	3.142.955	886.819	3.481.626	7.511.399

Em 31-12-2012

	em milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Floating Rate Note</i>	220.852	0	1.270.216	2.104.511	3.595.578
<i>Bonds</i>	0	347.633	902.795	4.484.075	5.734.503
Total	220.852	347.633	2.173.011	6.588.586	9.330.081

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo registado no período em análise deve-se, essencialmente, à venda/vencimento dos títulos.

NOTA 6 – ACTIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Activos sobre Organismos Internacionais ME		
Fundo Monetário Internacional	1.379.857	1.226.359
Direitos de Saque Especiais	224.662	432.048
<i>Afreximbank-Bank Africaine d'Export-Import</i>		
Realizado	80.001	83.118
Não realizado	(48.001)	(49.871)
	1.636.519	1.691.654

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O activo sobre Organismos Internacionais em moeda estrangeira traduz o contravalor em CVE da quota de Cabo Verde no FMI, no valor de SDR 11.200.000 (2012: SDR 9.600.000), valorizado ao câmbio à data do Balanço. O aumento verificado no período deve-se ao aumento de quota junto do FMI.

Em 2013, a redução do valor relevado em “Direitos de Saque Especiais” (SDR) refere-se, essencialmente, à amortização do empréstimo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility* (ver nota 15).

No período, os juros recebidos e outras remunerações sobre as disponibilidades junto do FMI ascendem a SDR 84.292, cerca de CVE 10.342 milhares, tendo as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa e empréstimo atingido os SDR 6.850, correspondentes a CVE 859.946 milhares.

O saldo referente à participação no *Afreximbank* representa o contravalor em milhares de CVE da participação de USD 1.000.000, à taxa de câmbio em vigor à data do Balanço. Deste total, USD 400.000 encontram-se realizados.

A participação detida não confere direito ao controlo ou influência significativa nas decisões desse organismo, o que determina a sua contabilização, de acordo com a IAS 39, como Disponível para Venda, sendo registada ao custo de aquisição, que traduz, de forma mais apropriada, a participação do BCV naquela instituição.

NOTA 7 – CRÉDITO AO ESTADO

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Crédito ao Estado		
Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	88.498	88.498
Banco Mundial - BM	6.695	6.695
Associação Internacional para o Desenvolvimento - IDA	3.348	3.348
	98.541	98.541

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Esta rubrica reflecte os créditos concedidos ao Estado para subscrição de participações em Organismos Internacionais. Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

NOTA 8 – CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	463.049	434.277
Outros créditos ao pessoal	161.938	148.714
	624.987	582.991
Outros créditos	1.091	1.244
	626.078	584.235

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (i) vencem juros à taxa que varia entre os 2,5 e 11 por cento.

O BCV concede créditos aos seus empregados no activo e reformados a uma taxa inferior às taxas praticadas no mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e por motivos de saúde, conforme regulamento interno. De acordo com as IFRS, os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito com risco muito baixo, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo. Desta forma, o reconhecimento ao justo valor não tem impacto em balanço, sendo a diferença entre os juros nominais e os juros calculados de acordo com a taxa efectiva para o exercício em análise reconhecida nos proventos de juros por contrapartida de “Custos com pessoal”. A taxa efectiva corresponde à média das taxas praticadas pelos bancos comerciais para créditos com a mesma finalidade.

A sub-rubrica “Outros créditos ao pessoal” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários sob, forma de adiantamento de vencimentos, no valor de CVE 148.193 milhares (2012: CVE 135.760 milhares) e vencem juros a taxas que variam entre 0 e 13,50 por cento (2012: entre 0 e 7,5 por cento), crédito ao pessoal para finalidades diversas, no montante de CVE 4.085 milhares (2012: CVE 8.357 milhares), adiantamento por motivos de saúde e comparticipação de empregados para tratamento no exterior, nos montantes de CVE 4.997 milhares e CVE 4.663 milhares, respectivamente (2012: CVE 4.187 milhares e CVE 265 milhares), estes sem qualquer remuneração.

Os créditos para finalidades diversas incluem créditos para aquisição de automóvel, que vencem juros à taxa de 2 por cento (2012: 2 por cento).

Os créditos à saúde, quando não justificados, vencem juros à taxa de redesconto em vigor na instituição que, em 2013, ascendeu a 9,75 por cento (2012: 7,5 por cento).

A rubrica “Outros créditos” reflecte o *Leasing* Financeiro, no valor de CVE 1.091 milhares (2012: CVE 1.244 milhares), referente a um apartamento arrendado, em regime de locação financeira, situado em Achada S. António.

NOTA 9 – TÍTULOS NACIONAIS

No valor de CVE 7.149.329 milhares, esta rubrica acusa um decréscimo de 3,77 por cento, o qual se deve ao vencimento da quinta parcela das Obrigações do Tesouro. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

milhares de escudos		
	2013	2012
Do Estado de Cabo Verde		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	4.872.565	4.872.467
Obrigações do Tesouro	2.240.000	2.520.000
Outros	36.765	36.753
De outros residentes	13.880	13.880
Imparidade acumulada	(13.880)	(13.880)
	7.149.329	7.429.220

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) reflecte as unidades de participação no *International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund* (CVDTF) detidas pelo BCV, criadas ao abrigo da lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estas unidades de participação são remuneradas à taxa de 90 por cento do resultado líquido do CVDTF, que em 2013 foi de 3,15 por cento (2012: 2,91 por cento).

Não obstante o carácter de perpetuidade dos TCMF, o Estado obriga-se, ao abrigo do artigo 19º da lei acima referida, a adquirir os TCMF num período máximo de 20 anos, a contar da data de aprovação da mesma lei.

Os juros de 2011 foram recebidos em 2013 pelo que a 31 de Dezembro de 2013, se encontram por receber os juros de 2012 e 2013.

A sub-rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor nominal de CVE 2.240.000 milhares (2012: CVE 2.520.000 milhares), refere-se às diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999, pelo Estado de Cabo Verde com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes a 31 de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, no montante de CVE 280.000 milhares cada, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual do CVDTF que, em 2013 foi de 3,169 por cento (2012: 3,173 por cento). No exercício de 2013 verificou-se a amortização da respectiva prestação, no montante de CVE 280.000 milhares (2012: amortização de CVE 280.000 milhares).

A sub-rubrica “Outros” reflecte os 5 por cento do rendimento líquido do CVDTF referente aos exercícios de 2012 e 2013, que ascende a CVE 36.765 milhares (2012: 36.753 milhares).

Por sua vez, a rubrica “De outros residentes” representa, a participação detida pelo BCV na empresa SOCAPESCA, no montante de CVE 13.880 milhares. Encontra-se em situação de imparidade, totalmente provisionada, dado que a empresa está em fase de liquidação.

NOTA 10 – INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS

O saldo desta conta refere-se à participação do BCV em 40 por cento no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento –, visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos em particular. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, com base nas informações, ainda não auditadas, enviadas pela SISP. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Investimento em Associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	134625	138853
Variação da participação	39599	13857
Dividendos recebidos	(20.025)	(18.084)
Saldo em 31 de Dezembro	154.200	134.625

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 11 – MEDALHÍSTICA E NUMISMÁTICA

O saldo desta conta refere-se às existências de medalhas e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde.

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Medalhística e numismática	100.544	102.947

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo registado no exercício de 2013 face ao ano anterior deve-se, essencialmente, à venda de material numismático aos coleccionadores.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

No período, o movimento desta rubrica apresenta-se como se segue:

Em 31-12-2013	em milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2012	74.823	169.631	103.289	4.795	352.537
Custo de aquisição	146.436	406.220	447.627	0	1.000.282
Amortização acumulada	(71.613)	(236.589)	(344.338)	0	(652.540)
Movimentos em 2013	(2.342)	(47.592)	(17.506)	(5)	(67.444)
Aquisições	7.218	3.687	14.496	0	25.400
Venda/abate	0	(40.092)	(7.596)	(5)	(47.692)
Amortização do exercício	(9.559)	(11.187)	(31.866)	0	(52.612)
Anulação de amortização	0	0	7.460	0	7.460
Saldo em 31-12-2013	72.481	122.040	85.782	4.790	285.093

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 31-12-2012	em milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2011	65.594	171.009	129.978	4.795	371.377
Custo de aquisição	126.429	399.651	446.989	4.795	977.864
Amortização acumulada	(60.834)	(228.642)	(317.011)	0	(606.487)
Movimentos em 2012	9.228	(1.378)	(26.689)	0	(18.840)
Aquisições	21.436	9.844	12.941	0	44.221
Venda/abate	(1.429)	(3.275)	(12.303)	0	(17.008)
Amortização do exercício	(10.779)	(11.187)	(37.477)	0	(59.443)
Anulação de amortização	0	3.240	10.150	0	13.390
Saldo em 31-12-2012	74.823	169.631	103.289	4.795	352.537

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De salientar que, em 2013, o BCV abateu as despesas, ainda capitalizadas, incorridas com o projecto da Nova Sede do BCV, no valor de CVE 40.092 milhares (ver nota 27).

NOTA 13 – OUTROS

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Operações cambiais com a SISP	101.071	62.616
Outros	31.939	30.659
	133.010	93.275

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Operações cambiais com a SISP” reflecte o contravalor em CVE da compra antecipada de moeda estrangeira pela SISP, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A rubrica “Outros” representa saldos a regularizar, provenientes de diversas operações activas, nomeadamente as receitas a receber da actividade de supervisão, de CVE 6.423 milhares (2012: CVE 7.923 milhares) e as despesas antecipadas com custos administrativos, no valor de CVE 4.743 milhares (2012: CVE 5.609 milhares). Inclui, ainda, as despesas com o fabrico da nova família de notas e moedas no valor de CVE 3.781 milhares de escudos, diversas operações activas a regularizar, no montante de CVE 14.876 milhares (2012: CVE 3.592 milhares), bem como o valor de CVE 1.641 milhares (2012: CVE 684 milhares) referente a caixa ATM.

NOTA 14 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Notas e moedas emitidas	(12.088.583)	(11.759.561)
Notas em caixa	2.269.350	2.206.162
Moeda metálica em caixa	8.981	12.929
Notas e moedas em trânsito	1.525	1.566
	(9.808.726)	(9.538.904)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito.

A seguir é apresentada a distribuição de notas e moedas, por denominação, em circulação:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)
NOTAS	7.673.700	9.298.712	7.214.104	9.041.720
200\$00	1.580.400	316.080	1.416.295	283.259
500\$00	864.830	432.415	692.308	346.154
1.000\$00	2.793.345	2.793.345	2.637.738	2.637.738
2.000\$00	2.139.584	4.279.167	2.188.082	4.376.164
5.000\$00	295.541	1.477.705	279.681	1.398.405
MOEDAS	49.284.545	510.014	47.186.856	497.184
1\$00	28.837.792	28.838	27.304.572	27.305
5\$00	7.101.799	35.509	6.869.831	34.349
10\$00	5.315.694	53.157	5.173.678	51.737
20\$00	3.712.832	74.257	3.636.746	72.735
50\$00	2.540.554	127.028	2.460.190	123.010
100\$00	1.708.514	170.851	1.672.369	167.237
200\$00	49.105	9.821	50.911	10.182
250\$00	11.269	2.817	11.573	2.893
1.000\$00	6.486	6.486	6.486	6.486
2.500\$00	500	1.250	500	1.250
Total	56.958.245	9.808.726	54.400.960	9.538.904

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 15 – RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Responsabilidades para com o exterior ME		
Atribuição cumulativa-FMI	(1.129.595)	(1.171.259)
Depósitos à Ordem - FMI	(1.215.161)	(1.108.848)
Empréstimo de m/l prazo Org. Internacionais	(122.339)	(284.745)
	(2.467.095)	(2.564.853)
Responsabilidades para com o exterior MN		
Depósitos à Ordem	(183.709)	(238.299)
	(2.650.804)	(2.803.152)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Atribuição cumulativa – FMI” reflecte a responsabilidade referente à atribuição dos Direitos de Saque Especiais perante o FMI (SDR 9.168.679), decorrente da participação naquele Organismo Internacional. A variação no exercício deve-se à flutuação cambial.

A sub-rubrica “Empréstimo de m/l prazo Organismos Internacionais” regista o financiamento concedido pelo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility*, por um período de 10 anos, com 5,5 anos de carência e vence juros à taxa de 0,5 por cento a.a.. Em 2013 apresenta um saldo de SDR 993.000 (CVE 122.339 milhares), tendo registado um decréscimo de 57,04 por cento face a 2012, o qual se deve ao efeito da amortização das dez prestações do empréstimo obtido junto do FMI em 2002, no valor de SDR 1.236.000, e suportado comissões, no montante de SDR 6.850, equivalente a CVE 860 milhares (2012: amortização das treze prestações no valor de SDR 1.605.000, tendo suportado comissões no montante de SDR 11.552).

A rubrica “Responsabilidades para com exterior MN” representa os depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do BCV. O decréscimo registado em 2013 deve-se, essencialmente, à transferência de valores pela CEDEAO.

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES PARA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras MN		
Depósitos à ordem	(6.801.025)	(5.756.117)
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	(21.535.000)	(17.000.000)
Operações passivas de política monetária	(1.999.431)	(1.997.399)
Títulos de Intervenção Monetária	(999.890)	(1.297.620)
Títulos de Regularização Monetária	(999.541)	(699.780)
	(30.335.456)	(24.753.517)
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras ME		
Depósitos à ordem	(1.324)	(1.333)
	(30.336.780)	(24.754.849)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” traduz os depósitos em CVE constituídos pelas instituições financeiras, que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), os quais não são remunerados. O regime de reservas mínimas de caixa visa, essencialmente, a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e maior eficiência dos instrumentos de transmissão de política monetária. Constituem base de incidência das DMC as responsabilidades por depósitos e outras responsabilidades para com residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, com excepção das com o BCV e com as outras instituições sujeitas a DMC, conforme a Circular Série A, n.º 157 de 08-11-2010.

A sub-rubrica “Facilidades permanente de liquidez – absorção” apresenta um saldo de CVE 21.535.000 milhares (2012: CVE 17.000.000 milhares), o qual se deve aos depósitos overnight, remunerados à taxa de 1,00 por cento a partir 31 de Agosto de 2013 (2012: 3,25 por cento).

A sub-rubrica “Operações passivas de política monetária” reflecte as aplicações em Títulos de Intervenção Monetária (TIM), com o objectivo de absorver e remunerar os exceden-

tes de liquidez, por um prazo até 1 ano, bem como em Títulos de Regularização Monetária (TRM) de muito curto prazo (até 14 dias) que, para além de absorver e remunerar a liquidez excedentária, tem o objectivo de diminuir a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário interbancário. No período, os TRM e os TIM foram remunerados à taxa média de 3,54 e 4,23 por cento, respectivamente (2012: 5,69 e 5,90 por cento, respectivamente).

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” releva o contravalor dos depósitos à ordem em moeda estrangeira constituídos pelas instituições financeiras no BCV.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADES PARA COM O ESTADO

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Responsabilidades p/c/ o Estado MN		
Tesouro-Conta Caixa	(1.838.308)	(1.144.680)
Tesouro-Conta Investimento	(936.889)	(1.499.964)
Tesouro- Credores	(90.278)	(89.778)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna	(22.182)	(22.182)
	(2.887.658)	(2.756.605)
Responsabilidades p/c/ o Estado ME		
Tesouro-Conta Investimento	(890.670)	(510.640)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna - CVTF	0	0
	(890.670)	(510.640)
	(3.778.328)	(3.267.245)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado MN” reflecte, basicamente, os depósitos à ordem do Estado enquanto caixa do Tesouro (art. 29º da Lei Orgânica do BCV) e os depósitos relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, os quais não são remunerados. A sub-rubrica “Tesouro - Credores” reflecte o depósito cativo do Tesouro junto do BCV.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado ME” representa o contravalor de depósitos à ordem em moeda estrangeira de Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, não remunerados.

NOTA 18 – RESPONSABILIDADES PARA COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Os empregados admitidos pelo BCV até Setembro de 1993, bem como todos os seus Administradores, beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido. Os empregados admitidos pelo BCV após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social. Adicionalmente, os Administradores do BCV durante o período de vida activa e os empregados admitidos até Setembro de 1993 e na reforma, beneficiam de um plano de assistência médica.

Por fim, será ainda de salientar a responsabilidade do BCV para com o pagamento de antiguidade aos trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, correspondente a um, dois ou três salários mensais, respectivamente.

O BCV adopta como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades com estes complementos, os critérios consagrados pela IAS19.

A revisão da IAS 19 (IAS 19R) inclui novas orientações técnicas para o reconhecimento de custos com serviços passados, nomeadamente nos custos relacionados com alterações a planos de benefícios definidos que resultem no aumento dos benefícios por serviços efectuados em períodos anteriores. Excepto quanto às divulgações adicionais requeridas, esta revisão não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco de Cabo Verde à data de transição para a IAS 19 R.

O BCV, por prática passada e corrente, tem vindo a reconhecer as remensurações (anteriormente denominadas desvios actuariais), quando incorridas, em capital próprio, como outro rendimento integral, pelo que esta revisão da norma também não origina impactos para o BCV. Adicionalmente, uma vez que não existem activos detidos por um fundo de benefícios de longo prazo de empregados, ou apólices de seguro elegíveis, para fazer face às obrigações actuariais com os programas de benefícios mantidos pelo Banco de Cabo Verde em benefício dos seus colaboradores, o cálculo de juros líquidos determinados pela Norma IAS 19 R, vigente a partir de 1º de Janeiro de 2013, não sofre alterações em relação ao cálculo efectuado anteriormente sob a metodologia do IAS 19.

Os quadros que seguem representam a evolução das responsabilidades com pensões e outros benefícios e as informações utilizadas nos cálculos actuariais.

Cálculo Actuarial e Movimentos no Período

em 31-12-2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2012	3.263.658	159.786	328.273	32.305	3.784.021
Custos dos Serviços Correntes	64.869	1.638	21.533	4.721	92.762
Custo dos Juros	257.781	13.009	24.511	1.906	297.207
Contribuição dos Participantes	6.566	0	6.520	0	13.086
Remensurações	(302.263)	(1.932)	(27.248)	(7.664)	(339.106)
Pagamento de Benefícios	(140.469)	(14.204)	(26.421)	(2.260)	(183.353)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2013	3.150.143	158.299	327.169	29.008	3.664.618
Em 31-12-2012	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2011	3.102.069	223.503	328.422	32.203	3.686.197
Custos dos Serviços Correntes	47.555	2.394	13.347	1.892	65.187
Custo dos Juros	155.103	11.175	16.421	1.610	184.310
Contribuição dos Participantes	6.750	0	5.894	0	12.643
(Ganhos) e Perdas Actuariais	89.847	(63.077)	(13.568)	(1.281)	11.921
Pagamento de Benefícios	(137.666)	(14.209)	(22.242)	(2.119)	(176.236)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2011	3.263.658	159.786	328.273	32.305	3.784.021

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Remensurações Reconhecidas em Outro Rendimento Integral (Ver Nota 18)

	em milhares de escudos			
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Total
Reconhecimento em 2012	89.847	(63.077)	(13.568)	13.202
Reconhecimento em 2013	(302.263)	(1.932)	(27.248)	(331.442)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Despesas Reconhecidas no Resultado do Exercício (Ver Nota 31.1)

em 31.12.2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	64.869	1.638	21.533	4.721	92.762
Custo dos Juros	257.781	13.009	24.511	1.906	297.207
Remensurações	0	0	0	(7.664)	(7.664)
Custo Total	322.651	14.647	46.044	(1.037)	382.305

em 31.12.2012	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	47.555	2.394	13.347	1.892	65.187
Custo dos Juros	155.103	11.175	16.421	1.610	184.310
Remensurações	0	0	0	(1.281)	(1.281)
Custo Total	202.658	13.569	29.768	2.221	248.215

Fonte: Banco de Cabo Verde..

As remensurações a 31 de Dezembro decompõem-se como segue:

31-12-2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre-vivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Remensurações	(302.263)	(1.932)	(27.248)	(7.664)	(339.106)
Valores refletidos no Resultado do Fundo	(188.748)	(444)	(26.144)	(4.367)	(219.702)
Impacto nas responsabilidades	(113.515)	(1.488)	(1.104)	(3.297)	(119.404)
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	68.305	895	12.980	388	82.569
Impacto resultante da alteração da massa salarial	(66.933)	(1.092)	0	(900)	(68.925)
Impacto resultante da variação de custo médico	0	0	10.470	0	10.470
Impacto resultante de liquidações de benefícios	(133.903)	(14.204)	(26.421)	(2.260)	(176.787)
Impacto resultante de outras naturezas	19.016	12.912	1.867	(525)	33.269

Fonte: Banco de Cabo Verde.

31-12-2012 (reexpresso)	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre-vivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Remensurações	89.847	(63.077)	(13.568)	(1.281)	11.921
Valores refletidos no Resultado do Fundo	(71.742)	640	(13.419)	(1.383)	(85.904)
Impacto nas responsabilidades	161.589	(63.717)	(149)	102	97.825
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	(373.781)	(18.300)	(51.654)	(143)	(443.878)
Impacto resultante da alteração da massa salarial	454.474	5.931	0	36	460.440
Impacto resultante da alteração da taxa de evolução salarial	(23.311)	(1.141)	0	(964)	(25.416)
Impacto resultante de liquidações de benefícios	(137.666)	(14.209)	(22.242)	(2.119)	(176.236)
Impacto resultante de outras naturezas	241.873	(35.998)	73.747	3.292	282.915

Fonte: Banco de Cabo Verde.

ESTUDO ACTUARIAL BCV - PRESSUPOSTOS UTILIZADOS

	2013	2012
Pressupostos		Fundo Pensões
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	3,8%	4,0%
Taxa de Crescimento Salarial (longo prazo)	2,5%	2,0%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,5%	1,5%
Taxa de Inflação (curto prazo)	2,5%	3,5%
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Número de Pagamentos do Benefício	12+1	12+1
Número de Pagamento do Salário	12	12
Índice de dependência	1,8	1,8
Diferença de Idades	4	4
Comparticipação Participantes	6%	6%
Pressupostos	Assistência Médica	Assistência Médica
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	3,8%	4,0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,5%	2,0%
Taxa de Inflação (longo prazo)	2,5%	3,0%
Taxa de Inflação (curto prazo)	2,5%	3,5%
Dados Gerais		
Idade Normal da Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Comparticipação Participantes	2,0%	2,0%
Número de Pagamentos do Salário	12	12
Número de Pagamentos de Pensão	12+1	12+1
Índice de dependência	1,79	1,79
Diferença de Idades	4	4
Pressupostos	Prémio Antiguidade	Prémio Antiguidade
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	3,8%	4,0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,5%	2,0%
Taxa de Inflação (curto prazo)	2,5%	3,5%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas:

(2012) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (22 Fevereiro 2013) - *Assistants*;

(2011) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (Março 2013) - PCReal e Lourde Afonso.

População BCV

	31-12-2013			31-12-2012		
	Homens	Mulheres	Totais	Homens	Mulheres	Totais
PROGRAMA DE ASSISTENCIA MÉDICA						
Quantidade	35	37	72	36	40	76
Idade Média (em anos)	51,95	51,70	51,82	51,05	51,49	51,28
PROGRAMA DE ANTIGUIDADE						
Quantidade	66	82	148	64	78	142
Idade Média (em anos)	45,35	43,07	44,09	44,98	44,01	44,45
PROGRAMA DE PENSÕES						
Quantidade	101	103	204	101	101	202
Idade Média (em anos)	65,00	62,29	63,63	64,19	61,52	62,86
População Total	202	222	424	201	219	420
Idade Média - Geral	56,32	53,43	54,80	55,72	53,45	54,54

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Análise de Sensibilidade das Responsabilidades:

Em 31-12-2013

em milhares de escudos

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações	3.150.143	158.299	327.169	29.008	3.664.618
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	(420.890)		(28.832)	(1.736)	(451.458)
- 1%	346.003		64.900	1.940	412.843
Variação da evolução salarial					
+ 1%	32.801		48.348	1.928	83.078
- 1%	(172.071)		(20.113)	(1.857)	(194.041)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 31-12-2012

em milhares de escudos

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações	3.263.658	159.786	328.273	32.305	3.784.021
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	(349.399)		(41.193)	(1.919)	(392.511)
- 1%	419.700		52.379	2.428	474.507
Variação da evolução salarial					
+ 1%	60.558		36.655	1.928	99.141
- 1%	(61.056)		(32.945)	(1.857)	(95.858)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Exigibilidades diversas	(328.696)	(325.054)
Custos a pagar	(55.818)	(43.489)
Receitas com proveito diferido	(14.443)	(14.623)
Outras contas de regularização passiva	(24.288)	(47.155)
	(423.244)	(430.322)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui:

(i) CVE 287.652 milhares referentes às notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do BCV perante os detentores permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição de 10 anos, conforme art.º 9º da Lei Orgânica (2012: CVE 289.718 milhares);

(ii) CVE 40.720 milhares relativos à aplicação de 2 por cento sobre os prémios simples de seguro automóvel obrigatório, que serve para cobertura de sinistros (quando o responsável é desconhecido ou não beneficie de seguro válido ou ainda tenha sido declarada falência da seguradora) e outros custos no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”. O Fundo de Garantia Automóvel integrou-se no Banco de Cabo Verde por imposição do Decreto-lei n.º 56/96 de 26 de Dezembro, subsidiariamente pelo Decreto-lei n.º 17/2003, não tendo o BCV qualquer responsabilidade para com o Fundo de Garantia Automóvel, para além do valor acima registado (2012: CVE 35.013 milhares); e

(iii) CVE 324 milhares respeitantes ao abono para falhas concedido aos funcionários de caixas de tesouraria (2012: CVE 324 milhares).

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos administrativos, no valor de CVE 47.034 milhares (2012: CVE 34.730 milhares), e as comissões a pagar relativas à gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo no montante de CVE 8.780 milhares (2012: CVE 8.760 milhares).

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda, registadas em contas Extrapatrimoniais para o activo (Numismática). A regularização desta conta é efectuada aquando da venda do material numismático.

A rubrica “Outras contas de regularização passiva”, no valor de CVE 24.288 milhares (2012: CVE 47.155 milhares), reflecte diversos valores aguardando regularização para serem integrados nas respectivas contas, nomeadamente, o valor de CVE 18.735 milhares (2012: CVE 35.799 milhares) referente à apreensão de divisas por transporte ilegal e o montante de CVE 2.993 milhares correspondente ao valor recebido em caução, em Setembro de 1998, pago pela Companhia de Seguros Garantia, S.A.R.L, na sequência da cessão das Instalações da Cooperativa de Construção Civil (CCC) em Chã d’Areia – Praia.

NOTA 20 – CAPITAIS PRÓPRIOS**Capital**

De acordo com a Lei Orgânica, o capital do BCV, no valor de 200.000 milhares de escudos, foi integralmente subscrito e realizado pelo Estado de Cabo Verde.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, no valor de CVE 116.169 milhares (2012: CVE 253.911 milhares), acusa uma variação negativa significativa face a 2012, reflectindo as variações do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

Resultados transitados

Em 2013, os movimentos nesta rubrica resultam da transferência do prejuízo do exercício anterior e do registo dos movimentos relacionados com as remensurações (ver nota 18), apuradas de acordo com o estudo actuarial, bem como a reversão da variação do justo valor da carteira de Disponível para venda.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Reservas de reavaliação		
Saldo em 1 de Janeiro	(253.911)	(26.128)
Variação justo valor ADPV*	137.743	(227.783)
Componete Cambial	54.532	35.497
Outros componentes (Títulos)	83.210	(263.280)
Saldo em 31 de Dezembro	(116.169)	(253.911)
Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	1.361.082	1.263.635
Resultado líquido ano anterior	942.143	0
(Ganhos) e perdas reconhecidos em Outros Rendimento Integral	(331.442)	13.202
Ajustamentos IFRS	(83.093)	84.245
	1.888.690	1.361.082

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * Activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 21 – RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Juros e proveitos equiparados		
Operações com o exterior		
Títulos Estrangeiros		
Instituições Financeiras - Obrigações	(50.125)	(123.520)
Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	(13.632)	(51.992)
Organismos internacionais - Obrigações	(10.477)	(41.947)
Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	(17.172)	(30.000)
Emissores Públicos estrangeiros - Bilhetes do Tesouro	(60)	0
	(91.465)	(247.459)
Depósitos a Prazo	(15.183)	(19.322)
Depósitos à ordem	(19.603)	(33.701)
Outros (Direito de Saques Especiais FMI)	(10.343)	(755)
	(136.594)	(301.237)
Operações com residentes		
Títulos nacionais		
Obrigações do Tesouro	(79.858)	(88.831)
Direito a receber dos 5 por cento do CV <i>Trust Fund</i>	(18.391)	(18.393)
	(98.249)	(107.223)
Crédito ao Pessoal		
Crédito habitação	(33.700)	(30.917)
Outros créditos	(14.122)	(14.209)
	(47.822)	(45.126)
Crédito às Instituições Financeiras	0	(30.266)
Crédito a outras entidades	(73)	(76)
	(146.144)	(182.692)
	(282.738)	(483.928)
Juros e custos equiparados		
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		
Título de Intervenção Monetária	53.378	86.047
Título de Regularização Monetária	9.823	50.219
Facilidades permanentes de absorção de liquidez	53.886	15.750
Depósito à ordem M/N	0	206
	117.087	152.222
Responsabilidades para com o Estado	12.531	34.101
	129.618	186.323
Resultado líq.de juros e de custos e proveitos equiparados	(153.121)	(297.607)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo do “Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados” deve-se, essencialmente, à diminuição da taxa de juros no mercado internacional, não obstante a redução dos custos com a execução da política monetária.

Os juros dos títulos nacionais são calculados com base na remuneração do CVDTF (2013: 3,169 por cento; 2012: 3,173 por cento).

Em 2013, as taxas médias de emissão dos títulos de operações passivas de política monetária atingem: TIM: 4,23 por cento (2012: 5,90 por cento) TRM: 3,54 por cento (2012: 5,69 por cento) e Taxa de absorção de liquidez: 1,00 por cento a partir de 31 de Agosto de 2013 (2012: 3,25 por cento).

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado” espelha os juros de Bilhetes do Tesouro para apoio à política monetária.

NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Resultado realizado em operações cambiais	37.692	(100.487)
Ganhos em operações financeiras		
Realizados	(85.706)	(130.347)
Ganhos realizados em outros valores activos	(716)	(985)
	(86.422)	(131.332)
Perdas em operações financeiras		
Realizadas	132.532	260.750
	132.532	260.750
Resultado líquido em operações financeiras	83.802	28.931

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A redução do “Resultado líquido em operações financeiras” deve-se à variação negativa do resultado em operações cambiais, pese embora a diminuição das perdas em operações financeiras.

Os “Ganhos realizados em outros valores activos” reflectem o reconhecimento das mais-valias na venda de material numismático.

NOTA 23 – RESULTADO LÍQUIDO DE COMISSÕES

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Comissões recebidas		
Transacções de intermediação	0	(18)
Comissões pagas		
Gestão de fundo	35.086	34.884
Atribuição cumulativa - FMI	860	1.516
Outras	1.551	1.753
	37.498	38.155
Resultado líquido de comissões	37.498	38.136

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A “Gestão de fundo” refere-se à comissão paga no âmbito do contrato de gestão da carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo, enquanto as “Outras” reflectem as despesas com os correspondentes e os custos com custódia de títulos estrangeiros geridos pelo BCV.

NOTA 24 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Títulos nacionais		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(133.870)	(133.878)
Activos sobre Organismos Internacionais	0	(2.369)
	(133.870)	(136.247)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A remuneração dos TCMF's em 2013 foi de 2,90 por cento (2012: 2,91 por cento).

NOTA 25 - RESULTADO EM EMPRESAS ASSOCIADAS

No valor de CVE 39.599 milhares (2012: CVE 13.857 milhares), reflecte a apropriação do resultado líquido da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, na proporção da participação do BCV naquela instituição.

NOTA 26 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Ganhos não realizados em operações cambiais		
Ganhos em reservas cambiais	(1.191.660)	(730.908)
Perdas não realizadas em operações cambiais		
Perdas em reservas cambiais	1.425.310	1.257.361
	233.650	526.453

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação verificada deve-se à reavaliação de activos e passivos denominados em dólares ao câmbio médio à data das demonstrações financeiras (2013: 80,001; 2012: 83,118).

As operações são registadas em conformidade com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 27 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Outros proveitos e ganhos de exploração		
Receitas da actividades de Supervisão	(34.262)	(19.517)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(4.984)	(19.374)
Reembolso de outras despesas	(126)	(49)
Reversão e recuperação de perdas de imparidade em activos financeiros	(1.418)	(9.633)
Alienação e abate de outros activos	(667)	(825)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(2.773)	(8.867)
	(39.245)	(38.891)
Outros custos e perdas de exploração		
Subsídios e Donativos	1.244	2.715
Contribuição p/assistência financeira internacional	2.783	1.336
Outros custos e perdas operacionais	40.868	2.066
Alienação e abate de outros activos	40.213	37
Outros custos e perdas operacionais	655	2.029
	44.895	6.117
Outros resultados de exploração	5.649	(32.774)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 2013, os “Outros proveitos e ganhos operacionais” espelham, basicamente, as receitas provenientes de multas e encargos cobrados por transporte ilegal de valores ao abrigo do Decreto-lei 25/98, no valor de CVE 2.306 milhares e da recuperação de crédito vencido, no valor de CVE 1.418 milhares.

A sub-rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

Por sua vez, a sub-rubrica “Outros custos e perdas operacionais” representa, particularmente, os custos suportados com a reclassificação das despesas com a Nova Sede do BCV, no montante de CVE 40.092 milhares (ver nota 12).

NOTA 28 - CUSTOS COM PESSOAL

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Remunerações		
De empregados	258.708	262.455
De órgãos de gestão e fiscalização	14.001	15.528
	272.710	277.983
Encargos sociais		
Pensões de reforma (ver Nota 18)	322.651	202.658
Pensões de sobrevivência (ver Nota 18)	14.647	13.569
Assistência médica (ver Nota 18)	46.044	29.768
Prémio de antiguidade (ver Nota 18)	(1.037)	2.221
Contribuição para Previdência Pública	20.324	18.946
Outros	5.816	5.811
	408.444	272.972
Outros custos com pessoal	51.428	54.597
	732.582	605.552

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os custos com pessoal acusam um acréscimo de 18,86 por cento face a 2012 o qual se deve ao aumento dos encargos com o fundo de pensões.

Os “Encargos sociais” referem-se a:

- Custo do serviço corrente e de juros, decorrentes do estudo actuarial de 2013, com pensões de reforma e sobrevivência, assistência médica e prémio de antiguidade;
- Encargos para a Previdência Social são comparticipados pelo BCV em 15 por cento;
- Outros encargos sociais incluem, seguro de vida dos funcionários, no montante de CVE 4.452 milhares (2012: CVE 4.457 milhares), abono de família aos empregados que ingressaram na Instituição até 1993, no valor de CVE 686 milhares (2012: CVE 636 milhares), os subsídios de funeral, no montante de CVE 346 milhares (2012: CVE 393 milhares) e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de CVE 332 milhares (2012: CVE 325 milhares).

A rubrica “Outros custos com pessoal” abarca os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de CVE 9.331 milhares (2012: CVE 12.212 milhares), os custos com actividades de carácter social, no valor de CVE 6.255 milhares (2012: CVE 6.725 milhares), CVE 31.169 milhares (2012: CVE 31.123 milhares) relativos à bonificação de taxas de juro e CVE 4.602 milhares (2012: CVE 3.751 milhares) relacionados, essencialmente, com a melhoria das condições de salubridade nos locais de trabalho e avaliação dos imóveis para concessão do crédito à habitação aos funcionários.

Incorpora, ainda, o valor de CVE 70 milhares de escudos relativo a Indemnizações Contratuais/Contenciosos.

NOTA 29 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	17.948	16.851
Material informático	3.761	3.478
Material de consumo corrente	3.100	2.972
Publicações	1.885	1.958
Outros	5.049	2.972
	31.743	28.230
Serviços de terceiros		
Conservação e reparação	29.876	19.918
Comunicações	26.201	27.545
Serviços especializados	19.889	17.226
Honorários	16.691	30.174
Deslocações, estadias e representações	8.920	10.907
Publicidade e edições	7.285	11.994
Outros	18.484	17.481
	127.346	135.245
	159.089	163.475

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados no montante de CVE 2.319 milhares (2012: CVE 1.167 milhares), os custos com serviços de auditoria, no valor de CVE 5.664 milhares (2012: CVE 5.575 milhares) e os custos relacionados com serviços de consultoria, no montante de CVE 7.837 milhares (2012: CVE 21.381 milhares), associados, essencialmente, aos serviços de consultoria para a preparação do Projecto de Regulação sobre a Supervisão Comportamental e Fiscalização no âmbito da primeira fase de regulação da Lei de base do Sistema Financeiro, para a Modernização dos Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos do BCV, para a Reestruturação da Arquitetura Tecnológica de Dados do BCV e para o estudo actuarial de 2013, entre outros.

NOTA 30 – CUSTOS COM EMISSÃO E DESTRUIÇÃO DE NOTAS E MOEDAS

No montante de CVE 171 milhares espelha os custos suportados com destruição de notas em 2013.

NOTA 31 – RESULTADO

NOTA 31.1 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício ascende a CVE 978.462 milhares negativos e acusa um decréscimo de 3,85 por cento, o qual se deve, essencialmente, ao agravamento dos custos administrativos, à deterioração do resultado em operações financeiras e ao decréscimo do resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados, pese embora o comportamento favorável do resultado da reavaliação cambial.

NOTA 31.2 – RENDIMENTO INTEGRAL

A Demonstração do Rendimento Integral (DRI) tem como objectivo evidenciar o resultado económico do BCV, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados. Na DRI são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio cujos, itens estão demonstrados na nota 20.

NOTA 32 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda estrangeira, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, para além das notas e moedas em caixa, os depósitos à ordem e as disponibilidades junto do FMI.

NOTA 33 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em A 31 de Dezembro, as contas extrapatrimoniais apresentavam a seguinte discriminação:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
Garantias e avales prestados	(2.500)	(2.500)
Valores recebidos em caução	204.653	204.653
Valores recebidos em depósito	(23.841.511)	(57.095.424)
Crédito abatido ao activo	683.920	690.854
Outras contas extrapatrimoniais	(57.498.830)	(60.469.785)
Contas de regularização	86.730	86.730

Fonte: Banco de Cabo Verde.

“Os “Valores recebidos em caução” dizem respeito aos imóveis hipotecados ao BCV no âmbito dos créditos concedidos antes da separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui:

- (i) Os títulos consolidados de mobilização financeira (TCMF) desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde. A variação verificada face à carteira de 2012 deve-se à mudança da gestão dos títulos da dívida pública caboverdianos que passou a ser da responsabilidade da Direcção Geral do Tesouro em conformidade com o Decreto-Lei 60/2009 de 14 Dezembro;
- (ii) As promissórias do Estado a favor de organismos internacionais e;
- (iii) Os títulos de participação no *Cabo Verde Development Trust Fund*.

O “Crédito abatido ao activo” representa créditos vencidos, totalmente provisionados, dos quais CVE 542.342 milhares relativos ao crédito de natureza comercial que, por força do protocolo assinado aquando da separação da vertente comercial em 1993, ficaram domiciliados no Banco de Cabo Verde, e CVE 141.578 milhares referentes ao crédito concedido sob forma de acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito) em USD.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui CVE 54.896.880 milhares (2012:

CVE 59.123.480 milhares) referente a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do BCV.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, quando foram destacadas do BCV, as vertentes comercial e de desenvolvimento, dando origem ao Banco Comercial do Atlântico. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e as responsabilidades inerentes ao BCV.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

NOTA 34.1 – ESTADO

Ao abrigo do artigo 29º da Lei Orgânica, o BCV desempenhará, a título gratuito, o serviço de Caixa do Tesouro em todas as localidades em que tenha agências, bem como aceitar depósitos do Estado e de outros organismos do sector público administrativo, nos termos da lei.

Enquanto instituição depositária, o BCV recebe e desembolsa valores, assegurando o respectivo registo contabilístico e efectuando pagamentos, até ao limite dos montantes depositados, mediante ordens de pagamento sobre as referidas contas.

À data das demonstrações financeiras, os depósitos do Estado ascendem a CVE 3.778.328 milhares (2012: CVE 3.267.245 milhares) (ver nota 17).

O BCV operacionaliza a colocação de títulos da dívida pública no mercado financeiro, cabendo, entretanto, ao Tesouro a definição de características, preço e prazo dos títulos em leilão. Contudo, a partir de Junho de 2013 a gestão das emissões passaram a ser da responsabilidade da Bolsa de Valores conforme previsto no Decreto-Lei 60/2009/ de 14 de Dezembro.

NOTA 34.2 – SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTOS

O BCV detém uma participação de 40 por cento no capital social da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos em particular (ver nota 10).

Neste quadro, desde 2004 o Banco de Cabo Verde tem vindo a liquidar diariamente as transacções em escudos caboverdianos ocorridas por conta de BIN’S emitidos pela VISA junto aos terminais com a entrada em produção de *acquiring* VISA na rede vinti4.

De acordo com a deliberação do CA, o montante global da posição financeira liquidado pelo BCV é depositado semanalmente pela SISP e sem despesas para o BCV junto a um correspondente no exterior, a critério do BCV (ver nota 13).

À data das demonstrações financeiras, a participação ascendia a CVE 154.200 milhares, enquanto as “Operações cambiais com a SISP” atingem o valor de CVE 101.071 milhares.

Em 2013, o BCV recebeu dividendos no montante de CVE 20.025 milhares (2012: 18.084 milhares).

NOTA 34.3 – PESSOAL-CHAVE

À data das demonstrações financeiras, o BCV possuía três Administradores (incluindo o Governador), uma Auditora Geral de Mercado de Valores Mobiliários e dez Directores de Departamento, que beneficiam de empréstimos e outras regalias vigentes na Instituição.

Para os Directores que ingressaram no quadro de pessoal até 1993, o BCV é responsável pelo pagamento de pensão de reforma e sobrevivência e assegura as despesas com assistência médica, conforme o plano de benefício a empregado (ver nota 18).

Os benefícios pagos incluem salários, encargos sociais, subsídio de residência e prémio de antiguidade.

O quadro que a seguir se insere reflecte alguns benefícios concedidos ao pessoal-chave de gestão:

	em milhares de escudos	
	2013	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Retribuição Base e Subsídio	12.943	12.906
Subsídio Residência	3.604	3.497
Deslocação e Estadia	198	196
Prémio Antiguidade	216	201
Crédito	108	108
DIRECTORES E EQUIPARADOS		
Retribuição Base e Subsídio	34.555	36.155
Deslocação e Estadia	1.420	2.959
Contribuição para Reforma	1.108	1.090
Contribuição para Assistência Médica	369	363
Contribuição Prémio Antiguidade	239	192
Crédito	57.524	39.616

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 35 – GESTÃO DE RISCO

O Banco de Cabo Verde é responsável pela definição e implementação da Política Monetária, ancorada nos objectivos de garantia da estabilidade dos preços e manutenção da solidez e da credibilidade do regime cambial, exigindo este último a constituição de um volume óptimo de reservas cambiais que garanta a plena convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Para além do fim último de assegurar a credibilidade do regime cambial, as reservas externas têm também como objectivo garantir os pagamentos externos do Estado enquanto caixa do Tesouro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos.

A gestão das reservas externas do BCV pauta-se pelos princípios da Prudência, da Consciência e da Ética Profissional, que servem de orientação para a definição dos objectivos essenciais de gestão, nomeadamente, a Preservação do capital, a Liquidez e a Rentabilidade.

Por outro lado, a avaliação de riscos pelo BCV compreende o equilíbrio dos objectivos de política macroeconómica, tais como a política monetária e cambial, e os aspectos microeconómicos, como a definição de *benchmarks* e a avaliação da gestão. Neste âmbito, a protecção dos activos internos e externos de uma instituição requerem a definição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão de riscos adequados, pelo que a metodologia de gestão e controlo de riscos traçada é fundamental para defender a fiabilidade da informação financeira.

No concernente à plataforma de gestão das reservas externas, encontra-se definida uma clara divisão de responsabilidades entre o *Front Office*, que assume os riscos financeiros, o *Back Office*, responsável pelo processamento de operações, e o *Middle Office* que procede à avaliação e controle de riscos. Todo o processo, desde a avaliação, acompanhamento, controlo e *reporting* sobre a exposição ao risco, é conduzido de forma independente, no âmbito da segregação das funções.

Tendo em conta as áreas de negócio específicas, o BCV tem definido dois importantes grupos de instrumentos financeiros, com características e políticas de risco distintas:

a) Instrumentos financeiros destinados à gestão das Reservas Externas

A gestão das reservas externas do BCV é realizada por via da utilização de um conjunto de instrumentos financeiros que melhor se adequam aos objectivos da gestão. Estes instrumentos obedecem às Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), aprovadas pelo Conselho de Administração, onde estão estabelecidos os objectivos e preferências, as restrições e limites a serem observados nos investimentos em carteira.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da Política Monetária

Para a manutenção da estabilidade dos preços, o BCV dispõe de um quadro operacional de Política Monetária aprovado pelo Conselho de Administração, com um conjunto de instrumentos de cedência e de absorção da liquidez bancária, onde se incluem os Títulos de Regularização Monetária (TRM), os Títulos de Intervenção Monetária (TIM), as Facilidades Permanentes de Liquidez e as Reservas Mínimas.

As notas que se seguem apresentam os principais riscos financeiros a que a gestão monetária e das reservas externas estão expostas, bem como a política de gestão adoptada pelo BCV.

NOTA 35.1 – RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez reflecte a impossibilidade ou dificuldade de mobilização de fundos num dado momento ou a potencial incapacidade de financiar activos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas ou de liquidar atempadamente posições em carteira a preços razoáveis.

a) Gestão de Reservas Externas

A política de gestão do risco de liquidez do BCV tem por objectivo garantir o cumprimento de todos os compromissos financeiros assumidos. Para o efeito, existe uma polí-

tica de diversificação de vencimentos e definição de limites, com o objectivo de garantir a transacção de activos em carteira no mercado sem acarretar movimentos bruscos nos respectivos preços.

A monitorização deste risco é efectuada através da análise da estrutura por prazos dos investimentos.

A 31 de Dezembro, a estrutura por prazos dos investimentos apresentava a seguinte composição:

Instrumento	em milhares de escudos			
	2013		2012	
	ME	MN*	ME	MN*
Depósito à Vista	68.368.796	7.539	165.843.776	18.287
Depósito a Prazo	207.063.774	22.832	41.459.370	4.572
Bilhetes de Tesouro	5.992.819	661	0	0
Obrigações	62.149.979	6.853	84.615.066	9.330
Total	343.575.367	37.884	291.918.213	32.188

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * valores em milhões de escudos.

b) Política Monetária

As intervenções de Política Monetária do BCV são realizadas por via dos instrumentos à sua disposição e visam assegurar o equilíbrio da liquidez no sistema bancário e a consequente estabilidade de preços.

O quadro seguinte reflecte as operações activas de política monetária a 31 de Dezembro, desagregadas por instrumentos, taxa praticada e montante.

Instrumentos	2013		2012	
	Taxa	Montante em milhões de escudos	Taxa	Montante em milhões de escudos
TRM 7D	0,57%	1000	-	-
TRM 14D	-	-	5,75%	700
TIM 30D	0,65%	300	5,47%	400
TIM 30D	-	-	5,54%	300
TIM 60D	-	-	5,75%	300
TIM 60D	1,02%	300	5,50%	300
TIM 90D	0,81%	400		
Facilidades Permanentes de Absorção	1%	21.535	3,25%	17.000
Total Absorção		23.535		19.000
Facilidades Permanentes de Cedência	8,75%	-	8,75%	-
Reverse Repo 7D	-	-	-	-
Total Cedência	-	-	-	-

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 35.2 – RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado à possibilidade de incumprimento das obrigações por parte de um dado emitente ou contraparte.

a) Instrumentos financeiros de gestão das Reservas Externas

Conforme definido nas NOGR, as operações estão sujeitas a critérios de elegibilidade e limites de exposição. Existem limites por contraparte/emissor e para a carteira como um todo, que consideram o montante de recursos que pode ser aplicado em cada instituição, bem como o *rating* mínimo e o prazo máximo admissíveis.

A avaliação do risco de crédito é sustentada, essencialmente, na classificação das agências de *rating*, devendo os investimentos em títulos ser efectuados em activos e instituições classificadas por, pelo menos, uma das seguintes instituições de *rating*: a Standard & Poor's, a Moody's Investor Services e a Fitch Ratings.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de liquidez (*trading*) apresentava as seguintes características:

Estrutura por contraparte:

					2013
Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	Peso
DZ Bank (Frankfurt)	800	7.255.315	22.764.623	15.509.308	3%
BNP Paribas (Paris)	800	7.255.315	22.764.623	15.509.308	3%
Bred Banque Populaire (Paris)	400	3.627.657	22.764.623	19.136.966	2%
BCEE (Luxembourg)	800	7.255.315	22.764.623	15.509.308	3%
Citibank (New York)	63	567.687	22.764.623	22.196.936	0%
Société Générale (Paris)	400	3.627.657	22.764.623	19.136.966	2%
Natixis Bank (Paris)	800	7.255.315	22.764.623	15.509.308	3%
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	400	3.627.657	22.764.623	19.136.966	2%
Den Norske Bank (Oslo)	400	3.627.657	22.764.623	19.136.966	2%
Skandinaviska Enskilda Banken (London)	400	3.627.657	22.764.623	19.136.966	2%
Rabobank (London)	1.200	10.882.972	22.764.623	11.881.651	5%
ANZ Banking Group	1.200	10.882.972	22.764.623	11.881.651	5%
Credit Agricole (Paris)	400	3.627.657	22.764.623	19.136.966	2%
Total Bancos Privados	8.063	73.120.832			32%
Deutsche Bundesbank	2.207	20.019.255			9%
Banque de France	1.600	14.510.629			6%
Banque Centrale du Luxembourg	5.517	50.030.458			22%
De Nederlandsche Bank	5.199	47.152.240			21%
Bank for International Settlement	1.103	10.000.000			4%
Federal Reserve Bank Of New York	752	6.819.996			3%
República Francesa	661	5.992.819			3%
Total Bancos Centrais e Supragov.	17.039	154.525.396			68%
Total	25.101	227.646.229			100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * Limite em relação ao valor da carteira.

Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	2012 Peso
DZ Bank (Frankfurt)	416	3.769.034	17.630.717	13.861.683	2%
BCEE (Luxembourg)	1.247	11.307.101	17.630.717	6.323.616	6%
Citibank (New York)	489	4.435.712	17.630.717	13.195.005	3%
Rabobank (London)	416	3.769.034	17.630.717	13.861.683	2%
ANZ Banking Group	831	7.538.067	17.630.717	10.092.650	4%
Total Bancos Privados	3.398	30.818.947			17%
Deutsche Bundesbank	2.207	20.017.229			11%
Banque de France	1.247	11.307.101			6%
Banque Centrale du Luxembourg	2.760	25.029.368			14%
De Nederlandsche Bank	3.944	35.765.007			20%
Bank for International Settlement	416	3.769.034			2%
Federal Reserve Bank Of New York	5.469	49.600.482			28%
Total Bancos Centrais e Supragov.	16.042	145.488.221			83%
Total	19.441	176.307.168			100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: *10% da CL Global.

Estrutura por Rating

Instituição	País	S&P	Moody's	2013
				Fitch
Societe General (Paris)	França	A1	P1	F1
BNP Paribas (Paris)	França	A1	P1	F1+
Rabobank (London)	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1
ING Bank N.V.	LU/BE	A1	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
UBS AG	Suíça	A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suíça	A1	P1	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido	A1	P1	F1+
Bred Banque Populaire	França	A1	P1	F1
Natixis	França	A1	P1	F1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - not rated

				2012
Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch
Societe General (Paris)	França	A1	P1	F1+
BNP Paribas (Paris)	França	A1	P1	F1+
Rabobank (London)	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1+
ING Bank N.V.	LU/BE	A1	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
UBS AG	Suiça	A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suiça	n.r	n.r	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido	A1	P1	F1+

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - not rated.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de investimentos apresentava a seguinte composição por instrumento e contraparte/emittente:

2013						
Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BOND	AA+	EUR	4.000.000	3,88%	DEXIA MUNICIPAL AGENCY	12-Mar-14
BOND	AAA	EUR	5.000.000	3,25%	LAND NIEDERSACHSEN	07-Abr-14
BOND	AA-	EUR	2.500.000	4,50%	NORDEA BANK AB	12-Mai-14
BOND	AA+	EUR	6.000.000	3,63%	SWEDISH EXPORT CREDIT	27-Mai-14
BOND	AAA	EUR	2.000.000	2,75%	SWEDBANK HYPOTEK AB	10-Set-14
BOND	AA	EUR	5.000.000	3,33%	FLEMISH COMMUNITY	12-Mai-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	2,50%	SPAREBANK 1 BOLIGKREDITT	23-Jun-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	4,10%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-15
BOND	AA+	EUR	3.000.000	3,00%	CAISSE D'AMORT DETTE SOC	25-Fev-16
FRN	AA-	EUR	4.000.000	0,37%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-Abr-14
FRN	AA+	EUR	5.000.000	0,42%	UNICREDIT BANK AG	24-Ago-15
FRN	AA	EUR	3.000.000	0,82%	BELGIUM KINGDOM	15-Fev-16
FRN	AA	EUR	5.000.000	0,52%	ERSTE ABWICKLUNGSANS-TALT	15-Ago-16
FRN	AA	EUR	10.000.000	0,57%	RABOBANK NEDERLAND	18-Nov-16
DEPO	AAA	EUR	50.000.000	0,30%	BANK CENTRALE DU LUXEM-BOURG	14-Jan-14

Fonte: Banco de Cabo Verde.

2012

Tipo de Instru-mento	Rating	Moeda	Valor No-minal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BOND	AA+	EUR	4.000.000	3,88%	DEXIA MUNICIPAL AGENCY	12-Mar-14
BOND	AAA	EUR	5.000.000	3,25%	LAND NIEDERSACHSEN	07-Abr-14
BOND	AA-	EUR	2.500.000	4,50%	NORDEA BANK AB	12-Mai-14
BOND	AA+	EUR	6.000.000	3,63%	SWEDISH EXPORT CREDIT	27-Mai-14
BOND	AAA	EUR	2.000.000	2,75%	SWEDBANK HYPOTEK AB	10-Set-14
BOND	AA	EUR	2.500.000	4,25%	BELGIUM KINGDOM	28-Set-14
BOND	AA+	EUR	7.000.000	1,63%	EFSS	04-Fev-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	2,50%	SPAREBANK 1 BOLIGKREDITT	23-Jun-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	4,10%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-15
BOND	AA+	EUR	3.000.000	3,00%	CAISSE D'AMORT DETTE SOC	25-Fev-16
BOND	AA-	EUR	3.000.000	5,25%	AUST & NZ BANKING GROUP	20-Mai-13
BOND	AAA	EUR	2.000.000	2,00%	GCE COVERED BONDS	30-Set-13
BOND	AA+	EUR	1.400.000	4,13%	AUTOBAHN SCHNELL AG	21-Out-13
BOND	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-13
BOND	AAA	EUR	2.000.000	3,75%	LUXEMBOURG GOVERNMENT	04-Dez-13
FRN	AA-	EUR	2.000.000	0,61%	SVENSKA HANDELSBANKEN AB	14-Jan-13
FRN	AA	EUR	4.000.000	0,34%	RABOBANK NEDERLAND	08-Out-13
FRN	AA+	EUR	5.000.000	0,53%	HSB NORDBANK AG	12-Nov-13
FRN	A+	EUR	2.500.000	0,32%	HSBC FRANCE	06-Dez-13
FRN	AA-	EUR	4.000.000	0,33%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-Abr-14
FRN	AA	EUR	2.000.000	0,54%	RABOBANK NEDERLAND	19-Mai-14
FRN	AA+	EUR	5.000.000	0,39%	UNICREDIT BANK AG	24-Ago-15
FRN	AA	EUR	3.000.000	0,79%	BELGIUM KINGDOM	15-Fev-16
FRN	AA	EUR	5.000.000	0,49%	ERSTE ABWICKLUNGSANSTALT	15-Ago-16

Fonte Banco de Cabo Verde.

Por *credit rating*, os instrumentos subdividem-se como segue:

	2013		2012	
	Rating *	em %	Rating *	em %
Longo Prazo	AAA	58	AAA	44
	AA	39	AA	45
	A	4	A	10
Total		100		100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: *Standard & Poor's

O risco de crédito é gerido, também, por via da selecção rigorosa de emitentes originários de países elegíveis pelas NOGR.

A distribuição geográfica dos investimentos totais no último dia do ano apresentava-se da seguinte forma:

Distribuição Geográfica	2013	2012
	em percentagem	
Zona Euro	80	70
US	2	19
UK	7	1
Restantes	10	10
TOTAL	100	100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

b) Instrumentos financeiros de execução da Política Monetária

A 31 de Dezembro, o BCV não tinha em carteira qualquer activo derivado da cedência de fundos aos bancos comerciais. Por outro lado, os activos em títulos do Estado que tem em carteira, não comportam um risco de crédito associado, devido à grande credibilidade do emitente.

Igualmente os títulos do BCV (TRM e TIM) acumulados no fim do ano, não comportam qualquer risco de crédito para o sistema financeiro, devido à grande credibilidade do emitente enquanto autoridade monetária.

NOTA 35.3 – RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital de uma instituição, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos activos financeiros, provocados por flutuações nas taxas de juro e taxas de câmbio. Pode ser medido como o ganho ou a perda potencial de uma carteira de activos associados a um movimento de preços com uma determinada probabilidade, num determinado horizonte temporal. O risco de mercado é constituído por diferentes classes de risco, nomeadamente de taxas de juro e de câmbio, sendo o seu controlo e manutenção em níveis considerados adequados, assegurados pela imposição de limites estratégicos e táticos.

35.3.1 Risco de taxa de juro

É o risco resultante das alterações nas taxas de juro que afectam o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos.

O risco de taxa de juro é medido e monitorizado através da *Modified Duration* (MD), que no fecho do ano apresentava os seguintes valores, por tipo de carteira:

Carteira	MD
Investimento	0,31
Liquidez	0,08

Fonte: Banco de Cabo Verde

35.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco cambial traduz as oscilações do valor dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira.

O risco de câmbio é acompanhado pela abordagem de gestão de activos e passivos, no qual se exige sempre, no curto prazo, posições cobertas (*matched positions*) das principais moedas, o euro (EUR) e o dólar norte-americano (USD).

A composição cambial dos activos, a 31 de Dezembro, era de 72,4 por cento em euros e 27,6 por cento em dólares.

A distribuição dos investimentos por moeda era a seguinte:

Moedas	em milhões de escudos			
	2013		2012	
	ME	MN	ME	MN
EUR	248.699.081	27.423	196.172.096	21.631
USD	94.690.881	10.441	95.690.108	10.551
Outros	185.406	20	56.008	6
Total		37.884		32.188

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 35.4 – RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, de erros humanos ou em consequência de eventos externos. Para a prevenção e controlo desse risco, o BCV possui sistemas de controlo interno, adaptados às características das suas actividades, regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus gestores e, ainda, normas e manuais que definem os critérios e procedimentos para as actividades da instituição.

Em 2012 foi implementado o Sistema Integrado de Gestão de Reservas, que opera também como um sistema de gestão de risco e privilegia a automatização dos procedimentos, fundamental na minimização dos riscos operacionais.

O cumprimento dos normativos internos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade dessas acções. Adicionalmente, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos referentes às operações sob sua responsabilidade, reunindo-se periodicamente para avaliar os níveis de controlos instituídos e propor as medidas necessárias ao ajustamento e adequação dos procedimentos.

Neste âmbito, visando contribuir para o reforço e a implementação de um sistema baseado na credibilidade, segurança e integridade da informação, o Comité de Segurança e Compliance tem a missão de adoptar os princípios de boa Governança Corporativa e dar continuidade ao processo de fortalecimento da imagem da instituição, nomeadamente a nível da melhoria do sistema de controlo interno, da identificação e resposta aos riscos inerentes às actividades e da qualidade da informação prestada.



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

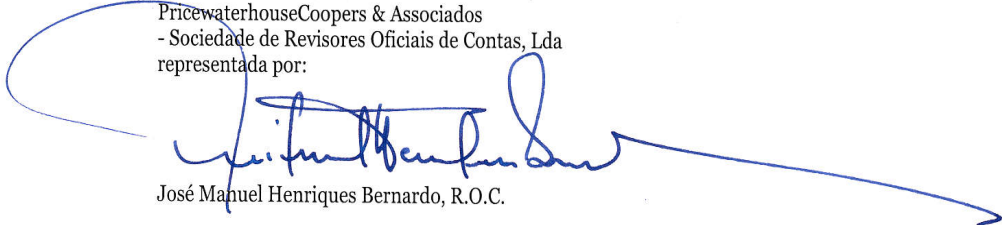
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, os quais se encontram resumidos na Nota 2.2 das Notas às demonstrações financeiras.

28 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

